



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

SAMUEL DE SOUSA NANTES

**A REIVINDICAÇÃO DOS ENTREGADORES:  
da condição periférica ao sujeito político**

Macéio

2023

SAMUEL DE SOUSA NANTES

**A REIVINDICAÇÃO DOS ENTREGADORES:  
da condição periférica ao sujeito político**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: saúde, clínica e práticas psicológicas.

Orientador: Prof. Dr. Cleyton Andrade.

Maceió

2023

**Catlogação na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

N192r    Nantes, Samuel de Sousa.  
          A reivindicação dos entregadores: da condição periférica ao sujeito político / Samuel de Sousa Nantes. – 2023.  
          92 f.

          Orientador: Cleyton Andrade.  
          Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2023.

          Bibliografia: f. 87-92.

          1. Entregadores. 2. Trabalho por aplicativo. 3. Sujeito político. I. Título.

CDU: 159.9 : 331.102.2



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP**


## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**SAMUEL DE SOUSA NANTES**

Título do Trabalho: ***A REIVINDICAÇÃO DOS ENTREGADORES: DA CONDIÇÃO PERIFÉRICA AO SUJEITO POLÍTICO.***

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:


Orientador:

Documento assinado digitalmente  
 CLEYTON SIDNEY DE ANDRADE  
Data: 28/02/2023 14:34:47-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---


Prof. Dr. Cleyton sidney de Andrade (PPGP/UFAL)

Examinadores:

Documento assinado digitalmente  
 CARLA RODRIGUES  
Data: 28/02/2023 17:42:23-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>


---

Profa. Dra. Carla Rodrigues (UFRJ)

Documento assinado digitalmente  
 GILSON DE PAULO MOREIRA IANNINI  
Data: 02/03/2023 12:30:57-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Prof. Dr. Gilson de Paulo Moreira Iannini (UFMG)

Documento assinado digitalmente  
 FREDERICO ALVES COSTA  
Data: 02/03/2023 10:52:26-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Prof. Dr. Frederico Alves Costa (PPGP/UFAL)

Maceió-AL, 16 de fevereiro de 2023.

Dedico a dissertação à minha mãe e ao meu pai. Não somente por oferecer as condições para chegar até aqui, mas pela luta e resistência junto aos transportes alternativos;

aos entregadores, não somente os antifascistas, mas todos os que trabalham exaustivamente e lutam por melhores condições no trabalho e existência;

ao meu orientador e aos colegas de pesquisa. Não foi fácil pesquisar durante um momento político e sanitário tão tortuoso;

por fim, dedico aos 700 mil mortos ocasionados pela COVID-19.

## AGRADECIMENTOS

Correrei o risco nesses agradecimentos de tentar citar todos aqueles que participaram, direta ou indiretamente, nesta pesquisa. Escrever sobre alianças é perceber, logo de cara, que esta dissertação não sairia sem o apoio de várias pessoas. Quando escrevo não é só eu que escrevo, mas um conjunto de pessoas que participaram através de discussões, apoio, conversas, leituras etc.

Primeiramente, quero agradecer aos meus pais, não há palavras para descrever uma vida de apoio e incentivo.

Agradeço ao meu orientador pela escuta e orientações preciosas. Jamais esquecerei das seguintes palavras: não abandone o caso. Não sei se consegui materializar na pesquisa todas as suas orientações, mas para a minha vida, os últimos anos, assistindo a suas aulas, discussões e dicas, foram marcantes.

Aos meus colegas de pesquisa, agradeço a leitura atenta e perguntas aguçadas. Em nome da Karol, Emmerson e Ana Eliza, meus sinceros agradecimentos. Esse fim não seria possível sem vocês.

À minha banca de mestrado: Frederico, Carla Rodrigues e Gilson Iannini. Não somente pelas contribuições, mas por toda produção, vocês fazem do conhecimento uma transmissão viva e cheia de possibilidades.

Aos meus amigos da graduação: Tiago, Sofia, Ana Clara, Raquel e Julia. Os 5 anos ao lado de vocês, as discussões em sala de aula e a amizade estão presentes nessa pesquisa também.

Ao prof. Tiago, suas contribuições, desde a graduação, caminham juntas até hoje.

Agradeço a minha irmã Sara pelo apoio de sempre e me aturar. Te amo.

Ao meu sobrinho Isaac, sempre pronto para uma brincadeira. Várias vezes a escrita foi interrompida para conversarmos e brincarmos. Era uma maneira de sair e retornar à escrita de outro lugar.

Aos meus primos, Fernando e Gabi. A alegria dos nossos encontros é sempre marcante.

Agradeço aos meus fiéis amigos, não são poucos. Meu agradecimento a Johnny, João Vitor e Victor. Junto a uma boa bebida, aturam minhas conversas sobre política, filosofia e psicanálise. Além da paciência de ler as minhas enormes mensagens no WhatsApp a cada aparecimento de um problema e acontecimento.

Aos meus amigos: Lucas Crash, Thayle, Evandson, Emerson, Edmar, Natália, Julyana e Cinthia. Entre brigas, discórdias, alegrias, êxtase, discussões, tristezas e felicidades, vocês marcam a minha história. Mais de uma década juntos, o que sou passa muito por vocês!

Ao meu amigo Wesley, sempre pronto para discutir economia comendo uma boa bolacha de goiaba, que custa 3 reais. Agradeço muito a escuta dos vários áudios a cada problema político e econômico.

Ao meu querido amigo Inácio. Sobrevivemos a pandemia juntos, o nosso grupo sobre Freud e Butler foi um respiro. As nossas discussões, conversas e debates, assim como nossos momentos de risadas, fazem a teoria tornar-se mais leve. Com Inácio tudo parece mais fácil, até mesmo Lacan. Você sabe que as discussões aqui presentes também são frutos das nossas conversas e encontros.

Agradecimento especial ao Máximo e à senhora Maria de Fátima. No início da pandemia meu notebook quebrou, mesmo no período em que as reuniões começaram a ser on-line. Eles prontamente enviaram um notebook, este com que escrevi a dissertação e escrevo estes agradecimentos.

Por fim, o meu enorme agradecimento à minha companheira Paolla. Ela é leveza e escuta, nesta dissertação esteve presente do início ao fim participando. Lendo e revisando os textos, assim como escutando as angústias sobre os entraves das pesquisas. Te amo muito, esta dissertação também é sua!

*Milhões de pessoas boas morrem de fome / E o culpado, condenado disto é o próprio homem / O domínio / está em mão de poderosos, mentirosos / Que não querem saber, porcos, mas querem todos mortos / Pessoas trabalham o mês inteiro / Se cansam, se esgotam, por pouco dinheiro.*

**Tempos difíceis,  
Racionais MC**



## RESUMO

Os entregadores por aplicativo constituem uma das categorias de serviço crescente no país. Expostos ao dano, a assédios e a acidentes, a responsabilidade do serviço recai somente sobre si. Por essa individualização, a análise crítica caracteriza-os como uma classe descrente ao futuro e resignada perante as transformações sociais. A via aberta pelo movimento dos entregadores antifascistas em 2020 possibilitou a presente pesquisa, o que se via enquanto subjetividade individual, sem material físico e pessoal para a construção de alianças, realizou uma das principais manifestações contra a precariedade do trabalho e contra o governo. Aqueles fora da legislação do campo do direito, sem nenhuma organização prévia e pouco reconhecimento, persistem. Esse problema levou à questão da pesquisa: É possível pensar um sujeito político sem garantia legislativa, sujeito produzido através do espaço de ação? Enquanto metodologia, foram recolhidas entrevistas divulgadas pelos entregadores antifascistas nas suas redes sociais, principalmente do entregador Paulo Lima, conhecido como Galo, no período de 2020 a 2022. Para debater o material, a escolha por Butler e a sua psicanálise deve-se ao fato de se pôr em questão na sua produção o impasse colocado por esses corpos na vida política. O objetivo da pesquisa é discutir o sujeito político através da reivindicação dos entregadores. A hipótese seguida é a produção desse sujeito pela via do ato. A partir de uma revolta contra o governo e os aplicativos, os entregadores foram às ruas e construíram uma mobilização de efeitos diversos, assim como incendiaram um monumento para realizar no presente a luta do passado. Isso possibilitou o reconhecimento da categoria, além de fornecer alianças diversas. O ato possibilitou um corte, transformando uma condição em posição política.

**Palavras-chave:** entregadores; condição periférica; aliança; sujeito políticos.

## ABSTRACT

App couriers are one of the growing service categories in the country. Exposed to damage, harassment and accidents, the responsibility for the service rests solely with them. Due to this individualization, the critical analysis characterizes them as a class that does not believe in the future and is resigned on social transformations. The path opened by the movement of anti-fascist couriers in 2020 made this research possible, which was seen as individual subjectivity, without physical and personal material to build alliances, carried out one of the main demonstrations against the precariousness of work and the government. Those outside the field of law legislation, with no prior organization and little recognition, persist. This problem led to the research question: Is it possible to think of a political subject without legislative guarantee, a subject generated through the space of action? As methodology, interviews published by anti-fascist couriers on their social networks were collected, mainly from the courier Paulo Lima, as known as Galo, in the period from 2020 to 2022. To discuss the material, the choice of Butler and her psychoanalysis is to bring into question in its production the impasse posed by these bodies in political life. The objective of the research is to discuss the political subject through the claim of the couriers. The hypothesis followed is the production of this subject through the act. From an insurgency against the government and the apps, the couriers hit the streets and built a mobilization with different effects, as well as set fire to the monument to carry out the struggle of the past in the present. That enabled the recognition of the category, in addition to providing diverse alliances. The act enabled a cut, transforming a condition into a political position.

**Keywords:** couriers; peripheral condition; alliance; political subject.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 “NÓS NÃO SOMOS EMPREENDEDORES P@RR@ NENHUMA, SOMOS FORÇA DE TRABALHO”</b> .....	15
1.1 Os entregadores anunciam: a precarização começa aqui .....	15
1.2 O rosto dos entregadores .....	19
1.3 O avanço do neoliberalismo sob a rubrica da uberização .....	22
1.4 A realização da promessa: a uberização entre os entregadores .....	26
1.5 Entregadores: o retrato da condição periférica .....	29
1.6 O entregador e a condição periférica generalizada .....	31
1.7 Do empreendedorismo ao autogerenciamento subordinado .....	35
<b>2 A ALIANÇA DOS ENTREGADORES</b> .....	40
2.1 Entregadores antifascistas: o precariado nas ruas .....	40
2.2 A reivindicação é coletiva .....	45
2.3 Dos encontros contingentes à manifestação política .....	47
2.4 Alianças não totalizantes .....	50
2.5 O chamamento da performatividade plural .....	52
2.6 A condição precária enquanto aliança primária .....	55
2.7 Os impasses da unificação .....	58
<b>3 OS ATOS DOS SUJEITOS</b> .....	61
3.1 O passado como ponto de batalha .....	62
3.2 O sujeito para além do Eu .....	65
3.3 O Eu entre o Nós .....	69
3.4 A responsabilidade ética do desejo .....	74
3.5 O sujeito em ato .....	77
3.6 O sujeito político .....	79
3.7 A um outro modo de vida .....	81
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	85
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	87

## INTRODUÇÃO

A via aberta pelos entregadores antifascistas em meados de 2020 possibilitou os desdobramentos da trilha desta pesquisa. O percurso adotado no trabalho foi, por vezes, contingente e inesperado do início até o fim. Parto de uma questão particular sobre o sujeito político, ganhando ressonância material ao encontrar o movimento dos entregadores antifascistas.

O problema de pesquisa é decorrente de uma questão que me atravessa há algum tempo. A minha família, composta por trabalhadores do transporte alternativo, encontravam na legalidade o empecilho para o serviço. Constantemente, havia apreensões de carros, bloqueios e blitzes policiais. As empresas de transporte de ônibus realizavam campanhas na televisão e em *Outdoor*, dizendo: “transporte alternativo é crime”. Não somente os alternativos eram criminalizados, os ambulantes e outras profissões, também.

Não demorou muito para percebermos o real problema: para trabalhar era necessário resistir. Acompanhei discussões em torno dos políticos da cidade, manifestações em ruas e na câmara municipal, reuniões provisórias na minha própria casa. A sobrevivência era a principal pauta nos encontros e manifestações. A única fonte de renda da maioria das pessoas que estavam presentes nos atos era oriunda da informalidade.

A dificuldade de ser escutado, os fortes ataques das empresas de transportes, a falta de reconhecimento no geral, nos colocavam em uma posição contrária à lei. Não havia, assim como ainda não há, direito algum. Nada consta nas leis municipais e estaduais sobre essa forma de trabalho. O espaço de ação era o próprio início e o fim. Havia o sentimento de estar lutando pelo certo, mas não havia qualquer respaldo jurídico.

A estratégia, meio aleatória e ingênua, era forçar as portas das repartições jurídicas. Em outras palavras, era jogar o constrangimento da perseguição para o lado de lá. Até hoje, o problema insiste sem nenhuma resposta formal. Entretanto, os atos ganharam apelo e adesão social — principalmente entre aqueles que utilizam o meio de transporte.

Oriundo dessa formação política, chegando à Universidade, comecei a pesquisar sobre política. Logo me deparei com este sujeito oriundo de um processo institucional, denominado sujeito de direito. De modo geral, na minha formação como Psicólogo, a nossa atuação e as políticas públicas caminhavam juntas. Nesse sentido, assegurar aos sujeitos os direitos garantidos na constituição é uma ferramenta ética dos psicólogos para orientar sua atuação dentro das instituições.

A manutenção dessa legislação estava ligada à forma política institucional, tornando-se o meio de garantir leis para lutar contra a precariedade tão presente na nossa vida social. Entretanto, indagava o seguinte problema: como ficam aqueles que não estão dentro do sistema legislativo e não estão ligados ao seu reconhecimento jurídico?

Em outras palavras, como respondem aqueles fora da legislação do campo do direito? Sem uma organização prévia e com pouco reconhecimento, esses sujeitos persistem. Esse problema me levou à questão da pesquisa: é possível pensar um sujeito sem garantia legislativa e intimidade com a política partidária, sujeito produzido através do espaço de ação?

Tal pergunta levou a se pensar primeiro o sujeito político, e não sua forma de organização. De certa forma, a ação vinha na frente. Primeiro se revolta, produz um ato e o saldo desse processo viria depois. Por isso, mesmo aparecendo algumas formas de organização, o presente trabalho investiga o sujeito político oriundo dessa condição de precariedade.

Para investigar tal questão, recorri à literatura. Na graduação, estudei o desamparo em Freud como forma de transformação política. No mestrado, o meu problema voltou-se à precariedade na obra de Butler (2018) e o sujeito político oriundo da política de rua. Baseado no Eu, a hipótese era: o Eu enquanto relacionalidade social, que implica um sujeito político que não se constitui sem o outro.

A questão era articulada por Butler e a sua psicanálise. Até que comecei a estudar o movimento insurgente em 2020: o dos entregadores antifascistas. Houve, então, uma reviravolta na pesquisa: a questão, que antes era tratada pela via da teoria, encontrava agora outra materialidade: a reivindicação dos entregadores. O problema era similar ao do transporte alternativo, entretanto, os entregadores haviam adentrado a lei. Ao adentrá-la — sonho de alguns trabalhadores do transporte alternativo —, foi construído outro processo. O que se viu não foi a realização da promessa de desenvolvimento. Pelo contrário, controlados pelos aplicativos, a precariedade é gerenciada e mantida pela lei. Distante das garantias expostas nas leis, a reforma trabalhista, em 2017, legalizou a precariedade. Dessa forma, os entregadores não são ilegais, estão dentro da norma, mas, de maneira paradoxal, eles são autônomos e, por isso, não deveriam receber salário.

A investigação da questão acima, sobre a formação do sujeito político ganhou outros contornos e reverberações. Como veremos, no caso dos entregadores, trata-se de tensionar a passagem desse corpo em condição periférica em sujeito político. Assim, ao adentrar a legislação, a minha pergunta continua similar à anterior: como reivindicar um amparo jurídico em um cenário no qual a própria legislação oferta e legaliza a precariedade do serviço?

Enquanto metodologia, passei a recolher o material de entrevista do movimento dos entregadores antifascistas, principalmente do entregador Paulo Lima, conhecido como Galo. Recolhi diversas entrevistas divulgadas pelo entregador nas suas redes sociais entre 2020-2022, listadas ao final desta pesquisa. A partir delas, colhi os principais contornos do que foi a manifestação dos entregadores antifascistas e os problemas relacionados aos entregadores. A materialidade deste trabalho é, portanto, concernente a um conjunto de entrevistas realizadas, em grande parte, por mídias alternativas.

O que era um exemplo aos poucos virou o eixo central da pesquisa. O material coletado nessas entrevistas tornou-se dissertação. Esses textos me levaram a acessar um material imprevisto, tanto sobre os dados dos entregadores quanto o debate sobre o que é o neoliberalismo, a uberização e a sua inserção no cenário brasileiro. Recorri também à possibilidade de uma entrevista com Paulo Lima, assim como outros entregadores. Contudo, mesmo não conseguindo acesso direto a ele, as suas entrevistas abordavam a questão da minha pesquisa — de forma recorrente, perguntavam sobre o surgimento do movimento dos entregadores antifascistas, o novo sujeito político oriundo desse processo, a sua ação política e as formas de transformação. Ao acompanhar as entrevistas, escutei três problemáticas principais, destacadas cada uma em um capítulo: uberização entre os entregadores; alianças; e a produção do sujeito político.

Isso me possibilitou retornar a alguns debates com Butler e a psicanálise, mas de um outro lugar: os conceitos me fizeram olhar a cena orientada por um determinado olhar, assim como retornei a esses autores para tensionar certos problemas postos no discurso e atos dos entregadores. A escolha por Butler e a sua relação com a psicanálise deve-se ao fato de a autora colocar em questão na sua obra o impasse posto por esses corpos na vida política.

Quando se pensa na modalidade de resistência dos entregadores, bem como o precariado no geral, a literatura predominante é a Marxista. Não a abandonando, o primeiro capítulo retrata os dados coletados principalmente do Marxismo. Entretanto, a escolha por Butler oferece, a meu ver, um plano fecundo de pensamento: o sujeito produzido no próprio espaço da ação.

Podemos destacar a dificuldade de narrar a construção desse espaço de ação por meio das entrevistas. Dito em forma de pergunta, o discurso coletado na reportagem, assim como em outras entrevistas, condiz com a real mobilização dos entregadores? Acolhendo o problema como significativo, a presente pesquisa trata-se mais de colher o testemunho de quem participou e participa do movimento, assim como perceber sua reverberação.

Outro ponto importante é o seguinte: a imagem, a transmissão e a reverberação pelas mídias sociais também compõem o cenário de atuação política dos entregadores. Cada vez mais, é difícil separar a ação política da rua com as manifestações digitais, existindo uma espécie de extensão de um ao outro. A repercussão de um ato na rua ganha dimensões amplas quando são difundidas nas redes, mesmo havendo certo controle de divulgação por parte do algoritmo.

Realizar uma pesquisa em meio ao próprio surgimento do movimento nos coloca impasses, pois a luz da atualidade, por vezes, nos encandeia. Entretanto, o desafio é justamente caminhar sobre as questões do presente e as suas formas de resistência produzidas. Conforme nos diz Agamben (2009), tatear e caminhar pelas sombras da contemporaneidade nos permite vislumbrar e trazer à tona alguns traços que habitam a escuridão do agora.

O objetivo da pesquisa é, então, discutir o sujeito político através da reivindicação dos entregadores. A hipótese seguida é a produção desse sujeito pela via do ato. A partir de uma revolta contra o governo e os aplicativos, os entregadores foram às ruas e construíram uma mobilização de efeitos diversos, assim como incendiaram um monumento para realizar no presente a luta do passado

Desta forma, o trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro é orientado pela incidência do neoliberalismo no sul global, bem como sua ampliação pelo espaço com a chegada da Uberização. Esse processo encontrou no Brasil o trabalho informal existente, oriundo de uma condição periférica. Os entregadores, majoritariamente negros e periféricos, acabaram sendo o principal alvo desse processo. São frutos da junção de um neoliberalismo radical com a condição periférica generalizada brasileira.

No segundo capítulo, volto à construção dos movimentos dos entregadores antifascistas e a suas formas de aliança. A imprevisibilidade das consequências das suas ações, assim como suas formas de coalizões, é o ponto que discuto nesse capítulo. A construção de um movimento sem um lugar de fixação, imprevisível, coloca impasses em relação à organização no que diz respeito às alianças. Pelo serviço ser individualizado, sendo difícil a organização e o estabelecimento de encontros, existe um pensamento crítico que os coloca enquanto pragmáticos e pacíficos em relação às empresas de aplicativo. Entretanto, os entregadores antifascistas conseguiram formar um conjunto de alianças inesperadas para o fortalecimento da sua reivindicação.

No terceiro capítulo, há um debate sobre a passagem do Eu ao Ato e sobre a produção do sujeito político a partir da manifestação acerca do monumento do Borba Gato. Se, por um lado, há a compreensão de um Eu constituído com o outro produzindo uma responsabilidade

ética, um Eu implicado socialmente, abarcando um regime de solidariedade radical; por outro lado, o ato visa a desconstruir e romper com uma gramática estrutural, bem como a instaurar outros sujeitos políticos.



## 1 “NÓS NÃO SOMOS EMPREENDEDORES P@RR@ NENHUMA, SOMOS FORÇA DE TRABALHO”

Este capítulo trata sobre o rosto dos entregadores. O rosto remete às vozes, à cor, aos olhares, aos predicativos que circulam nesse rosto. Começar o capítulo compondo esse cenário é olhar de frente quem é tal corpo que vimos, mas não olhamos. Um rosto, geralmente desconhecido, que circula nas ruas com a mochila térmica nas costas, pouca proteção e segurança.

Parto de um questionamento oriundo do movimento dos entregadores antifascistas. A primeira nomeação que incide sob esse rosto é de empreendedor, termo geralmente utilizado pelos aplicativos para nomeá-los. Entretanto, os entregadores antifascistas dizem: eles não são empreendedores, são força de trabalho. Entre empreendedor e trabalhador, havia um campo de investigação, e retomamos a pergunta: quem são os entregadores?

O capítulo levanta os principais nomes e dados bibliográficos sobre quem são esses corpos. Podemos dizer que a ordem das questões seguiu o caminho da pesquisa. Sabendo de início que não há neutralidade ao ver e retratar esse rosto, a análise partiu, primeiramente, da perspectiva crítica neoliberal. O avanço da uberização — sua forma de gestão do trabalho — é um dos eixos principais do neoliberalismo da nossa época e, portanto, os entregadores por aplicativo são frutos desse processo.

No segundo momento do capítulo, o trabalho versa sobre outro ângulo de análise desse rosto: não somente a partir do neoliberalismo, mas também da condição periférica — tão presente em nosso país. Os entregadores existiam antes da chegada dos aplicativos e, portanto, o que existe com a chegada dos aplicativos é a apropriação dessa condição periférica.

Nesse ponto, o caso dos entregadores é significativo. O que antes era considerado informal, hoje é legalizado. Ou seja, o que antes era periférico, agora adentra o centro. Informalidade e formalidade, ilegal e legal, caminham juntos. Justamente por isso, o viver periférico compõe o retrato desse rosto. Dar forma ao que não é visto.

### 1.1 Os entregadores anunciam: a precarização começa aqui

Junho de 2020, vários *motoboy*s espalhados pela cidade de São Paulo convocam os entregadores à paralisação nacional da categoria. Em vídeo circulado na internet, um entregador diz: “nós não somos empreendedores porr@ nenhuma, somos força de trabalho” (BRASIL 247,

2020). Os entregadores denominavam-se antifascistas, semanas antes o movimento participou do seu primeiro ato: o protesto contra as manifestações em prol da ditadura militar e o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

Antes desse mês, o entregador Paulo Lima — também conhecido como Galo — viralizou nas redes sociais ao publicar um vídeo dizendo “Sabe como é difícil carregar comida nas costas de barriga vazia?” (LIMA, 2021a, [n.p.]). O vídeo foi publicado após este ser bloqueado, pela terceira vez no aplicativo, ao não concluir uma corrida por causa de problemas na moto — isso na data do seu aniversário. Segundo Paulo Lima, o intuito era relatar o sofrimento de um *motoboy* que é submetido às regras de um aplicativo por causa da sobrevivência. “[...] a barriga começou a roncar mais alto do que o meu sonho” (LIMA, 2021a, [n.p.]). Entre acidentes e demissões, trabalhou na empresa de aplicativo até o dia 21 de março de 2020.

Quando publicou o vídeo, a mídia entrou em contato para ajudá-lo, perguntando se estava precisando de assistência. Apresentadores de televisão o procuraram para fazer participação em programas. As figuras públicas isolavam a sua fala como fracasso do empreendedor, a ajuda tinha eminentemente o caráter assistencialista e propagandista. Posteriormente, um segundo vídeo começou a viralizar na internet.

Neste, o Galo estava reunido com outros entregadores em uma avenida dizendo que eles eram trabalhadores, não empreendedores. A partir de então, as mídias que o procuraram sumiram, o aplicativo não mandou mais pedidos — mesmo com o cadastro ativo — e os espaços de participação foram reduzidos. Diante disso, o *motoboy* avançou na luta contra a ideia de empreendedorismo, aparecendo em público relatando o que é ser um entregador por aplicativo e como ele estava entrelaçado com diferentes formas de sofrimento no cotidiano da periferia.

Entrou em contato com os entregadores por moto, mas a sua reivindicação não ecoou. Aos poucos a ideia ganhou corpo entre os entregadores por bicicleta, modalidade de serviço ainda mais precária. A partir desses encontros, o movimento foi sendo gestado. A insatisfação voltou-se à rua e às mídias alternativas, assim como às redes sociais. Assim chegaram a junho de 2020, com o movimento dos entregadores ganhando corpo e ressonância a cada conversa, reunião, encontro etc. Em suas primeiras entrevistas, o entregador dizia:

Por enquanto, somos um grupo muito pequeno, mas estamos nos organizando. Toda hora eu faço discurso, dou uma de Lula (ex-presidente). Vou num grupo de motoboy, faço um discurso. Vou numa manifestação, faço um discurso. E ali consigo, um, dois, três. Porque existe uma mentira que foi contada pra gente que somos empreendedores. Então, primeiro tenho que buscar desconstruir essa mentira do empreendedorismo,

para depois explicar para os caras o que é fascismo e conseguir convencer. (LIMA, 2020a)

O primeiro passo da conversa entre os entregadores era desmistificar a gramática do empreendedorismo no setor de serviços, um dos mercados que mais avança no país. Até 2020, mais de 5,5 milhões de pessoas trabalhavam no setor de entregas gerenciadas por aplicativo no Brasil (DEISTER; MIRANDA, 2020). A dinâmica consiste em oferecer aos entregadores, a baixo custo salarial, corridas a preço flexível.

A rua foi o lugar onde o movimento foi sendo gerido. Parando a moto em diversos setores da cidade, nos lugares onde os entregadores esperavam o pedido, Galo abria o espaço para discutir a atual forma de gestão do aplicativo. Com uma percepção aguçada, o entregador discutia o que é a uberização entre os entregadores, assim como escutava o que os colegas diziam sobre essa forma de trabalho. Em entrevista à Folha de São Paulo (‘ENTREGADOR...’, 2021), o entregador relatou que o avanço da uberização entre os entregadores ocorreu da seguinte forma:

Imagina que o entregador é uma tribo, mano. Todo dia o entregador vai lá no rio pescar seu peixe. Do nada o rio seca, não tem mais peixe. E aparece um homem branco na porta da tribo e fala assim: “qual o problema de vocês, por que estão tristes?”. Aí o entregador fala: ah, “nois tá” passando fome, mano, acabou o peixe do rio, homem branco. O branco fala: “é isso, mano? Eu tenho a solução. Eu tenho uma fazenda aqui perto e tá cheio de peixe lá”. No outro dia eles voltam com uma abundância de peixe para a tribo e eles falam: “ó, é verdade, o homem branco tem peixes. Olha o tanto”. No outro dia todos os entregadores falam: “vamos lá, é peixe mesmo”. Quando os entregadores ‘chega’ no outro dia desse acontecido, o homem branco barra esses entregadores na porta e fala assim: “ó, mano, você não vai poder pescar aqui, porque aqui é a minha propriedade, aqui tem regra. Você só pode pescar aqui se você seguir a regra, e a regra é a seguinte: cada um de vocês pode pescar até 10 peixes, 7 é meu e 3 de vocês. Quer?” Não tem peixe, vocês acham que o entregador vai fazer o quê? (ENTREGADOR....’, 2021, [n.p.]

Contudo, há implícito nessa história uma outra, ainda não contada aos entregadores:

A única coisa que esse homem branco não vai contar, é que ele foi lá com o capital dele, com a tecnologia dele, com toda a força que ele tem, com as máquinas dele, no rio de noite, drenou todos os peixes daquele rio, colocou na fazenda dele, e agora a gente tá tendo que pescar os mesmos peixes que a gente sempre pescou. (ENTREGADOR....’, 2021, [n.p.]

Segundo ele, os entregadores necessitam saber dessa história — de forma que os outros entregadores encarem a precariedade a que estão submetidos. Não como empreendedores, mas trabalhadores submetidos a uma forma de exploração. Na pandemia, os entregadores ganharam

visibilidade por serem um dos poucos setores de serviços na rua, entregando encomendas sem proteção e segurança.

Em vez de reconhecimento do serviço e melhoria nas condições de trabalho — principalmente por oferecer um trabalho de risco —, a degradação aumentou. Sem nenhuma assistência, além dos riscos de acidentes e assédios, agora havia um vírus que poderia contaminá-los e, conseqüentemente, os seus corpos poderiam ser suporte de disseminação. Além disso, a remuneração ficou precária e a concorrência aumentou por causa do desemprego em diversas áreas.

No mundo do trabalho, vemos o modelo de serviço avançar em diversas camadas da população. Por isso, se a revolução industrial se expandiu para todos, a uberização se expande continuamente para todos, afirma o Galo ('ENTREGADOR...', 2021). O trabalho dos entregadores demonstra isso da forma mais dramática possível, mas percebe-se sua expansão em diferentes sistemas.

Aos poucos avançam às outras áreas, assim como a revolução industrial, só que agora atacando os direitos adquiridos: “A revolução industrial suprimiu empregos e a uberização suprime direitos” ('ENTREGADOR...', 2021). Correndo a legislação através da reforma trabalhista, avistamos hoje a expansão da degradação do campo de trabalho — sendo os entregadores um símbolo desse processo.

Segundo o entregador, a dramaticidade de percorrer longos quilômetros, em alta velocidade, para entregar o pedido no horário; a proximidade com a morte; a radical flexibilização pelos aplicativos; todas são especificidades do trabalho de entrega. Justamente por isso, sem nenhuma garantia de direitos, os entregadores começaram em 2020 a mobilização em busca de alguma conquista jurídica.

Entretanto, nem todos os entregadores são a favor dessas conquistas. Muitos encaram tal realidade como uma solução, uma maneira de enfrentar as adversidades e crises do mercado de trabalho. Contudo, o que se destaca aqui é: dentre um grupo que é constantemente exposto a um discurso de empreendedorismo — favorável às normas neoliberais — uma parcela virou-se contra esse modelo.

Assim, no dia primeiro de julho de 2020, esse grupo de entregadores realizou a primeira paralisação da categoria. Motos e bicicletas ocuparam diversas avenidas do país, o que levou ao grande público a precariedade em que vive o entregador por aplicativo. A fome; trabalhar, de barriga vazia, com comida nas costas; a constante exposição à morte; o assédio; longas

jornadas de trabalho a custo mínimo. Diziam em alto e bom som: esses são os efeitos do empreendedorismo.

## 1.2 O rosto dos entregadores

Aos leitores que acompanham a leitura, muitos provavelmente avistaram — caminhando ou dirigindo pelas ruas da cidade — pessoas em motos ou bicicletas com uma mochila térmica nas costas. Por vezes agrupados em um único local, outras vezes passando entre os carros em enorme velocidade. Avistamos também esse grupo quando realizamos algum pedido, uma entrega rápida com poucos segundos de contato.

A lembrança de tal cena é acompanhada por um rosto sem forma e cor. Não sabemos o nome, e, por vezes, não percebemos o rosto daquele à nossa frente. Como um dos acessórios do serviço é o capacete, a dificuldade de reconhecimento é ainda maior. Justamente por isso, as pesquisas sobre o perfil dos entregadores — algumas com difícil acesso — são fundamentais para descrever quem são esses rostos.

Por ser um fenômeno de trabalho recente, os dados sobre os entregadores ainda estão em processo de produção. Estudos ainda estão sendo produzidos para identificar o perfil e a dinâmica de trabalho dos entregadores em todos os lugares do Brasil. Segundo dados recolhidos pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir de dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), existiam 5,5 milhões entregadores em 2020 — a maioria são homens, jovens, negros, e uma minoria crescente de mulheres (AMÂNCIA, 2021).

Em 2014, as pesquisas entre os *motoboys* informavam como o processo de informalidade era presente no país, isso sem o avanço dos aplicativos. O perfil era o seguinte: 32% dos motofretistas tinham menos de 30 anos e 68% estavam distribuídos entre 30 e 60 anos de idade. No que diz respeito à jornada de trabalho, 90% trabalhavam mais do que oito horas por dia, 50% ultrapassavam as dez horas e 20% trabalhavam entre 13 e 16 horas por dia. Quanto à remuneração, havia uma variação considerável: 30% tinham remuneração entre R\$ 500 e R\$ 1.500; 40% tinham remuneração entre R\$ 1.300 e 2.000; 20%, entre R\$ 2.500 e; e 10%, acima de R\$ 3.000 (ABÍLIO, 2019).

Com a inserção do aplicativo na mediação do serviço, os preços adquiridos entre os entregadores mostraram-se oscilantes. Quando perguntado sobre o valor adquirido, Lima (2020) comenta a variação de preços:

Tem entregador que vai dizer que ganha R\$ 300 a R\$ 400 por dia, tem uns que ganham R\$ 50. Trabalhando de 12h a 14h por dia, eu ganhava R\$ 100, mas tinha que tirar daí o plano de celular, a gasolina e a alimentação. Todos os meses botava uns R\$ 600 reais de combustível. No final sobrava menos de R\$ 1 mil pra viver. (LIMA, 2020a)

Além dos *motoboys*, há no serviço de entrega outra categoria: os *bikeboys*. Atualmente já são mais de 30 mil ciclistas trabalhando por aplicativos somente na cidade de São Paulo (ALIANÇA BIKE, 2019). São predominantemente jovens que aderem a um serviço precário, rodam a cidade — até lugares de difícil acesso — para realizar a entrega. Entre os motivos que estão fazendo os entregadores optarem por essa forma de entrega, destacam-se o aumento do preço da gasolina, os custos da manutenção e o crescimento de gastos ocasionados por acidentes.

A pesquisa mais reveladora sobre quem são os entregadores foi realizada por uma empresa de bicicletas, um estudo importante realizado pela Aliança Bike (2019) sobre o perfil dos entregadores que trabalham de *bike* na cidade de São Paulo. Na pesquisa realizada com 270 *bikeboys*, Aliança Bike (2019) apresentou o seguinte perfil: 75% dos entrevistados tinham até 22 anos; 57% dos entrevistados afirmaram que trabalhavam de segunda a domingo; 75% trabalham até 12 horas por dia, sendo que 30% pedalam mais de 50 km por dia.

Em média, esses trabalhadores recebem R\$ 992 por mês. Quanto à escolaridade, 40% têm até o ensino fundamental completo; 53%, o ensino médio completo; 4% têm até o nível superior; e 1%, pós-graduação. Em relação à cor ou raça, 71% se declararam negros (sendo 44% pardos e 27% pretos), 26% brancos, 2% amarelos e 1% indígenas.

No que diz respeito à despesa para a prestação de serviços, 5% responderam que não realizaram nenhum investimento; 27% tiveram despesas com conserto ou manutenção; 31% compraram uma bicicleta; 59% alteraram o plano de dados do celular; e 67% precisaram comprar a mochila térmica para as entregas. Parte dos entrevistados (16%) alegou ter realizado despesas em relação a acessórios para bicicleta.

Os entregadores percorrem em média 10,3 km para chegar às avenidas e aos locais de trabalho. Uma vez trabalhando, percorrem, em média, mais 40 km. Considerando que 57% trabalham todos os dias da semana; 24%, seis dias; e 11%, cinco dias; é possível afirmar que a média percorrida pelo entregador de bicicleta ultrapassa 300 km por semana. Diante disso, alguns optam por utilizar bicicletas compartilhadas das estações do sistema Itaú, pagando o plano mensal de R\$ 20. Nesse caso, o aluguel diminui os gastos da manutenção, assim como facilita a utilização de outros transportes para chegar às estações de bicicleta.

Os custos do deslocamento e do desgaste físico pelo retorno às suas casas — a maioria localizada na periferia — têm resultado em jovens perambulando e dormindo nas ruas da cidade (ABÍLIO, 2020). É comum ver jovens com suas mochilas nas costas vagando pelas ruas esperando um pedido de entrega ou dormindo nas praças da cidade, descansando enquanto não há outro pedido.

A pesquisa demonstra que 37% dos trabalhadores fazem entregas há menos de 3 meses; 28%, entre 3 e 6 meses; 22%, entre 6 meses e 1 ano; 11%, entre 1 e 2 anos; e 2%, há mais de 2 anos. Nesse sentido, é possível dizer que 65% atuam no setor há menos de 6 meses. Como o trabalho é considerado como provisório para muitos entrevistados, a rotatividade é considerável.

Entre as mulheres entregadoras, existem especificidades na dinâmica do serviço. Segundo relato das próprias entregadoras (AMÂNCIA, 2021), as mochilas térmicas utilizadas para o transporte apertam os seios; a ausência do ponto de apoio resulta em condições insalubres; as trabalhadoras se arriscam pedindo a um e a outro a utilização de sanitários; no período menstrual, algumas trabalham com cólicas, febre e outros sintomas; e outras precisam parar de trabalhar até o ciclo terminar.

Acrescenta-se a isso a dupla jornada. Além do trabalho como entregadoras, enfrentam as atividades domésticas. Devido à necessidade, muitas também trabalham de bicicleta. O saldo físico é relatado da seguinte forma por uma entregadora: “Quando o cansaço toma conta, deito literalmente com as costas no chão para aliviar a dor na coluna, causada pelo peso da bag ao longo de um dia mais puxado” (AMÂNCIA, 2021).

Portando, por meio desses dados, podemos começar a identificar quem são os entregadores e quais os seus rostos: “[...] ele é brasileiro, homem, negro, entre 18 e 22 anos de idade e com ensino médio completo, que estava desempregado e agora trabalha todos os dias da semana, de 9 a 10 horas por dia e tem ganho médio mensal de R\$ 992” (ALIANÇA BIKE, 2019, p. 6).

Trata-se, no final das contas, de uma parcela de pessoas que não encontram espaço no mercado formal de trabalho — com poucos ou nenhum direito. Nesse sentido, são variados os termos para qualificar os entregadores (DUBAL, 2021). Cibertariado, infoproletariado, intermitentes globais são os trabalhadores da era digital, mais ou menos intermitentes e inconstantes, conectados a um aplicativo. Ao contrário do fim do trabalho, mediante o surgimento do maquinário informacional digital, observa-se o surgimento desse novo proletário.

“Trabalho amador” (ANTUNES, 2018) também é um nome sugerido por alguns pesquisadores para qualificar esse grupo. Sujeitos engajados em serviços que não têm estatuto profissional determinado, mas garantem o rendimento para a sua sobrevivência. Também se caracteriza enquanto serviço individualizado, sem muita convivência e contato com outros trabalhadores e trabalhadoras. Ademais, Antunes (2018) acrescenta as seguintes características: “novo proletariado de serviços aparece nesse personagem como descrente em relação ao futuro, resignado e ao mesmo tempo descontente quanto ao presente” (p. 41).

Esse conjunto de características possibilitou o florescimento e o crescimento do que Braga (2017) e Antunes (2018) denominam de precariado global. Crescente não só no Brasil, esse fenômeno se difundiu em países como Inglaterra, França, Portugal e Estados Unidos, e diferencia-se do proletariado clássico por apresentar características próprias. Para eles, pode-se dizer que o precariado é uma parcela do proletariado que vive em circunstâncias ainda mais degradadas, sem nenhuma garantia e segurança.

Esse precariado evidencia as consequências das terceirizações e o novo estágio do neoliberalismo: o da transferência de trabalho, custos e responsabilidades para agrupamentos de usuários-trabalhadores. Atualmente, tal prognóstico está explícito nas plataformas digitais que contam com a adesão de empregadores e consumidores através do empreendedorismo.

### **1.3 O avanço do neoliberalismo sob a rubrica da uberização**

Contra a rigidez do trabalho industrial do século XX, vimos emergir, no início do século XXI, empresas por aplicativos, impulsionadas pela expansão da tecnologia e do mundo digital. No Brasil, dados recentes do Estadão demonstram que cinco empresas por aplicativo se tornaram os maiores “empregadores” do país, dispondo de aproximadamente cinco milhões de trabalhadores (APLICATIVOS..., 2019).

O processo, à primeira vista, refere-se a uma dinâmica externa, começada por meio dos governos americanos e europeus, que incentivaram o avanço das privatizações de estatais e o livre comércio. Tais processos foram denominados de Neoliberalismo, avançando sobre as camadas mais precárias. O modelo neoliberal, ao longo da década de 1980, difundiu novas diretrizes econômicas, assim como o pensamento de uma nova administração empresarial. Ao estudar as implicações e ressonâncias desse processo, um geógrafo britânico sintetizou o processo da seguinte forma:



O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, 2008, p. 12)

Propriedade privada, livre mercado e livre comércio. Sob esses marcadores, aconteceu uma expansão da estratégia de gestão econômica. O espaço passou a ser um elemento fundamental para a expansão da dinâmica do capital. Os comerciantes locais, os bairros, os ambulantes, os corpos em geral, passaram a possuir valor comercial. Nesse sentido, o espaço não é somente físico, mas virtual, subjetivo e dentre outros lugares que o monopólio financeiro observa como meios de amplificar seus ganhos.

Aberta a facilitação para os empreendedores, que cada vez mais desejam expandir e beneficiar-se de serviços locais, os empresários avançavam em diferentes países do sul global em busca de gerar aquilo que, na gramática marxista, denomina-se de mais-valia (ANTUNES, 2018). Isto é, o lucro, o capital restante após o processo de fabricação e negociação.

A expansão geográfica passou a ser essencial para o processo de acumulação, o capitalismo necessita criar vínculos, relações, meios de funcionamento em outros lugares para se perpetuar. Não à toa o comércio de serviços, transportes, o maquinário logístico em geral, alastrou-se no final do século XX. Com a chegada da tecnologia, um segundo processo de apropriação vem se perpetuando: os aplicativos de serviço (HARVEY, 2008).

Esse retrato do neoliberalismo do final da última década é importante para compreendermos a origem do processo que conhecemos hoje com o nome de “Uberização”. No Brasil, o avanço do neoliberalismo deu-se de duas maneiras na virada do século: privatizações das estatais e redução dos direitos trabalhistas. Não à toa, os estudos sobre os *call centers* avançaram, destacando-se as implicações trazidas aos infoproletários (ANTUNES; BRAGA, 2009).

O trabalhador gerido a metas, a polivalência no campo de trabalho e a forma de tratamento nas relações foram alvo de uma série de artigos sobre a dinâmica dos trabalhadores dos *call centers* na primeira década do século. A privatização do setor de telecomunicação e a abertura do mercado a redes de serviços geraram novas estratégias de gestão que mesclam flexibilidade e rigidez. Ao mesmo tempo que o trabalhador é incitado a acreditar no “você é a empresa”, um conjunto de objetivos e obrigações é imposto a ele.

Antunes e Braga (2009) comenta o avanço da tecnologia no mundo de serviços. O autor notava que a empolgação inicial da transformação da sociedade de trabalho pela via tecnológica, a tão sonhada modernização da sociedade que se constituía em redes e laços

digitais, nos quais toda a produção tenderia a se transformar; o trabalhador obtendo acesso à rede, sites e informações da própria casa; o tão esperado trabalho informacional; mostravam, na realidade, a ampliação da precariedade. Nesse contexto, a apropriação da tecnologia pelas organizações dos serviços intensificou a gestão autônoma dos funcionários.

No bojo da tecnologia e sua inserção no país, o espaço e a dinâmica de serviço passaram a ser outros: trabalho fragmentado, jornadas de trabalho sem regulamentação, os riscos e os danos de serviço direcionando-se ao trabalhador. A rede informacional abria, assim, um novo campo, o sonho de uma nova era começava a mostrar sua verdadeira face.

A tecnologia ampliava o tripé que caracteriza, como veremos, a estrutura da dinâmica da uberização: a terceirização, a informalidade e a flexibilidade (ANTUNES, 2018). Esse tripé tornou-se a amarração do léxico das corporativas globais. O resultado mais grave desse processo é, para alguns autores, a escravidão digital (ANTUNES, 2020), que produz a expansão contínua dos trabalhadores intermitentes.

Desse modo, surgiram no início do século diversos serviços que utilizavam da terceirização, da informalidade e da flexibilidade para ampliar o lucro em detrimento dos direitos trabalhistas. Com terreno aberto, vimos então, em 2014, a chegada da empresa Uber ao país. Ocupando o espaço dos taxistas, profissão cada vez mais rara, os motoristas por aplicativo ampliaram-se de maneira exponencial.

Na esteira da perspectiva neoliberal, avançando em espaços e ampliando a sua forma de gestão, podemos afirmar que a Uber instalou uma novidade de gestão do trabalho no Brasil. A dinâmica é ofertada da seguinte maneira: o motorista realiza seu *login* no aplicativo e a empresa, em contato direto com o cliente, oferta o valor da corrida (ABÍLIO, 2021). O aplicativo, no caso, é um mediador. Em troca de facilitar o contato dos motoristas com os clientes, os trabalhadores e as trabalhadoras arcam com as despesas do carro, custos decorrentes do serviço, não ganham pelo tempo de espera e pelo percurso até o local do embarque e pagam uma taxa por cada corrida realizada.

Caso recusem as solicitações, correm o risco de suspensão, sendo geralmente bloqueados por tempo indeterminado (DUBAL, 2021). Como um bom exemplo da expansão do capitalismo pelo espaço — agora através da tecnologia — o nome uberização vem sendo apropriado para definir esse novo modelo e método de serviço, estendendo-se a uma dinâmica geral de funcionamento.

À vista disso, a uberização pode ser definida, de início, “[...] a um novo tipo de controle, gerenciamento e organização do trabalho.” (ABÍLIO, 2021, p. 1). Em seu cerne está a redução

de trabalhadores sob demanda, o rebaixamento do valor do trabalho, o aumento da carga horária, a informalidade, o avanço da terceirização e, principalmente, a falta de garantias trabalhistas ao profissional de serviço.

A sua conceituação engloba diversas experiências para além da empresa Uber. Um exemplo disso é o serviço *zero hour contract* (contrato de zero horas), originado no Reino Unido, que permite aos trabalhadores estarem à disposição de uma plataforma *on-line*, horas ao dia, à espera de uma demanda de serviço. Em vez de um salário, as empresas optam por um sistema de contratação por horas, sem limite de carga horária e sem indenizações decorrentes de demissão.

Esse sistema abrange uma carga imensa de trabalhadores de diferentes áreas, a saber: médicos, enfermeiros, trabalhadores do Core (cuidadores de crianças, de idosos, de pessoas com necessidades especiais etc.), advogados, serviço doméstico, psicólogos, entre tantos outros (ANTUNES, 2020). Todo o sistema é facilitado por aplicativos de celular e o mundo digital.

A flexibilidade desse funcionamento decorrente da uberização vem avançando sobre os direitos trabalhistas em todo mundo. Na Itália, até 2017, alguns serviços eram pagos a *Voucher*. Em troca de horas de trabalho, as pessoas recebiam *vouchers* — trocados pelo equivalente monetário, baseado no salário-mínimo legal do país (ANTUNES, 2018). Em Portugal, além da troca de horas de trabalho por *Voucher*, o excedente de trabalho — conhecido no Brasil como “hora-extra” — é pago em *Vouchers* com o valor menor do que o salário-mínimo, o que significa uma precarização ainda maior (ANTUNES, 2018). Tais dinâmicas são ampliadas em países cujos direitos trabalhistas não existem ou estão fragilizados.

Para aplicativos e empresas que avançam seu sistema sobre o campo de serviços, tal modalidade é sinônimo de liberdade e de autonomia (LAVAL; DARDOT, 2016). Os trabalhadores agora são livres para escolher o seu horário, determinar a quantidade de força de trabalho em determinados serviços, assim como a forma de sua remuneração. Aqui há uma ideia fundamental do processo de Uberização utilizada pelas empresas: liberdade como capacidade de autogestão.

Para consolidar de vez essa forma de gestão do trabalho, a gramática do empreendedor-de-si alastrou-se pelos quatro cantos. De certa forma, a flexibilidade, a possibilidade de trabalhar em qualquer hora sem o patrão com rosto, foi bem recebida de forma positiva no Brasil. Ela vinculou-se rapidamente a uma dinâmica informal já existente no país.

Ao assimilar essa proposta, as pessoas veem a dinâmica de serviço como solução. Para alguns, a oportunidade de conseguir um “extra” salarial. Por parte do aplicativo, assegurar a

dinâmica de adesão, o modelo de flexibilidade do trabalho e a autogestão do sujeito na produção de serviço partem da construção de diversas estratégias subjetivas.

“Colaboradores”, “salários flexíveis”, “envolvimento participativo”, “você faz a empresa”, “trabalhador polivalente”, “economia e trabalho digital”, entre outros, constroem modalidades de vida baseadas no cálculo utilitarista. “Tempo é dinheiro”, metas e competências passam a gerir não somente a sua relação com o trabalho, mas todo o seu entorno (ANTUNES; BRAGA, 2009).

Aos poucos, a uberização estende o modelo econômico a uma forma de vida. No jogo entre empresa e usuário, “parceria” e “cooperação” são os termos do contrato. Agora, os próprios trabalhadores calculam o seu tempo de serviço, têm autonomia para aceitar ou não os pedidos. Para isso, a adesão ao aplicativo como necessidade e modo de sobrevivência dos sujeitos é colocada à margem.

#### **1.4 A realização da promessa: a uberização entre os entregadores**

Vimos como a uberização é um movimento que avança sobre o tripé: terceirização, informalidade e flexibilidade (ANTUNES, 2018), reduzindo direitos sociais e construindo uma nova forma de trabalho. Sua gramática construída a partir de uma teoria social e econômica, o neoliberalismo, o empreendedorismo, o uso da tecnologia e todas as suas ferramentas avançam pelos espaços periféricos.

No início do século XVIII, o advento da revolução industrial modificou as formas da relação do sujeito com o trabalho (ANTUNES, 2018). Acostumados com a vida do campo, as pessoas começaram a organizar-se em volta das empresas em busca de emprego. Nesse contexto, camponeses, homens, mulheres e crianças, eram submetidos a jornadas exaustivas, a baixo custo salarial e a péssimas condições de trabalho.

Nas fábricas, a exaustão consumia o tempo de vida das pessoas. Sob o trabalho repetitivo, a insalubridade do ambiente e nenhuma proteção de direitos, as pessoas viviam e morriam. Crianças, mulheres grávidas e pessoas com deficiência eram consideradas mão de obra barata — ganhavam menos que os homens comuns — com a mesma obrigação e o mesmo ritmo de trabalho (ANTUNES, 2018).

Com o tempo, o trabalho infantil foi proibido, as pessoas com deficiência ganharam seu próprio estatuto, direitos foram conquistados para os trabalhadores e trabalhadoras (ANTUNES; BRAGA, 2009). Por meio de manifestações, embates e discussões, movimentos

sociais conseguiram conquistar direitos até então negados. Dentre eles, férias, décimo terceiro salário, segurança no trabalho e saúde.

Alcançada uma legislação trabalhista, mesmo que frágil em diversos aspectos, imaginava-se que as condições de trabalho melhorassem de forma significativa, tanto no que diz respeito ao tempo, quanto às condições de realização das atividades. No caso brasileiro, o processo de redemocratização produziu uma série de promessas sobre as melhorias das condições de trabalho.

Mas o avanço da uberização produziu um novo grupo de trabalhadores: aqueles subordinados aos aplicativos. Dentre eles, o nosso objeto de pesquisa, os entregadores. A chegada dos aplicativos tecnológicos transformou a dinâmica da relação dos entregadores com o trabalho. A informalidade das entregas, antes diretamente consumada entre o cliente e o entregador, tem agora o aplicativo como gestora, uma nova relação com o trabalho foi criada com a chegada dos aplicativos.

Segundo o relato do Paulo Lima (LIMA, 2021a), o sistema de delivery acontecia antes do avanço da tecnologia nos diferentes restaurantes e lojas da cidade. Os trabalhadores pegavam a mercadoria diretamente do estabelecimento e entregavam a preço combinado, fenômeno que já acontecia nas periferias.

Se o serviço existia antes do aplicativo, o que se transformou? Para Paulo Lima, a tecnologia drenou o mercado, transformando-se em senhores e donos da relação e da mediação. Da periferia ao centro, os aplicativos dominaram o mercado do serviço dos entregadores, cada vez mais escassos os contratados diretamente por empresas contratantes.

Se no início da chegada da tecnologia ao Brasil o neoliberalismo avançou pelo *call center* e produzia modalidades de subjetividades em torno da adesão impulsionada pela autogestão, controle e metas (ANTUNES; BRAGA, 2009), o serviço por aplicativo atualiza a adesão sob a rubrica de “autonomia”. O sujeito tem liberdade de escolha, mas até certo ponto. Uma vez trabalhando, tem de submeter-se a regras desconhecidas.

A definição desconhecida do gerenciamento produz diferentes definições e tipos de relação de mediação. Por dois motivos, a subordinação e a gestão do trabalho dos entregadores são difíceis de se reconhecer: i) a empresa define para consumidor e entregador os valores de serviço e entrega; ii) a empresa detém total poder sobre a distribuição de entrega, assim como controla as regras e a dinâmica do serviço (ABÍLIO, 2019). Nessas empresas, o cálculo do preço das corridas é desconhecido pelo entregador e pelo cliente.

De forma automatizada e controlada, a empresa conta com a disponibilidade do trabalhador, sendo esta utilizada apenas quando necessário. Trata-se, definitivamente, da consolidação do modelo denominado *just-in-time*, transferindo ao entregador os custos e riscos do trabalho, enfrentando a ausência de garantias sobre as horas de trabalho, remuneração e direitos trabalhistas em geral (ANTUNES, 2018).

Outro aspecto central na uberização dos entregadores é que as empresas não podem demitir, pois não contratam. Entretanto, podem desligar o trabalhador da plataforma mediante bloqueios temporários e indeterminados. Dessa forma, por meio da tecnologia, a empresa determina quem pode ou não trabalhar, quem pode ou não receber as corridas, quem pode ou não receber promoções.

Por isso, afirma Galo ('ENTREGADOR...', 2021), as plataformas de aplicativo submetem o sujeito a uma dinâmica constante de controle e regras. Se, por um lado, as leis trabalhistas legislam as obrigações do proletariado comum através de averiguação da lei, os entregadores são responsáveis por legislar a si mesmos, assim como são subordinados às regras desconhecidas do aplicativo. A cobrança é consigo mesmo juntamente com um agente externo, sem rosto, que determina quem deve ou não receber a corrida.

Além disso, a dinâmica presente na vida dos entregadores foi ampliada após a reforma trabalhista no ano 2017. O que era e é comum na vida dos entregadores passou a compor o cenário do trabalho de outros serviços (ABÍLIO, 2019). Nesse contexto, Ricardo Antunes (2018) levanta a tese de um retorno aos tempos primitivos do capitalismo, em que o tempo de trabalho, o salário-mínimo, os cuidados no ambiente de trabalho e outras garantias não existiam.

Se a uberização é o meio pelo qual o capitalismo vem suprimindo os direitos conquistados através dos trabalhos intermitentes, carga horária elevada de serviço, falta de segurança e apoio — agora regularizada pela reforma trabalhista —, o trabalho informal pavimentou tais condições. Os entregadores trabalhavam sem proteção trabalhista antes mesmo da aprovação da lei e continuam à margem de outros benefícios trabalhistas.

O que a reforma trabalhista propiciou foi a oportunidade de ampliar a informalidade a outros espaços e regularizar o trabalho do entregador. A consolidação da reforma trabalhista, criada pela Lei nº 13.467 de 2017 (BRASIL, 2017), já se encontra presente em diversos rumos de serviços. Maior flexibilidade na relação empregado/empregador; maior segurança jurídica ao empregador; ampliação das modalidades de contrato; e a flexibilidade conforme o modelo firmado.

Após a aprovação da reforma trabalhista, outras áreas passaram a estar na mesma dinâmica de terceirização e apropriação do trabalho pelos aplicativos. O que antes se referia ao trabalho dos entregadores, estendeu-se a outros serviços. Aos entregadores em si, a principal mudança foi a legalização da sua condição de informalidade, ampliando a categoria via aplicativo aos corpos mais precarizados.

### **1.5 Entregadores: o retrato da condição periférica**

Na verdade, deu-se mesmo um encaixe pelo qual ninguém podia esperar. A alegada contaminação legitimadora da acumulação flexível pela fluidez da boa alternância brasileira de ordem e desordem, vanguarda produtiva e retaguarda social, veio de fato estimular a convergência entre duas modernizações abortadas, ou consumadas, tanto faz, confluência entre o desaburguesamento das elites globais e o “mundo sem culpa” plasmado na outrora promissora quase-anomia periférica. É que neste meio tempo os desclassificados da ordem colonial tomaram-se absolutamente modernos. (ARANTES, 2001, p. 75)

Escrito por Paulo Arantes (2001), *A fratura brasileira no mundo* é um capítulo fundamental para compreender um processo global de transformação. A sua tese principal é a seguinte: existe um processo de brasilianização em curso no mundo. A ideia desenvolvimentista propagada durante o século XX começa a mostrar sua verdadeira face a partir do ponto de vista periférico.

Enquanto nos grandes centros a ideia sobre a democracia, a pacificação dos povos e a estrutura econômica do bem-estar social difundia-se, um outro processo paralelo acontecia nas bordas dos grandes eixos. A violência, a desigualdade e a falta de acesso a uma democracia efetiva predominavam no subúrbio. O que se avistava no final do século XX foi a expansão dessa dinâmica em direção ao centro. Dito de outra forma, não era o centro — e os seus ideais de democracia — que chegava à periferia, o que se via era o oposto: a periferia começava a chegar às metrópoles do capitalismo.

A precariedade avançava, a violência avançava, o desemprego avançava. A propagação de uma sociedade dual (pobres e ricos, centro e periferia, empregados e desempregados), típica da sociedade brasileira, estende-se agora aos grandes centros. Berço de uma comunidade escravocrata e colonial, o país consolidou-se a partir de uma relação entre exploradores e explorados, reconhecida entre os centros e periferias, fazendo do Brasil um laboratório de observação mundial.

O nosso reservatório pré-burguês da desordem colonial, a elite do atraso, que se encontra materialmente em famílias tradicionais que comandam a economia — sem nenhuma

preocupação com os modos de extração —, o rentismo demasiado sem nenhuma preocupação com a terra e pessoas em situação de risco, a expropriação e exploração oriunda desde a chegada dos europeus a partir da extração dos bens naturais a qualquer custo. Toda essa dinâmica produziu um resto que se aglomera nas favelas e periferias das cidades.

Nas periferias, em busca da sobrevivência, o trabalhador é caracterizado como polivalente. A informalidade é o principal meio de renda. Essas características fazem Arantes (2001) apontar que o futuro do trabalho é aqui. O modo de serviços das grandes periferias, nas quais os riscos são delegados ao trabalhador, tenderia a ser apropriado pelo neoliberalismo:

Pensando bem – estamos diante de um outro episódio de acerto involuntário –, o pressentimento de uma flexibilização à brasileira do mundo não chega a ser um despropósito, desde que se inverta o sinal das duas variáveis, qualificando melhor a desordem efetivamente gerada pela flexibilização. (ARANTES, 2001, p. 73)

Ao invés de progresso, o que estava sendo realizado era um processo contínuo de periferação. A informalidade, o trabalhador polivalente, os bicos, entre outras características, seriam regularizadas e fariam parte da dinâmica normal do funcionamento do trabalho. Logo, o sinal invertido das duas variáveis, a que se refere Arantes (2001), seria a mudança de um trabalho com garantias a um trabalho de risco.

À brasileira, o trabalho que compunha a sociedade moderna, mediante direitos e garantias, passaria a uma radical flexibilidade. Seria necessário um sujeito que se dobre às demandas e se ajuste às mudanças. A hierarquia do capital flexível, através do avanço tecnológico, se manifestaria “[...] como compulsão auto-destrutiva dos que trabalham mais embaixo do regime flexível” (ARANTES, 2001, p. 74).

De forma premonitória, o que o Arantes (2001) estava começando a sugerir — a flexibilização à brasileira — se materializa e se concretiza com o entregador por aplicativo. Observamos hoje a degradação do serviço com os entregadores de bicicleta (ALIANÇA BIKE, 2019): longa carga horária nas jornadas de entregas, a pouca remuneração, a elevada duração do deslocamento da casa ao serviço, os bloqueios temporários, as metas e gratificações em horários de maior dificuldade. A forma do trabalho habita em um hiato entre a rigidez e a flexibilidade.

O que se via antes enquanto informalidade, principalmente nas regiões periféricas, agora está nas ruas dos centros à espera de um pedido. Nas esquinas, nas praças, nos canteiros e calçadas, sem nenhum local de apoio. Lançados à própria sorte, guiados por um GPS, os



entregadores correm o risco de assalto, acidentes, enfrentamento de ruas alagadas, congestionamentos, entre outros problemas.

A prova da concretização dos sinais invertidos aparece na naturalização desse modo de vida escancarado pela conclusão do relatório da empresa Aliança Bike (2019). Mesmo permeada pelos dados de precariedade que envolvem os entregadores por bicicleta, surpreendentemente ou não, a conclusão da pesquisa foi a seguinte:

Os benefícios diretos e indiretos da ciclogística para as cidades deveriam colocá-la como um dos vetores prioritários para políticas de incentivo às empresas e órgãos e serviços públicos, bem como aos trabalhadores diretamente. Apenas os 40 quilômetros percorridos por cada ciclista entregador de aplicativo, caso fossem feitos por motocicleta, emitiriam 2,75 Kg de CO<sub>2</sub> por dia - calculando apenas as viagens realizadas para entregas. Ou seja, 1 tonelada de CO<sub>2</sub> por ano deixa de ser emitida por cada ciclista entregador, o que representa uma compensação de 8 árvores por ano. (ALIANÇA BIKE, 2019, p. 24).

O principal objetivo da Aliança Bike ao desenvolver pesquisas e produzir esse relatório sobre os entregadores era construir e oferecer subsídios para a legalização e a comercialização de bicicletas cargueiras por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Em outras palavras, a intenção era legalizar a bicicleta como meio de transporte de cargas (ABÍLIO, 2021).

O que deveria ser considerado um escândalo da degradação da informalidade é visto como meio para a abertura do mercado de bicicleta e a sua, porventura, legalização. Além da bicicleta com cargas, na qual o entregador poderá transportar outros produtos, torna-se profícuo também a comercialização de bicicletas eletrônicas, o que criará uma espécie de carreira do entregador: quem puder pagar mais por uma bicicleta com melhor motor ganhará melhor em relação aos outros.

Chegados ao centro, o saber periférico e a informalidade foram facilmente assimilados pela gestão neoliberal. Não à toa, o perfil do entregador de bicicleta é descrito da seguinte maneira: é um homem, negro, jovem, que estava desempregado e agora trabalha todos os dias da semana, de 9 a 10 horas por dia, e tem ganho médio mensal de R\$ 992 (ALIANÇA BIKE, 2019).

## **1.6 O entregador e a condição periférica generalizada**

Diante desse processo de fratura brasileira no mundo, a naturalização da forma degradada de serviço, os corpos majoritariamente periféricos, a exaustão do serviço, as

condições insalubres, a constante rotatividade entre emprego e desemprego, a violência e o assédio que esses corpos sofrem reforçam a tese de um devir-periférico do mundo, colocada pelo Thiago Cannetiere (2022).

O entregador é uma das facetas desse devir. Ao invés do trabalho qualificado e bem remunerado chegando à periferia — promessa das leis trabalhistas realmente efetivada —, o que observamos é o viver periférico, a informalidade e a rotatividade chegarem aos centros da cidade. Os entregadores não são somente os que experimentam os processos sociais do neoliberalismo, mas explicitam a condição periférica existente nesse processo. Apontam a periferação do mercado de trabalho sob o domínio e o controle dos aplicativos.

Levando em conta a conjuntura sociopolítica e econômica, assim como as configurações singulares com o serviço, os entregadores vêm apontando algumas características singulares que podem se radicalizar (MASSON; CHRISTO, 2021). Inicialmente, é necessário considerar os fatores de risco que atravessam a profissão, incorporando os problemas e as questões trazidas pela pandemia da COVID-19, assim como a informalização ligada ao controle de algoritmos.

São muitos os fatores em relação a isso. Os algoritmos colocam metas e pressão no trabalhador que não são fáceis de serem cumpridas. A gestão por metas ou simplesmente a participação nos resultados (PR) atuam como uma espécie de compensação pelo esforço e engajamento, uma premiação pela disciplina — além de difundir uma vigilância compartilhada. No caso dos entregadores, a vigilância prescinde de um chefe, sendo a tecnologia o principal meio de observação.

Insera-se nisso a precarização do ambiente, sem nenhum suporte e ponto de apoio. A rotatividade, a insegurança e a insalubridade — comuns no trabalho periférico — somam-se à pressão pelas metas, aos acidentes e à exposição ao adoecimento no gerenciamento do aplicativo. A instabilidade de mercado, o aumento da concorrência e a falta de garantias mínimas para a saúde física e mental dos trabalhadores são atributos da profissão.

O adoecimento causado no contexto de acumulação flexível vem se tornando constante. A pressão por resultados vem desenvolvendo uma série de prejuízos: ansiedade, depressão, suicídio e outros transtornos são comuns no serviço que consome boa parte do tempo da vida cotidiana. Ademais, a pressão por entregas no horário, mesmo com vários pedidos, aumenta o risco de morte.

Além disso, a diminuição do espaço da vida privada, a legalização de tais práticas e o desemprego estrutural transformam a forma do sujeito lidar com o outro e o seu meio social.

Importante destacar que essa flexibilidade à brasileira nasce de um encontro bastante singular. A informalidade presente no país junta-se às regras desconhecidas dos serviços.

Soma-se a esse processo de condição periférica a progressiva diminuição do controle do trabalhador sobre as suas atividades de entrega, a individualização e a solidão por não ter um local de encontro com outros colegas. Como resultado dessa quebra dos laços solidários geram-se problemas osteoarticulares, distúrbios gastrointestinais, alterações cardiovasculares, distúrbios de saúde mental etc. (MASSON; CHRISTO, 2021).

O trabalho do algoritmo nessa modalidade talvez tenha chegado ao mais alto patamar de gerenciamento, os dados de armazenamento calculam o tempo de saída de pedido e de entrega, sem levar em consideração as particularidades do serviço. Um exemplo, dentre outros, são os trajetos que ignoram as especificidades de bicicletas e motos, ampliando o aumento da distância, os riscos, o esforço e o tempo.

Esses processos refletem uma forma avançada de controle sobre a vida e o trabalho, absorvendo e subtraindo as próprias normatividades criadas pelos entregadores. Além de todos esses problemas, eles ainda relatam dificuldades de realizar uma alimentação adequada; não dispõem de locais apropriados para a higienização nem de tempo para realização de pausas para almoço, janta, necessidades fisiológicas; os riscos de furtos ou assaltos são presentes, além de arcarem com os custos e prejuízos derivados dessa dinâmica (ALLIANÇA BIKE, 2019). No que diz respeito ao adoecimento físico, relatam problemas posturais decorrentes do carregamento das entregas, fadiga pelas jornadas de trabalho e problemas gastrointestinais e renais relacionados à alimentação precária e à hidratação deficiente. Há ainda relatos sobre a poluição da cidade e o aumento dos riscos das entregas em dias chuvosos.

No plano psicossocial, os agravos decorrentes das entregas, como, por exemplo, o furo do pneu, aumentam o receio de serem bloqueados temporariamente ou permanentemente pelo aplicativo. Como as normativas não são transparentes, o medo de não cumprirem os critérios é constante. Portanto, gera-se uma “noia psicológica”, relata um entregador, que faz os entregadores aderirem a critérios desconhecidos (MASSON; CHRISTO, 2021).

Considerados trabalhadores essenciais na pandemia ocasionada pela COVID-19, o risco de contaminação entre os entregadores também foi alto (ABÍLIO, 2021). Por estarem na rua e em contato com diferentes pessoas, estavam expostos a diversas intempéries. Há indícios de baixo nível de proteção e prevenção ocasionado pela omissão das empresas em evitar a contaminação pela doença.

Na análise dos dados da PNAD-Covid19 em 2020 (LAPA, 2021), apenas 11% dos entregadores realizaram testes-diagnósticos. Aproximadamente 4,5% testaram positivo, número acima do índice geral da população brasileira, que estava em 3,04%. Mesmo sendo trabalhadores essenciais, essas pessoas são “evitadas” pelos contratantes — constantemente são convidados a se retirarem de estabelecimentos, áreas internas de shoppings, calçadas, entre outros locais, produzindo diversas formas de discriminações.

Mas não é somente por serem possíveis receptores do vírus que os entregadores são evitados. Eles são tratados com desconfiança e são os primeiros a serem culpabilizados pelos problemas. Segundo um entregador, “ou você é um pobre coitado, ou você é um cara que vai roubar lanche ou vai fazer alguma besteira, né?” (MASSON; CHRISTO, 2021, p. 5). Os assédios e as discriminações, estruturais no Brasil, parecem agudizar com a prestação de serviço, ampliando a invisibilidade das condições às quais estão submetidos. O preconceito sofrido ao entrar no restaurante e não ser servido, o tratamento violento da polícia no percurso de uma entrega, o racismo, o preconceito por gênero, entre outros, são acentuados nessa forma de serviço.

Justamente por essa quantidade de características, a chegada da condição periférica ao centro produziu novas formas de conflito social. Cada vez mais a problemática entre os detentores dos meios de produção e a classe trabalhadora caminham junto a outros demarcadores sociais. Com isso, na atual forma econômica, a tensão ocorre entre os sujeitos ainda protegidos pelo mundo “civilizado” e aqueles excluídos, que, de maneira precária, adentram a normatividade e trazem consigo o conflito. Dito de outra forma, eles colocam o antagonismo e os problemas para dentro do centro (CANETTIERI, 2022).

O desemprego, o endividamento, a população sem teto, a necessidade de serviços públicos, a violência e entre outros problemas tradicionais — vistos na periferia e no cotidiano de um entregador — cada vez mais chegam aos que vivem dentro da redoma de proteção social. A superexploração dos países periféricos vem produzindo uma série de desmontes salariais em diversos setores: indústria, educação, saúde etc.

Com isso, a forma-periférica nasce e progride através da dissolução dessas formas anteriores (CANETTIERI, 2022). Tais condições são somadas às regras produzidas pela uberização e pela gestão dos serviços. Uma vez que a informalidade foi legalizada, consequentemente houve uma junção e transformação do modo como os entregadores passaram a lidar com o serviço. Agora sob a égide de um patrão sem rosto.

Portanto, a condição periférica dos entregadores e a sua respectiva apropriação pelo aplicativo trazem ao centro o viver e os conflitos existentes nas bordas. Dentro da normatividade, dizem: a tecnologia é o meio de gerir essa precariedade. Nas palavras do entregador:

Não dá para gritar fome, se não tenho o direito de gritar. Se tem um Brasil que acha que quem tá lá de cima tem que mandar quem tá embaixo calar a boca. [...] Além disso, quando você tem um aplicativo que coloca um robô para dialogar conosco e coloca uma dívida para o trabalhador. E o trabalhador tenta dialogar com a empresa, mas os caras não querem dialogar, isso é fascismo. O aplicativo é fascista. (LIMA, 2020a).

### **1.7 Do empreendedorismo ao autogerenciamento subordinado**

Laval e Dardot (2016) escreveram um importante livro chamado *A nova razão do mundo*, que trata do processo de individuação produzida pelo neoliberalismo. Eles abrem uma trilha sobre a compreensão das formas de subjetividade oriundas desse processo de flexibilidade implementada na política neoliberal. Da figura do empresário-agente inovador, disposto a assumir riscos com o seu próprio capital de ação, o empreendedorismo assume modos diversos na atualidade, transferindo os riscos ao outro, produzindo o embaralhamento entre a figura do trabalhador e a do empresário.

Constitui-se, assim, a formação daquilo que os autores chamam de “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal” ou, como definem, “neossujeito” (LAVAL; DARDOT, 2016). Essa nova forma de conduta, na qual o sujeito se transforma em uma entidade em competição, maximiza seus resultados, se expõe às turbulências e assume inteiramente a responsabilidade por eventuais fracassos.

Quando o sujeito empresarial vincula seu narcisismo ao sucesso de si mesmo conjugado com o da empresa, num clima de guerra concorrencial, o menor “revés do destino” pode ter efeitos extremamente violentos. A gestão neoliberal da empresa, interiorizando a coerção de mercado, introduz a incerteza e a brutalidade da competição e faz os sujeitos assumi-las como um fracasso pessoal, uma vergonha, uma desvalorização. (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 363)

Nesse sentido, o neoliberalismo mobiliza os corpos para aquilo que Ricardo Antunes (2018, p. 43) nomeia de “o privilégio da servidão”. Interioriza-se no sujeito certa gramática de controle, que o faz desejar a sua própria servidão. O trabalhador passa então a legislar a si mesmo, um autogerenciamento de si, que transforma a vida em um enorme portfólio de objetivos e metas.

Paralelo a isso, a uberização e os processos oriundos da dinâmica de serviço vêm apresentando outras características. Quando Galo insiste que não é empreendedorismo, mas sobrevivência, coloca em plano outro aspecto, destacado pela condição periférica à qual esses sujeitos já estavam submetidos. Há na base do termo “empreendedor”, entre os entregadores, um denominador comum: mesmo aqueles que são a favor dessa dinâmica de serviço e aderem à gramática do empreendedorismo optam pelo serviço enquanto modo de sobrevivência. São pessoas que necessitam do serviço para conseguir gerir a sua própria subsistência.

Isso oferece uma mudança de perspectiva ao pensar a subjetividade do entregador, muito bem observada por Abílio (2019), que propõe a passagem do “empreendedor-de-si-mesmo” ao “gerenciamento de si subordinado”. Desse modo, trata-se de pôr menos fichas nos processos de “valorização do Eu” e jogar luz sobre “as estratégias pessoais de sobrevivência”, que são incorporadas à própria dinâmica do serviço:

[...] o deslocamento para o autogerenciamento subordinado deixa mais evidente que o que está em jogo é a terceirização de parte do gerenciamento do trabalho para o próprio trabalhador, um gerenciamento subordinado. Suas estratégias de sobrevivência, sua administração do próprio tempo, seu conhecimento são apropriados privadamente como fatores da execução de seu trabalho e de sua produtividade. (ABÍLIO, 2019, p. 5)

Esse deslocamento é importante para notar as estratégias criadas pelos entregadores. Quase sempre essas estratégias são absorvidas pelo aplicativo, a fim de aperfeiçoar o modelo de trabalho informal. Desse modo, se podemos falar em novidade realizada pela ascensão e expansão do neoliberalismo, foi por conta da generalização dessas características, quase sempre invisibilizadas e mascaradas. O que se produz nos trabalhos de aplicativo é a gestão, mediante controle, da organização do trabalho.

Por conseguinte, substituir “empreendedorismo-de-si” por “autogerenciamento subordinado” não se trata de uma troca de termos, e muito menos uma disputa, mas de conectar as formas de subjetividades periféricas aos processos de subordinação vivenciados pelos entregadores. Ampliar o olhar sobre a apropriação pela tecnologia, assim como observar as estratégias criadas pelos próprios entregadores. A substituição visa a ampliar o olhar sobre a apropriação da forma de trabalho pela tecnologia, assim como observar as estratégias criadas pelos próprios entregadores no cotidiano do serviço.

No artigo *A uberização e a juventude periférica* (ABÍLIO, 2020), a autora estreita a ligação entre o processo de precarização do serviço e a juventude periférica. Além de ser uma atividade juvenil, negra e periférica (ALIANÇA BIKE, 2019), esses jovens oferecem

materialidade às características centrais do processo de uberização, compreendido como um novo modo de autogerenciamento.

Abílio (2020) apresenta a seguinte tese: “[...] que modos de vida tipicamente periféricos estão sendo administrados de forma centralizada e racionalizada sob esse novo tipo de organização e gerenciamento do trabalho” (p. 580). Modos de vida que transitam entre emprego formal e informal,

[...] empreendimentos familiares, trabalhos que não são reconhecidos como trabalho, combinação de diferentes modos de geração de renda, estão sendo subordinados a instâncias centralizadas por meio do par informalização/gerenciamento algorítmico do trabalho, na condição de trabalhador uberizado. (ABÍLIO, 2020, p. 580-581)

Podemos acrescentar aqui uma outra definição sobre a uberização: ela pode ser compreendida como a gestora dos desempregados e fazedores de bicos. Por meio dos dados oferecidos pela Aliança Bike (2019), também é possível concluir que, quanto mais desprotegidos e mal remunerados, mais juvenis e negros são os ocupantes desses serviços.

Ser entregador propicia a entrada de jovens sem oportunidade de emprego formal no campo do trabalho. A ampliação e a participação destes como entregadores têm íntima relação com o rebaixamento do valor oferecido nas entregas. Se o autogerenciamento diz respeito à capacidade de elaboração do sujeito perante o serviço, o subordinado diz respeito a uma forma de controle dessa mediação. É uma subordinação que não mostra o seu rosto verdadeiro:

Ao se apresentarem como mediadoras tecnológicas entre oferta e procura, as empresas assentam-se em uma suposta aleatoriedade ou neutralidade da técnica, mas o fato é que a programação algorítmica é humanamente definida e atende a determinados interesses, que se instauram em relações assimétricas. (ABÍLIO, 2020, p. 583)

Ao contrário do empreendedor-de-si-mesmo, que produz seus objetivos e metas a serem alcançados, há um elemento no gerenciamento subordinado que é fundamental na compreensão do trabalho dos entregadores: por mais que o trabalhador se engaje, a própria empresa definirá quem cumprirá a meta. Assim relata um entregador: “Eu, você e outro motoboy estamos trabalhando lá, são oito pedidos para conseguir o bônus. Eu e você fizemos sete, o outro motoboy fez quatro. Para quem eles vão jogar as próximas entregas? Para o outro motoboy” (ABÍLIO, 2020, p. 584).

O trabalho de *motoboys* e *bikeboys* confere visibilidade à relação entre modos de vidas periféricas e o neoliberalismo, a possível flexibilidade à brasileira, relatada por Arantes (2001), e a condição periférica. Os trabalhadores e trabalhadoras submetem-se às formas de controle da

empresa, assim como as suas estratégias de sobrevivência são voltadas a melhor remuneração e melhor avaliação — que garantem maior acesso ao trabalho e, conseqüentemente, a bonificações; estratégias que são mapeadas e utilizadas a favor da empresa.

Estratégias cotidianas de sobrevivência são assimiladas pelo algoritmo, que introduz na plataforma os dados produzidos nas entregas como elemento de gestão. Por exemplo, a quantidade de horas de trabalho realizadas são armazenadas para verificar o ponto limite de horas que um entregador consegue permanecer no serviço; a informação sobre a quantidade de meses que um entregador consegue permanecer entregando oferece à empresa os dados sobre a rotatividade, possibilitando saber quais períodos do ano é necessário ampliar as bonificações; quais horários do dia trabalham menos entregadores e como é possível aumentar a demanda através de promoções.

Esse elemento produz constantemente a atualização e a permanência dos modos estruturais da periferia dentro do serviço. O capitalismo se reinventa sob a rubrica da precariedade: a polivalência precária, a ausência de uma identidade estável ou definida, a transitoriedade do serviço, a gestão da própria sobrevivência sem redes de suporte e outros fatores são historicamente associados aos modos de vida periférico, agora assimilado ao aplicativo (ABÍLIO, 2020).

O engajamento dos entregadores nas plataformas é oriundo de uma dinâmica existente no seu bairro, na sua rua, na sua comunidade. Portanto, não são estratégias voltadas para a valorização do seu Eu, são meios que garantem a sua sobrevivência ou a de suas famílias, produzindo continuamente estratégias, algumas incorporadas pelo algoritmo. Constroem também estratégias que visam a combater as injustiças e as desigualdades presentes nas suas trajetórias ocupacionais.

Uma dessas estratégias é o movimento político dos próprios entregadores, que se manifestam nas ruas, nas praças e nas redes sociais. A condição periférica, ao mesmo tempo que produz precariedade social, produz também novos modos de resistência. Por isso, é comum ver os *motoboys* protestando quando sofrem assédios ou acidentes por parte dos clientes e do próprio serviço.

No Brasil, construíram o movimento denominado de “entregadores antifascismo”, realizando paralisações nacionais dos *motoboys*, denominadas por eles *#brequedossapps*, que objetivam melhorar suas condições de trabalho. Dessa forma, se os sinais se invertem e vivenciamos a presença do trabalho e do viver periférico rumo ao centro, novas formas de vida



também adentram. Não somente a informalidade e a precariedade invadem o centro, mas também as formas de resistência:

Quero falar que os entregadores estão com fome. Trabalhamos carregando comida nas costas e com fome. Nada mais justo do que um aplicativo que vende comida ceder a alimentação, um café da manhã, almoço, janta. Fome é uma palavra que todo mundo entende, mas antes de comer você precisa dizer que está com fome. (LIMA, 2020a).

## **2 A ALIANÇA DOS ENTREGADORES**

O individualismo no trabalho é uma das principais características do mundo dos entregadores. São poucos os espaços de trocas, o tempo de contato entre eles geralmente é marcado pela espera de um pedido. Nesse sentido, realizar uma mobilização coletiva torna-se mais complexa quando não há um ponto de apoio, muito menos horários e locais fixos de encontro.

Em meio a esse cenário, surgiu o movimento dos entregadores antifascistas, realizando ações para obter melhores condições de trabalho. Existem também diversos outros protestos quando a vida de um entregador é perdida por falta de cuidados de outros motoristas no trânsito, além de quando sofrem assédios de clientes e donos de estabelecimentos. Para isso, um conjunto de alianças são mobilizadas e construídas para a criação desse espaço de ação.

Há em relação aos entregadores certo pragmatismo e descrença em relação a sua potencial forma de resistência. Justamente pela fragmentação da forma de serviço, assim como pela falta de sindicatos na profissão, a mobilização e a exposição da indignação em relação ao serviço seriam de difícil construção. Ou seja, a falta de uma organização central dificulta a mobilização em grande escala.

Caberia, portanto, aos partidos e sindicatos de outras profissões intervir e mobilizar a construção de tais alianças. Entretanto, os entregadores construíram e realizaram suas próprias mobilizações e alianças. Por isso, o presente capítulo detém-se a discutir a formação dessas alianças ocorridas no próprio processo de ação, transformando a precariedade em resistência.

Partindo dos sujeitos em situação de precariedade, a escolha de debater os processos de alianças foi a partir de Judith Butler. Para a autora, alianças é o termo utilizado para qualificar esses processos de coalizões, nem sempre previsíveis ou racionais. Não somente marcados pela reunião do conjunto de demarcadores sociais, mas, como veremos, por um processo de condição precária que os marca.

### **2.1 Entregadores antifascistas: o precariado nas ruas**

Em meio à pandemia ocasionada pela COVID-19, alguns setores vinculados à direita brasileira foram às ruas pedindo o retorno da ditadura e o fechamento do STF. As ruas, até então vazias por causa das medidas sanitárias para evitar contaminações em massa, foram ocupadas

por movimentos de extrema-direita — defendendo medidas inconstitucionais (FANTÁSTICO, 2020).

O ato aconteceu no dia 31 de maio de 2020 com a presença do presidente da República da época. Faixas, discursos e cartazes pediam o retorno da ditadura militar. Sem máscara, o presidente Jair Messias Bolsonaro, montado em um cavalo, desfilou entre os seus apoiadores, assim como entre as diversas faixas antidemocráticas. A manifestação foi um movimento em resposta à operação da Polícia Federal, autorizada pelo STF, que realizou buscas e apreensões em endereços de blogueiros e empresários ligados ao presidente no inquérito das *fake news*.

Perguntados sobre a regularidade do protesto, assim como as punições aos manifestantes sem máscara, o governo do Estado do Distrito Federal informou em nota: “realizar manifestação é um direito fundamental” (G1, 2020). Desde o início da pandemia, em meados de março de 2020, tais protestos eram constantes e descumpriam as leis sanitárias vigentes.

Por causa dessas ações antidemocráticas, alguns movimentos da esquerda brasileira questionaram-se sobre uma possível resposta com ações nas ruas. Painelaços e medidas judiciais foram realizadas, pois, devido à pandemia, não era estratégico aglomerar milhares de pessoas e submetê-las ao risco da contaminação em massa.

Mesmo com os órgãos políticos tradicionais e institucionais aconselhando a não manifestação, no mesmo dia, 31 de maio de 2020, um grupo de trinta entregadores de aplicativos e componentes de torcidas organizadas foram às ruas e avenidas de São Paulo protestar contra aqueles que pediam a intervenção militar e o fim do Estado democrático. Aos gritos de “democracia”, os manifestantes ocuparam a principal avenida da cidade de São Paulo (LIMA, 2020b).

No momento de ameaça às instituições democráticas no início da pandemia, no qual uma parcela da população encontrava-se em casa para diminuir o índice de contaminação, esses grupos saíram às ruas para gritar pela democracia. Não somente isso, mas o ato também impediu a manifestação da extrema-direita marcada para o mesmo local. Tal ação acabou em confronto entre os manifestantes e a polícia militar: bombas, pedras e balas de borracha pintaram a Avenida Paulista.

Os trinta entregadores, protagonistas nessa ação, começaram a construir o movimento denominado de “entregadores antifascistas”. Se, por um lado, é comum ver os entregadores transitarem nas avenidas acompanhados de uma mochila térmica nas costas, por outro, vê-los protestando contra os atos antidemocráticos não era comum, ainda que a rua fosse o seu principal espaço de trabalho.

Esse recente grupo de precariados marca uma transformação das atuais formas de trabalho. Ao invés do proletariado clássico marxista, marcado pelo chão de fábrica, vemos a aparição dessa nova força de trabalho do capitalismo moderno avançando de Norte a Sul. Tal precarização das condições de trabalho continua a avançar ao se apropriar das dinâmicas precarizadas de cada país.

Na pandemia, esses entregadores ganharam espaço na mídia e no meio público por estarem no seletivo grupo dos trabalhadores essenciais. Ou seja, dos trabalhadores que saíram de casa sob o risco de serem contaminados e de contaminarem as pessoas ao seu redor. Principalmente por meio dos pedidos por aplicativo, os entregadores levavam encomendas a diferentes lugares a baixo custo de serviço.

Após o ato do dia 31 de maio de 2020, e a repercussão do protesto, os entregadores resolveram realizar uma outra mobilização com a seguinte finalidade: denunciar as condições precárias de trabalho. No mês de junho, várias motos, cartazes e panfletos circulavam pela cidade de São Paulo convocando a paralisação dos trabalhadores informais. Mesmo havendo demandas próprias, o protesto não estava separado do ato a favor da democracia. Pelo contrário, os dois estavam em uma simultaneidade. O primeiro propiciou construir alianças necessárias para a primeira paralisação dos entregadores por aplicativo.

Na última semana, motos e bicicletas de entregadores circulam por São Paulo com um adesivo que convoca para uma paralisação desses trabalhadores informais. A greve é convocada por subgrupos que surgiram durante os protestos pela democracia e contra o autoritarismo do Governo Bolsonaro no último mês. (LIMA, 2020b)

No dia primeiro de julho de 2020, motos e bicicletas paralisaram as principais avenidas de várias capitais do país. No mês anterior, o movimento ganhou amplitude em todos os estados mediante a divulgação nas redes sociais. Construíram páginas do movimento dos entregadores antifascistas, assim como grupos no *Whatsapp* para organizar a mobilização.

Em São Paulo, o protesto encerrou-se na Ponte Estaiada, em frente aos estúdios da TV Globo, maior emissora de televisão do país. Os entregadores desejavam ser vistos e flagrados pelas câmeras do SP TV. Entre um comercial e outro, o canal mostrava a imagem da ponte, tornando possível a visualização do fluxo de carros na cidade. Dessa forma, quase sempre invisibilizados, os entregadores queriam ser vistos ou capturados pelas câmeras da emissora.

Para fortalecer essa visibilidade, a *hashtag* #Brequedosapps permaneceu por horas entre os assuntos mais comentados no *Twitter*. A imagem de várias motos e bicicletas paralisando as avenidas das grandes cidades produziu efeitos públicos e receio entre os donos de aplicativos.

A imagem de solidariedade entre os *motoboys* e os *bikeboys* foi relatada como um dos pontos marcantes do protesto:

Na manifestação do dia 1º, foram muitos sorrisos, o ruído agudo dos motores gritando a cada acelerada, as demonstrações de perícia e equilíbrio na pilotagem da motocicleta, a visibilidade enfim alcançada, a solidariedade entre todos — a cena mais bonita de se ver eram os pilotos de motos andando pelo asfalto abraçados aos de bicicletas, como forma de poupá-los do esforço físico de pedalar. (CAPRIGLIONE, 2020)

Apropriando-se das condições da evidência do trabalho dos entregadores a partir do isolamento social; da solidariedade de públicos diversos; das alianças criadas no protesto contra os atos antidemocráticos, os entregadores organizaram-se de forma horizontal, havendo dificuldade em identificar uma única figura:

No dia 1º de julho de 2020, os entregadores por aplicativo realizaram sua primeira paralisação nacional. Apropriaram-se da condição de multidão, organizando-se horizontalmente, por meio das redes sociais, em um movimento cuja construção aparece de forma dispersa, não podendo ser localizada na figura de uma única organização, liderança, sindicato ou partido. (ABÍLIO, 2020, p. 594)

A pauta levada à rua era a fome. Cobravam das empresas por aplicativo o aumento do valor das horas de trabalho, o fim dos desligamentos injustificados e o equipamento para proteção e segurança durante a pandemia. Além de ocupar as avenidas da cidade, o movimento bloqueou a saída de distribuidoras e locais com grande concentração de entregas. Nas redes sociais, recomendava aos clientes avaliarem negativamente o aplicativo, não fazerem pedidos naquele dia e até mesmo desinstalem os aplicativos de *delivery*.

Entusiasmados com a adesão da população e dos próprios entregadores, no dia 25 de julho de 2020 realizaram outra paralisação. Dessa vez, cientes do alcance da mobilização, os aplicativos ofereceram um conjunto de bonificações aos que trabalharam no horário do protesto. Ainda assim, os entregadores conseguiram construir o ato, paralisando avenidas e alguns locais de trabalho.

Mesmo tendo surgido a partir de uma forte crítica ao governo da extrema-direita, o movimento dos entregadores antifascistas centralizou nessas manifestações suas pautas numa relação direta com a empresa. Nesse sentido, os entregadores evidenciaram os dilemas da nova forma de trabalho baseada na informalização e na uberização, sem nenhuma garantia legislativa — principalmente em um momento marcado por regressões de direitos trabalhistas.

A ressonância dessas manifestações foram imediatas. Vistos aos olhos daqueles que não trabalham como entregadores, como políticos e o público em geral, esse grupo ganhou considerável adesão. Aparecer na cena pública e dizer que os entregadores estão passando fome fez com que uma parcela considerável da população os apoiasse.

O efeito dessas manifestações ainda ressoa e continua a reverberar. Podemos hoje coletar algumas das principais consequências: o anúncio de que a revolta do precariado e a sua insatisfação em relação à forma do trabalho continuam vivas; e a produção de uma série de projetos para atender as demandas específicas dos trabalhadores e produzir alianças com outros campos de organização política:

Um dos resultados é o protocolamento de dezenas de projetos de lei voltados para os entregadores ou para o trabalho por aplicativo em perspectiva mais ampla. 7 Sindicatos e associações também passaram a vocalizar demandas, em um campo conflituoso que envolve diferentes perspectivas sobre representatividade, organização coletiva e regulações do trabalho. (ABÍLIO, 2020, p. 594-595)

O primeiro ganho legislativo do movimento dos entregadores aconteceu um ano e meio depois da primeira paralisação da categoria, com a aprovação da Lei nº 14.297, de 5 de janeiro de 2022 (BRASIL, 2022). Essa lei obrigava as empresas a pagarem o seguro contra acidentes durante as entregas, previa assistência aos entregadores contaminados com a COVID-19, além de outros cuidados relativos à saúde e à segurança do trabalhador.

O movimento colocou também em questão as formas tradicionais de organização política. Sindicatos, partidos e outros grupos encontraram-se às voltas com essa nova demanda dos trabalhadores informais e terceirizados, outrora invisibilizados, mas que, ao sair às ruas, anunciaram suas demandas. Torna-se, pois, um desafio acolher essas novas formas de resistência que se formam à margem do trabalho legalizado.

A mobilização dos entregadores em São Paulo e nos outros Estados preocupou as empresas por aplicativo. Segundo uma reportagem construída pela Publica (LEVY, 2022), a partir desse ato, um dos principais aplicativos de comida do país, o *iFood*, construiu um comitê para dispersar e fragmentar o movimento por meio de *fake news*. Para isso, criaram páginas para desmobilizar os atos e infiltraram nos protestos pessoas com o objetivo de inserir pautas que retirassem o foco nos aplicativos.

Ainda assim, o movimento se manteve e continua realizando manifestações. Os entregadores demonstraram que era possível construir uma luta no serviço marcado pelo distanciamento entre os trabalhadores. Além disso, no serviço marcado por regras de

individualização e competência, construíram alianças em diferentes ramos para viabilizar a sua reivindicação.

## 2.2 A reivindicação é coletiva

Indiscutivelmente, o entregador conhecido como Galo é uma das principais lideranças dos entregadores antifascistas. Entre tantos outros entregadores inseridos no sistema de serviços flexíveis por aplicativo, aqueles que batem às portas com uma caixa nas costas para entregar comida, Galo é um dos milhares de entregadores que circulam pelas ruas e avenidas das cidades.

Entretanto, após ser bloqueado pelo aplicativo mesmo tendo dívidas a pagar, o *motoboy* resolveu explicitar ainda mais o que é ser um entregador por aplicativo. Buscou expor o seu sofrimento e lutar contra a uberização entre essa classe de trabalhadores. Não à toa, entre os 30 entregadores participantes do protesto do dia 31 de maio de 2020, ele era um dos que estavam manifestando em prol da democracia no país.

Ao comentar sobre a construção e os atos dos entregadores, Galo (LIMA, 2020c) afirma que o movimento foi a expressão de uma indignação. A sua maneira foi a transformação do ódio em luta, construída no subterrâneo da rua. Após não aguentar a dinâmica de controle e regularização dos aplicativos, resolveu falar com os outros entregadores sobre essa dinâmica de trabalho.

Toda hora eu faço discurso, dou uma de Lula (ex-presidente). Vou num grupo de motoboy, faço um discurso. Vou numa manifestação, faço um discurso. E ali consigo, um, dois, três. Porque existe uma mentira que foi contada pra gente que somos empreendedores. (LIMA, 2020c, [n.p.])

Nos pontos de espera, em praça ou avenidas, avistava um grupo de entregadores, parava a sua moto e contava da sua indignação sobre os bloqueios temporários, a falta de apoio da empresa de aplicativo, a baixa remuneração recebida por entrega, a falta de proteção e segurança. Mesmo sem conhecer os outros entregadores, Galo dizia que eles estavam passando fome e necessitavam pressionar as empresas.

Inicialmente, houve um fracasso na tentativa de conversa entre os colegas. Os entregadores começaram a dizer que era conversa de militante comunista e o mandavam ir a Cuba. Contudo, não desistia, continuava parando nos pontos de entrega, até encontrar os de bicicleta:

Aí eu falei assim: “quersaber? Quem sofre mais entende mais. Vou atrás dos caras da bike. Os caras da bike pagam maior veneno. Muito mais que nós de moto. Os caras vão entender”. Aí apresentei a proposta para os companheiros da bike e ninguém me mandou para Cuba. Eu falei “Ah, estou em casa. É por aqui mesmo”. Se ninguém me mandou para Cuba, vou ficar por aqui trocando ideia com os companheiros. E ali a gente foi estruturando os Entregadores Antifascistas. E agora a gente tem até bandeira. (LIMA, 2020c)

As alianças, no contexto brasileiro, tornam-se mais complexas e agudas. Há uma considerável parcela de entregadores que apoiam a extrema-direita aderente ao terraplanismo, ao movimento antivacina e ao negacionismo em geral. Além desses, existem os engajados na defesa dos entregadores enquanto empreendedores e, conseqüentemente, na defesa dos aplicativos.

Entretanto, demandas relacionadas a preconceito, violência e discriminação acontecem frequentemente em certas situações promovidas pelo aplicativo. Um exemplo desse processo aconteceu na Inglaterra. Sendo a maioria dos entregadores imigrantes e estudantes, a plataforma *Deliveroo* marcou uma reunião para anunciar as novas diretrizes. Chegando ao local, os entregadores descobriram que a reunião era uma operação da agência de imigração junto com a plataforma (CANT, 2021).

Semanas antes, a plataforma realizou a mesma operação, ajudando os serviços de imigração na verificação dos documentos. A forma como ocorreu causou indignação: se as empresas ganhavam dinheiro com os imigrantes, então não deveriam jogá-los aos lobos, afirmavam os entregadores. Dessa maneira, reunidos, resolveram tomar uma posição frente a essa decisão: todos recusaram-se a fazer entregas naquele dia. Foi a primeira vez em que tomaram uma decisão coletiva.

A primeira organização e paralisação contra o aplicativo não foi uma demanda sobre as taxas de entrega ou sobre a dinâmica do aplicativo. Contudo, isso mobilizou alianças até então inesperadas, o que refletiu em tal assunto semanas depois, quando a *Deliveroo* anunciou que mudaria a tabela de preços das entregas. Ao invés de pagar por hora, pagaria por entrega.

A plataforma não esperava uma resposta dos entregadores, entretanto, foi o que aconteceu em seguida. Os entregadores paralisaram a sua atividade e deram início à greve. Produziram vários atos por meio de motos e bicicletas que terminavam de frente ao escritório central da empresa. O serviço ficou caótico. Os entregadores conseguiram parcerias com outros sindicatos, garantindo o sustento dos entregadores durante os dias das manifestações.

O número de pessoas no protesto crescia a cada dia, até que, no terceiro dia de greve, o diretor do aplicativo resolveu abrir um diálogo com os entregadores. Entre gritos, apareceu para



dizer: “o executivo anunciou que a empresa estava disposta a ouvir individualmente as reivindicações de cada trabalhador” (CANT, 2021, p. 33).

A reação dos participantes foi imediata. Disseram em alto e bom som: a negociação é coletiva! Um entregador disse ao dirigente: “todo mundo quer a mesma coisa: 8 libras por hora e mais 1 libra por entrega. Ponto final” (CANT, 2021, p. 33). Mesmo insistindo em realizar diálogos individualmente, os entregadores sustentaram sua posição, mostraram os seus cartazes e reafirmaram que a demanda era coletiva.

Pela primeira vez, a empresa estava tratando com um coletivo de trabalhadores, não pontinhos no mapa utilizados por algoritmos. Em pouco tempo, todos estavam gritando juntos para o diretor “fora, fora, fora, fora” (CANT, 2021, p. 34). Ele se retirou do meio da multidão e retornou ao seu recinto. Nesse contexto, havia surgido uma nova demanda dos entregadores que a empresa deveria enfrentar.

Quatro dias depois, a greve terminou. Os entregadores aceitaram uma proposta com vitória parcial: continuavam a receber por hora de trabalho e os que começassem a trabalhar após as manifestações receberiam por entregas realizadas. A *Deliveroo*, assim, continuou insistindo na ficção jurídica de que os entregadores eram prestadores de serviços autônomos, recusando-se a permitir representação sindical e a participar de outros acordos coletivos.

Contudo, os entregadores mostraram que era possível um enfrentamento contra os patrões sem rostos (CANT, 2021) e a luta se espalhou em outras cidades da Inglaterra e países da Europa. Recusando a demanda do um a um, apostando na aliança coletiva, foi possível construir um enfrentamento à dinâmica imposta pelos aplicativos e reivindicar melhores condições salariais e de segurança.

### **2.3 Dos encontros contingentes à manifestação política**

Domingo é quando, geralmente, os trabalhadores formais estão de folga. No setor de serviço, o contrário acontece, os pedidos e atendimentos aumentam no final da semana, demandando maior disponibilidade de horários. Pelo motivo de se encontrarem em casa, algumas pessoas optam por pedir almoço, lanche ou algum outro item em estabelecimentos. Pensando nisso, Yuri saiu de casa pela manhã para trabalhar como entregador. Em casa, o seu irmão, Yago, estava com sua irmã e sua mãe.

A quietude foi interrompida quando Yago recebeu um vídeo de um acidente de moto. Identificando a placa, era do seu irmão. Em busca de alguma notícia, foi ao local do acidente,

em frente ao shopping metropolitano na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. Já era tarde: o corpo morto do irmão estava no chão. Ao lado do corpo estava um pacote de comida no valor de R\$ 66, pedido realizado às 12h21min daquele mesmo dia (SILVA, 2022).

Após 11 dias da sua morte, o *iFood* enviou uma notificação ao *e-mail* de Yuri, relatando o bloqueio de sua conta por “má conduta”. Para contornar os bloqueios temporários, alguns entregadores utilizam-se da conta de terceiros e, naquele dia, Yuri estava utilizando a conta da sua namorada. Em nota, o *iFood* informou que a situação irregular impossibilitava o pagamento do seguro de vida.

A morte foi vista de forma pragmática, sem nenhum reconhecimento por parte do aplicativo. Uma vida que não era passível de indenização. Vida essa que se coloca em risco ao atravessar avenidas na busca por entregar os pedidos no menor tempo possível. A rapidez de entrega gera uma enorme insegurança — quase sempre ocorrida pela alta velocidade e a busca de atalhos para diminuir a distância —, acarretando diversos acidentes.

Até então a família não teve acesso ao auxílio-funeral e ao seguro de vida, assegurados por lei em casos de acidentes dos entregadores no percurso de entrega (SILVA, 2022). A morte do entregador e a precariedade levaram os entregadores a paralisar os locais onde sofrem acidentes, assédios e preconceitos. Pediam mais segurança no trabalho, apoio e melhores condições no serviço. Dizem que aquela vida é considerada uma vida que importa, merecedora de reconhecimento e de justiça.

As formações das alianças oriundas desses processos tornam-se uma investigação fundamental. Transitando enquanto sujeitos desprovidos de garantias trabalhistas, existe uma certa resistência de sindicatos e outros grupos de trabalhadores para inserir os entregadores enquanto classe. Nesse sentido, as construções de alianças são resultados de processos mais complexos.

Por exemplo, uma das primeiras análises do surgimento do grupo dos entregadores antifascistas foi a seguinte: o movimento dos entregadores apresenta processos de coalizões de baixo para cima e formas horizontais de relações. Ações espontâneas e outras vertebradas, entre ação nas ruas e na rede virtual. Todas essas características apresentam uma modalidade não tradicional de construção política, que remete a alianças inesperadas (DEISTER; MIRANDA, 2020).

Em termos de adesão de entregadores dentro do grupo, a informação disponibilizada por Paulo Lima é que existem, no Brasil, entre 80 e 100 entregadores antifascistas (LIMA, 2021b). Ele associa o processo de coalizão à árvore Baobá, pois não há pressa nesses processos

de adesão. Não existe um tempo para ideias e movimentos começarem e terminarem. A associação com Baobá se dá pela lentidão do seu crescimento, uma árvore que demora a crescer. A principal característica dela é o seu tronco alargado, dificultando a sua derrubada.

Entre os entregadores, existem impasses na adesão, principalmente em torno do nome Antifascismo. Na Inglaterra, a luta antifascista produzia uma fragmentação. Alguns brasileiros que participavam da greve e lideravam atos de bloqueios e paralisações diziam votar no ex-presidente da república Jair Bolsonaro (CANT, 2021). Justamente por isso, evitavam o embate nessa esfera de discussão.

No Brasil, em meio à pandemia, a extrema-direita optou, em prol do discurso do empreendedorismo, pelo retorno imediato das atividades. O discurso do trabalho a qualquer custo ganhou adesão entre muitos entregadores. Entre a escolha, promovida pelo governo, de contaminação ou fome, vários entregadores optaram por aderir ao discurso econômico. Por outro lado, como observamos anteriormente, o movimento dos entregadores antifascistas foi criado a partir da crítica ao governo da extrema-direita. Logo, o conflito de ideias e opiniões é encontrado na formação dessas alianças.

Outro fato importante diz respeito à construção das alianças sob espaços físicos abertos. Sem um local prévio de organização, assim como um local de apoio, os encontros recebem participações inesperadas em momentos inesperados. Em Brighton, no sul de Londres, havia no centro da cidade um ponto de espera que, geralmente, a maioria dos entregadores esperavam o pedido. O lugar ficava perto dos principais pontos dos restaurantes da cidade e, entre um pedido e outro, os entregadores trocavam informações sobre o serviço.

Revoltados com as mudanças das regras da empresa, o espaço de espera transformou-se em lugar de queixas. Aos poucos, o tom das conversas se tornou militante. Os pedidos recebidos e os preços baixos despertavam um sentimento de revolta. Os entregadores começaram a construir reuniões nos próprios pontos de encontro. No decorrer do tempo, essas reuniões ficaram cada vez maiores: “quando víamos, estávamos falando para uma grande plateia” (CANT, 2021, p. 136).

A concentração em praças perto dos restaurantes significava um fluxo constante de pessoas circulando no local. Os pedestres podiam ficar confusos com a aglomeração de entregadores. Às vezes, a sensação dos passantes era somente de estranhamento, outras vezes, paravam e falavam. Certo dia, um entregador tentava mobilizar os outros a produzirem a greve — não havia nenhum entusiasmo dos outros colegas nem convicção de que conseguiriam alguma mudança com a paralisação. Do outro lado da rua, uma mulher com duas crianças

escutou o pedido de greve feito pelo entregador. “Entrem em greve”, gritou, “nós vamos apoiar vocês” (CANT, 2021, p. 137). Essa fala inesperada transformou o estado de ânimo e a mobilização ganhou corpo. O grito ressoou entre os entregadores da seguinte forma:

O estado de ânimo mudou imediatamente. Se pessoas desconhecidas estavam dispostas a lutar por nós, então talvez estivesse na hora de fazer alguma coisa. O fato de nos encontrarmos na rua, e não escondidos atrás de portas fechadas, significava que havia uma dimensão política para o que estamos fazendo. Mais tarde, quando convocamos protestos, foi notável a participação de gente que não fazia parte da categoria dos entregadores. (CANT, 2021, p. 137)

Após isso, um conjunto de mobilizações levou os entregadores de aplicativo a iniciarem a paralisação. As alianças começaram a se fortalecer entre os entregadores a partir de um agente externo. O local de espera transformou-se em lugar de organização política. Não somente por organizar uma greve contra seus patrões, mas também porque o próprio espaço, um banco de espera, passou a chamar a atenção dos moradores da cidade.

## **2.4 Alianças não totalizantes**

Subsiste nessa forma política uma maneira de perceber o próprio espaço enquanto manifestação e reivindicação. Reunidos, dizem, mesmo que implicitamente: não somos descartáveis. Trata-se de uma modalidade de reconhecimento paradoxal, uma solidariedade às vezes triste, às vezes alegre, reuniões de corpos sob coação ou em nome dela. O outro, da alteridade, é um potencial aliado ou um potencial inimigo, mas encontram-se reunidos naquele mesmo espaço.

Para Butler (2018), a conquista dos espaços é uma prerrogativa política. Segundo ela, o fato “[...] é que nenhum de nós age sem condições para agir, mesmo que algumas vezes tenhamos que agir para instalar e preservar essas condições” (BUTLER, 2018, p. 22). Muitas vezes, as reuniões transitórias em lugares não programados são realizadas “[...] em nome do corpo vivo, um corpo com direito a viver e persistir, até mesmo florescer” (BUTLER, 2018, p. 24).

Outras vezes, trata-se de lutar pelo direito de ter direito. O espaço torna-se o meio de produção política e a forma para obter reconhecimento político e social. O comparecimento, a permanência, a respiração, o movimento, a quietude, o discurso e o silêncio são todos aspectos de uma assembleia repentina, uma forma imprevista de performatividade política que coloca a vida possível de ser vivida no primeiro plano (BUTLER, 2018, p. 24).

O surgimento desses espaços políticos traz consigo a precariedade que marca a vivência desses corpos. Ao mesmo tempo, não importa a pauta específica, a própria reunião em si é um chamamento, implícito e explícito, para a união, sem medo da violência policial e da repressão pública. Esse ato, reforça Butler (2018), não deve ser tomado enquanto meramente aleatório, pelo contrário, “[...] temos não apenas que levar as urgências materiais do corpo para a praça, mas torná-las centrais para as exigências da política” (p. 108).

Os sujeitos necessitam de condições materiais para agir. Nesses encontros, eles expõem a necessidade material e econômica enquanto motor de reivindicação. O que antes se referia ao campo do privado, agora torna-se público. A marca da necessidade aparece em primeiro plano: desemprego, violência policial, preconceito, fome e outras demandas. Nem sempre há os meios possíveis de manifestações, às vezes as lutas são pelo próprio espaço físico em que se manifesta, o qual muitos corpos não conseguem acessar. Ouvimos relatos de entregadores que manifestam sua insatisfação em relação à norma por meio de embates com os próprios clientes, donos de restaurantes, que não aceitam entregadores no local.

Nesse caso, o próprio corpo é o meio de produzir resistência. A resistência não se produziu necessariamente em um espaço público, mas sim na ação corporal dentro do espaço de repressão. Atualmente, existem também as redes sociais enquanto espaço de manifestação política. Existem modos de coalizões e modos de alianças nas redes sociais — até mesmo para produzir encontros e manifestações.

O espaço físico, portanto, não é o espaço dado, muito menos o único lugar para produzir enfrentamentos. Ele é um espaço de conquista, passa a não ser somente o suporte, mas o próprio espaço da ação. Sujeitos reuniam-se em locais de manifestações e ali, de forma improvisada, realizavam a sua ação. Nesse sentido, segundo Butler (2018), podemos dizer que essas reuniões produziam também uma ideia sobre aliança, pessoas reunidas em lugares públicos transmitindo sua reivindicação.

Dessa forma, existe uma tensão quando falamos de aliança. Por vezes, são necessários arranjos formais, baseados em um contrato social explícito ou no cálculo de interesse. Duas partes podem unir-se em prol de um resultado ou contra um inimigo exterior que o ameace. Uma vez que uma das partes não cumpra com o prometido, as alianças são desfeitas.

Entretanto, quando falamos nesses processos de aliança, falamos de uma unidade que nunca será (BUTLER, 2018). São alianças que nem sempre são referendadas, como se houvesse um contrato explícito e assinado. Algumas delas de forma improvisada, atravessadas por formas diferentes de raça, gênero, classe e religião, assim como formas diversas de linguagens e

culturas. Uma modalidade de aliança baseada nas ações dos corpos que se arriscam e se unem em prol de uma vida possível de ser vivida dignamente.

Formam coalizões em prol de uma existência mais justa, lutando contra a precariedade. O fato que os marca e transforma isso em reivindicação social profunda é: a maioria de nós vive em condição precária e vulnerável “[...] à destruição pelos outros que decorre de uma condição de precariedade em todos os modos de interdependência política e social” (BUTLER, 2018, p. 133).

Aliança é um bom termo quando pensamos nesses encontros para a construção de uma luta, tendo em vista que esta constitui-se por alianças difíceis, imprevisíveis e, por vezes, contingentes. Os espaços de encontros têm significação antes mesmo do ato de fala. A forma performática de reuniões plurais transmite uma ideia, uma imagem, somente pela sua própria aparição. Uma ideia sobre nós, mesmo quando outros corpos não estão presentes e as divergências acontecem.

Além disso, há outro ponto na formação de alianças: elas se formam de maneira inesperada sob condições voluntárias, mas relacionadas a sua função crítica. Manifestações que insistem na não submissão a uma exigência de poder. Essa posição se aproxima daquilo que nos diz Foucault (2018): “a arte de não ser tão governado” (p. 16). A postura crítica enquanto ação, pela qual o sujeito interroga os discursos. Em outros termos, “a crítica será a arte da inservidão voluntária, da indocilidade refletida” (p. 18).

As alianças se edificam através dessa atitude crítica. A crítica é um mediador importante, porque é o que definirá o descontentamento ou não com certa estratégia ou opinião. Assim como a crítica, por vezes, as alianças transcendem o coletivo e atingem outros movimentos, redes de apoio e a população em geral. Essa função coloca o impasse em jogo e faz com que o grupo não se feche em si mesmo.

## **2.5 O chamamento da performatividade plural**

Por se tratar de grupos invisibilizados, serem vistos e reconhecidos passa a ser uma estratégia política em busca da adesão social. Nesse sentido, a visibilidade é um ponto importante. As alianças são construídas em prol de outras ainda não alcançadas. As mobilizações em espaços físicos e virtuais são realizadas enquanto ação performática plural na tentativa de romper com certa gramática de poder.

Como se trata de reconhecimento, a performatividade das ações é um conceito em disputa, tanto na esfera do embate da realidade social quanto teórica. O que está em questão nessas ações performativas é a relação desses corpos com o poder e até que ponto é possível, mediante as manifestações plurais, possibilitar transformações. Não somente porque o poder constrói meios de adesão social, mas também porque os corpos que estão na manifestação são frutos da produtividade do poder (FOUCAULT, 2017).

O poder, nesse caso, não se concentra unicamente na esfera de comando de um governo, empresa, aplicativo, exército, religião etc., sendo essas as formas mais visíveis de sua aparição. Ele cria suas dinâmicas de controle não somente a partir da repressão, mas também a partir da sua difusão nas relações. O poder não apenas se fixa a uma norma, mas estabelece consigo sua própria produtividade. Ele se prolifera a partir da sua própria repetição. Os sujeitos reproduzem na vida social a dinâmica de poder sem, em várias ocasiões, questionarem essa reprodução.

Essa forma de compreensão do poder coloca um elemento a mais na possibilidade de transformação a partir do aparecimento de movimentos no cenário social e sua capacidade transformativa. Não há unicamente o poder, por exemplo, entre um entregador e uma empresa de aplicativo, mas também a reprodução dessa forma de poder que produz discursos, gostos e desejos em prol dessa norma.

Utilizando desses termos de poder, a performatividade começará a ser vista como um paradigma importante para a compreensão da norma. Existem nestas certa artificialidade, o poder prolifera-se através da repetição performada dos atos:

A performatividade não é, portanto, um “ato” singular, pois sempre é a reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas, e na medida em que adquire a condição de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição. (BUTLER, 2019, p. 35)

A repetição dessas regras e normas no funcionamento da dinâmica social também produz discriminações aos que não adentram essa esfera de poder — nos termos de Butler (2019), através da escolha das vidas que podem ser apreendidas enquanto vida detentora de reconhecimento, das que não são consideradas enquanto vida. Assim, a norma produz uma divisão e se preserva nelas.

Como vemos, não há norma que não cultua a proliferação e se preserva nela. Entretanto, Butler (2019) começará a tensionar, ainda mais, a questão da produtividade da norma. Se, por um lado, há a impossibilidade de criar o núcleo de resistência fora do quadro do poder presente,

já que somos efeitos da norma, existiria, então, a capacidade dos corpos desestabilizarem a própria norma que os constitui?

Essa questão é decisiva para pensar a possibilidade e a capacidade de ação de um sujeito na cena de opressão. Existirá, no conceito de performatividade, a possibilidade de um sujeito, ao repetir as normas, transformá-las ou rompê-las. Nesse sentido, a proliferação do poder entre os corpos pode ganhar contornos diferentes a partir da sua repetição.

Se o poder consegue a sua manutenção através da performatividade das normas, o sujeito também pode responder a essa gramática de poder performando-a. Destacado por Butler (2018), trata-se de colocar em circulação o fato de que os elementos centrais na cena do enquadramento nunca contiveram realmente a cena que tiveram a intenção de ilustrar.

Para Žižek (2016), pode haver um equívoco ao não considerar essa possibilidade de transformação. Para ele, alguns autores “[...] não consideram a possibilidade de um efeito que escape ou supere sua causa, de modo que, embora surja como uma forma de resistência ao poder e seja absolutamente inerente a ele, esse efeito pode superá-lo e implodi-lo” (ŽIŽEK, 2016, p. 287). Nesse caso, os corpos não são somente guiados e efeitos das normas, mas criam suas próprias normatividades a partir delas. O que se faz significativo dessa afirmação é a capacidade de os corpos desestabilizarem a própria lei que os constitui.

Com isso, a performatividade ganha uma conceituação política, principalmente no tocante às manifestações plurais. Trata-se de destacar a performatividade dos corpos que se reúnem em prol de sua existência e da do outro. Tais ações não são falsos antagonismos — como se deixassem intocado o poder ou não houvesse força suficiente de transformação —, o que é posto em questão é o fato de a norma não dar conta de limitar seus próprios termos. O aparecimento desses movimentos na esfera pública, a partir de atos performáticos, expõe a precariedade oriunda da proliferação da norma.

Além disso, quando um grupo de pessoas estão reunidos em espaço de reivindicação, transmite, mediante tal performatividade plural, uma ideia sobre nós, uma forma de reivindicação pelo reconhecimento de uma vida possível de ser vivida — e, por conseguinte, força o reconhecimento de tais processos. Uma espécie de lente de aumento sobre a vulnerabilidade em que estão vivendo.

Portanto, as vidas precárias ligam-se à ação performativa quando o sujeito aparece na cena social e diz: quem é considerado sujeito ou não; quem pode ser lido como um ser vivente; quem é reconhecido ou não no campo dos direitos. Podemos assim chamar de performatividade o direito de aparecer, “[...] uma demanda corporal por um conjunto de vidas vivíveis”



(BUTLER, 2018, p. 32). Quando os sujeitos se reúnem, manifesta-se a compreensão da situação compartilhada ou o início do entendimento, dizem que não são descartáveis, persistem e lutam contra a precariedade. Uma presença corporal, sem dúvida, mas também um ato de enunciação que, ao nomear, produz ou traz um outro modo de relação com a existência.

Reunir-se, denunciar o sofrimento que é viver uma vida sem apoio material e indignar-se é o modo de não aceitar as restrições das normas tal como são colocadas. A maneira de “[...] lutar por modos de vida nos quais atos performativos lutem contra a condição precária, uma luta que busca descortinar um futuro no qual possamos viver novos modos sociais de existências [...]” (BUTLER, 2018, p. 67).

Se corpos são rotulados enquanto vidas descartáveis, então essas vidas nunca serão vividas nem reconhecidas. Para isso, um conjunto de medidas são disponibilizadas para sustentar tais vidas enquanto esquecidas e não merecedoras de reconhecimento. A performatividade plural não é somente o meio pelo qual o corpo expõe a sua precariedade, mas é também um modo de persistir e permanecer existindo.

Justamente por isso, performar a própria norma será tanto o “[...] processo de ser objeto de uma ação quanto às condições e possibilidades para a ação” (BUTLER, 2018, p. 72), a qual funciona numa “[...] relação cruzada entre corpo e linguagem” (BUTLER, 2018, p. 154). O ato performativo plural “[...] nos anima de uma maneira corporificada” (BUTLER, 2018, p. 73). Uma noção de aliança a partir da própria transmissão, na própria imagem de um grupo reunido, sobre a importância de um nós na política.

## **2.6 A condição precária enquanto aliança primária**

Expostos ao dano, aos constrangimentos, aos acidentes, à violência, à morte e à fome, as alianças são formadas a partir da exposição dessa vulnerabilidade, intimamente ligada a um acontecimento de exposição de tais corpos. Muitas vezes, essa exposição acaba sendo o ponto principal de intersecção para a construção de mobilizações. A própria reivindicação traz em si a marca da fome, da desigualdade e dos baixos salários.

Os processos oriundos de tal exposição produzem uma espécie de chamamento, primeiramente porque a maioria está submetida aos mesmos riscos. Nos termos de Butler (2018), são corpos marcados pela precariedade que se unem. Para a autora, a precariedade é uma condição social e econômica, não se configurando exatamente como uma identidade. Ela atravessa diferentes categorias e produz alianças potenciais entre os que não reconhecem

pertencer a um outro. Seria a rubrica que une apátridas, pobres, mulheres, minorias raciais e religiosas.

São processos que, em certa medida, ligam uns aos outros pelo risco que esses corpos sofrem na vida social. A precariedade marca, uns mais do que outros, a falta do direito de circulação nos espaços públicos sem violação, sem assédio e sem violência, assim como a falta de recursos materiais para transitar em diferentes espaços. Ela também se transforma na capacidade de ação quando os sujeitos agem a partir da precariedade e contra ela.

A precariedade, além de uma condição social, é, portanto, uma maneira de pensar formas de alianças entre corpos submetidos à vulnerabilidade social, resultado da estratificação social que produz sujeitos mais precarizados do que outros. Contudo, essa precariedade só é realizada e manifestada na nossa vida social porque existe uma condição precária que marca a nossa existência.

Trata-se de um estado de vulnerabilidade do corpo em relação ao outro e ao mundo. Existem formas de trabalho, comportamentos, relações, entre outros, que atingem diretamente a integridade da vida. Precisamos de um conjunto de amparos sociais e econômicos para que a vida se sustente como tal. Somos marcados por uma condição precária, que, invariavelmente, nos coloca em posições de alianças para que a vida se constitua enquanto vida. Nesse sentido, Butler (2015a) afirma que temos uma responsabilidade ética com o outro, pois desde a infância somos dependentes dele para sobreviver.

Assim, as alianças são necessárias para enfrentar uma luta específica, a qual diz sobre a nossa condição enquanto ser vivente. Algo que se refere à nossa própria constituição e à necessidade de sobrevivência. Nesse sentido, a mobilização construída por corpos em situação de vulnerabilidade, as formas de coalizões e o apoio social tornam-se processos de chamamento. A vulnerabilidade nos implica no que está além de nós e ainda assim é parte de nós.

Para isso, a vulnerabilidade e a precariedade não podem ser compreendidas e associadas unicamente enquanto injúria ou limitação em relação ao outro. Ao contrário, quando a ação corporal expõe a vulnerabilidade e a precariedade ao construirmos relações com o outro, tanto uma quanto a outra passam do déficit do amparo social para a reivindicação.

Existe uma transformação significativa nessa passagem, nos termos de Butler (2018). Quando os corpos expõem sua vulnerabilidade através da urgência corporal, resultado da falta de condições materiais para a sua sobrevivência, e realizam ações espontâneas, colocando a sua

vulnerabilidade no espaço público, tanto a precariedade quanto a vulnerabilidade transformam-se em termos produtores de alianças.

O corpo está exposto “[...] à história, à condição precária e à força, mas também ao que é espontâneo e oportuno, [...]” (BUTLER, 2018, p. 165). A nossa vulnerabilidade pode nos colocar em situações de exigência de amparo por um poder autocrático, assim como pode produzir saídas através de coalizões inesperadas, ligações e soluções imprevistas. Desse modo, vulnerabilidade “[...] pode ser uma função da abertura, ou seja, de estar aberto a um mundo que não é completamente conhecido ou previsível” (BUTLER, 2018, p. 166). Uma abertura ao corpo de outra pessoa, produtor de um sujeito que não se prende a demandas fechadas em si mesmo. Nesse caso, a nossa condição precária nos coloca em posição de vulnerabilidade, despossuídos e desalojados por causa do desamparo corporal que nos constitui.

Uma visão como essa implica “[...] uma relacionalidade social no pronome da primeira pessoa, nos desafia a compreender as insuficiências das ontologias identitárias para pensar o problema das alianças” (BUTLER, 2018, p. 79). Mobiliza e anima um conjunto de pessoas que correm o risco do desemprego, de sofrer assédio, da criminalização, do encarceramento, de acidentes, entre outros.

Afirmar a vulnerabilidade produz algumas consequências. A primeira delas é: a diferença na vida social entre os sujeitos é o privilégio que uns têm em relação a outros a partir de acessos às instituições, meio social e familiar, que supram a necessidade oriunda da nossa vulnerabilidade. Raça, classe, gênero e outros demarcadores sociais, produzem uma divisão de quais corpos têm reconhecimento e acesso, enquanto outros não têm. Todos nós dependemos de alimentação, trabalho, rede de saúde, moradia, suporte familiar e diferentes redes de apoio. Entretanto, enquanto alguns têm acesso a todos e aos melhores suportes, outros não têm nenhum.

A segunda consequência é que essa condição precária afirma o campo da nossa codependência, não somente em relação ao outro, mas a um mundo sustentado e sustentável. Para uma vida possível de ser vivida, são necessários diversos apoios, principalmente relativos às estruturas sociais, econômicas e políticas. Não à toa, a pandemia expôs essa dimensão precária de todos os viventes, assim como o debate sobre os modos de convivência na vida social.

Por fim, a vulnerabilidade é mobilizada enquanto questão coletiva, não individual. Capacidade de expor na vida política a necessidade do corpo. Entretanto, não podemos presumir e nos enganar ao pensar nesses processos de alianças, coligações e corporificações enquanto

pacíficos. São modos de vida diferentes reunidos em prol de melhores condições e da sua própria sustentação.

## 2.7 Os impasses da unificação

Ao destacar a construção das alianças, corremos o risco de colocá-las em termos de uma relacionalidade grupal produtora de uma harmonia quase sempre inexistente (BUTLER, 2018). O primeiro risco que se corre é acreditar em tais processos enquanto união de todos contra um, fechados e sem conflito. Mesmo havendo demarcadores sociais comuns entre vidas precárias, assim como uma condição de vulnerabilidade entre os corpos reunidos em um mesmo espaço, tais encontros não são tranquilos.

Admitir o processo de síntese desses encontros também deixaria em segundo plano as violências existentes entre os próprios sujeitos em condição de vulnerabilidade. Haveria, então, uma contradição fundamental, a precariedade e a vulnerabilidade, marca fundamental na construção desses encontros espontâneos, ficariam à margem e colocadas enquanto impasses desprovidos de resolutividade.

Acreditar nas alianças como forma pacífica de realização, seria acreditar também em uma versão de sujeito extremamente sintético. A errância, a violência, a ambivalência etc. não existiriam, a racionalidade e uma subjetividade concisa seriam os principais pontos de alcance desses movimentos, o que contraria a própria estética do movimento, pois trata-se de reuniões espontâneas com efeitos diversos.

Dessa forma, ao invés de ignorar, devemos levar em conta os processos de violências oriundas do processo, a quota de agressividade quando pensamos nessas coalizões. Freud nos lembrava do seguinte impasse:

[...] o seu próximo não é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. (FREUD, 1930/1976, p. 133)

Para o autor, o processo civilizatório foi construído por meio desta tensão: um impulso à unificação da vida e outro em direção à destruição. A serviço de Eros, o propósito da civilização seria “[...] combinar indivíduos isolados, depois família e, depois ainda, raças, povos e nações numa única grande unidade da humanidade” (FREUD, 1930/1976, p. 145). Por outro lado, há Tânatos, uma força que tende ao desligamento, à morte e à destruição.

Perguntado sobre a possibilidade da eliminação da violência na vida social, em carta trocada com o físico Einstein, Freud (1933/1976) responde que é impossível eliminar tal impulso, sendo mais provável dar certo tratamento a esse fenômeno. Para isso, dois elementos são fundamentais: o amor e a identificação. Estes poderiam romper certa posição narcísica e construir uma responsabilidade ética produtora de alianças. Tanto o amor quanto a identificação, por desalojar o sujeito do seu Eu, oferecem um lugar para além do aprisionamento da identidade.

Isso produziria uma espécie de renúncia pulsional em prol do investimento na vida social, na arte, na política e entre outras direções. Bebendo da perspectiva de Freud, Butler (2015b) comenta que os processos de alianças não são oriundos da repressão da destruição. Não existe política sem conflito, muito menos sem a eliminação desses impasses e impulsos. Eliminá-lo somente deformaria e realocaria a agressividade, realizando-se em outro espaço. O meio possível seria elaborar a capacidade de destruição, “[...] dando-lhe uma forma visível, o que seria uma maneira de afirmar sua existência permanente e assumir a responsabilidade pelas formas sociais e políticas por meio das quais ela se manifesta” (BUTLER, 2015b, p. 79).

Para a autora, a argumentação de que a capacidade de destruição é o problema do humano e o impasse na nossa vida social, por outro lado, ela mesma, a destruição, é o que singulariza. Esconder, eliminar e esquecer tais questões fariam a violência perpetuar-se por outros lugares, assim como eliminaria o que é singular em todos nós: a nossa capacidade de rompimento.

Assim, tais impulsos nos ligam ao que não nos é próprio, mas mesmo assim se manifesta, o que pode impulsionar o corpo à insatisfação com as formas sociais. Entretanto, em prol de uma aliança política e vida social, há a necessidade de uma renúncia. Tal renúncia nem sempre é consciente, estamos ligados ao outro de diferentes formas e, sem ele, a minha própria sobrevivência corre risco. Para Butler (2015b), o ponto é: se mato o outro, destruo também o elo que necessito para sobreviver.

Com isso, a aliança é concebida enquanto esforço, pois as marcas da violência encontram-se presentes nela também. Um exemplo significativo de tais dificuldades nos processos de aliança está exposto na fala de uma feminista negra norte-americana, chamada Bernice Johnson Reagon, ao referir-se aos processos de alianças:

Eu sinto como se a qualquer minuto eu fosse desabar e morrer. Com frequência esse é o sentimento quando você está realmente fazendo um trabalho de coligação. Na maior parte do tempo, você se sente profundamente ameaçado e, se não se sente assim, não está realmente fazendo nenhuma coligação [...]. Você não entra nisso só porque

gosta. A única razão pela qual você consideraria tentar se juntar a alguém que poderia matá-lo é porque essa é a única maneira que você imagina de continuar vivo. (REAGON, 1983, p. 356-357 apud BUTLER, 2018, p. 168)

E continua:

Você deve ter certeza de que entende que não vai conseguir ter um “nosso” [como em “nosso mundo”] que não inclua Bernice Johnson Reagon, porque não pretendo ir a lugar nenhum! É por isso que temos que formar coligações, porque não vou deixar vocês viverem se vocês não me deixarem viver. Há um perigo nisso, mas também há a possibilidade de que nós dois possamos viver — se você suportar isso. (REAGON, 1983, p. 356-357 apud BUTLER, 2018, p. 168-169)

As pessoas que encontramos nas organizações, nas manifestações públicas, nas coligações, assim como aquelas que aparecem mediante encontros inesperados, não são aquelas que escolhemos, mas são essenciais para a nossa sobrevivência. Os processos de aliança política não são fechados em uma unidade. Reúnem, simultaneamente, processos, alianças, conflito, violência, precarização e ação.

### 3 OS ATOS DOS SUJEITOS

O movimento dos entregadores, em 2020, construiu uma série de paralisações em diversos lugares do país. Não há ao certo a quantidade exata de ações construídas durante esse período — existiram tanto paralisações organizadas quanto episódios locais de manifestações. Não há a centralização de um único movimento, mesmo que haja os entregadores antifascistas enquanto organização mais visível.

Dentre as diversas manifestações, houve a ação realizada no monumento colonial Borba Gato. Ao ser indagado no inquérito do julgamento sobre o motivo da manifestação, houve duas respostas centrais por parte dos participantes: primeiramente, o ato visava a abrir o debate, não havendo um motivo ou sentido prévio. Segundo, mesmo havendo indeterminação perante a ressonância do ato, ressaltaram o não arrependimento da ação, tornando-se um dos principais motivos alegados pela justiça para a prisão dos manifestantes.

O presente capítulo dispõe-se a discutir a produção do sujeito político a partir da noção de ato e a responsabilidade ética oriunda desse processo. O que move o sujeito a agir — mesmo em condições de extrema desigualdade social — é uma pergunta cheia de lacunas e variáveis. Entretanto, partimos dela na investigação das manifestações e construção do movimento dos entregadores.

Inicialmente mobilizamos a categoria do Eu para poder pensar o sujeito político para além de uma certeza de consciência sobre si. Um sujeito marcado pelo outro a partir do surgimento de um Eu atravessado por encontros contingentes. Quando há processos de ações na construção de atos e alianças, o que se manifesta é uma modalidade de produção de sujeito político para além de si.

No segundo momento deste capítulo, o sujeito político ganha contornos através do ato. Seguindo a linha do caso Borba Gato, pensamos no sujeito político não anterior ao ato, mas produzido por meio dele. Em outros termos, o sujeito se constitui no próprio processo da ação. Sujeito que constitui e é constituído no espaço de atuação, incidindo o ato também sobre ele.

Nesse sentido, a responsabilidade ética com o outro, assim como a ação de um sujeito, será fruto de intensos debates na teoria psicanalítica. A escolha da psicanálise para pensar a concepção do sujeito político atravessado pelo ato, neste capítulo, se deve à modificação da compreensão daquilo que até então compreendemos sobre a política e a esfera social. Tanto Freud quanto Lacan influenciaram os modos de pensamento crítico da configuração social a partir do conceito de inconsciente e, desde então, não seria possível analisar as mudanças da

corporeidade e da política sem levar em conta a produção conceitual psicanalítica enquanto crítica social.

### 3.1 O passado como ponto de batalha

Em 2021 os entregadores antifascistas permaneceram, enquanto movimento, participando de protestos contra os aplicativos e a favor da democracia, sendo um dos grupos que ocuparam as ruas para pedir o *impeachment* do então Presidente da República, Jair Bolsonaro. Na cidade de São Paulo, a Avenida Paulista era o cenário principal das manifestações.

No dia 24 de julho de 2021, um ano após as primeiras mobilizações dos entregadores, a oposição ao governo iniciou outro protesto, o terceiro desde maio de 2021. Mas, dessa vez, um grupo de 50 pessoas produziu o ato em outro local. Decidiram protestar em frente à estátua colonial Borba Gato, localizada em Santo Amaro. Borba Gato foi um bandeirante na época colonial, responsável por desbravar territórios, ampliar fronteiras e descobrir riquezas (BORGES, 2022).

As expedições foram marcadas por escravização e extermínio de indígenas e quilombos. Para os movimentos negro e indígena, essas imagens representam a violência colonial homenageada a céu aberto. De maneira geral, os entregadores, junto a outros militantes, acreditavam que esses monumentos de bandeirantes, espalhados em diversos lugares de São Paulo e do Brasil, demonstram a reificação do passado colonial no presente.

Segundo Mbembe (2014), a exposição dessas homenagens coloniais é a manutenção da imagem colonial que impõe a opressão, o silenciamento e o desrespeito à memória dos povos negro e indígena, além de exibir um passado colonial ainda não tratado. Em São Paulo, dos 200 monumentos de figuras humanas espalhados pela cidade, 137 são homens brancos e apenas um representa uma mulher negra (CANECO, 2021).

O ato consistiu em reunir pneus ao redor do monumento e atear fogo. A fotografia de Borba Gato queimando espalhou-se em diferentes locais e até os principais jornais do país noticiaram o ato. A imagem do monumento com mais de 10 metros de altura e 20 toneladas, com enormes labaredas ao seu redor, reverberou na cena social. Entre as diversas imagens transmitidas, estava a de um entregador com sua *bag* nas costas tirando foto da estátua em chamas (BORGES, 2022).



Das 50 pessoas responsáveis pelo ato, estava o entregador Paulo Lima. Dias depois, uma ordem judicial o levou à prisão, junto com sua esposa e mais dois companheiros. Foram acusados de incêndio, danificação de patrimônio público, associação criminosa e adulteração de veículo — o caminhão responsável por transportar os pneus ao local estava em situação irregular. *Terrorismo* foi a palavra utilizada por muitos canais de televisão (BORGES, 2022).

Após duas semanas preso, o Tribunal de Justiça de São Paulo revogou o mandado de prisão. Os outros companheiros, assim como a sua esposa, tinham sido liberados antecipadamente. Ao ser perguntado sobre o motivo do ato, o entregador afirma que a intenção foi abrir a conversa, tanto institucional quanto no cotidiano das pessoas. Segundo ele, a população deveria saber quais corpos estão sendo homenageados na cidade e quais ela considera que merecem estar lá (LIMA, 2021b).

Um dos motivos colocados no inquérito contra Paulo Lima foi a sua publicação, em rede social, reiterando o não arrependimento pelo ato, o que, em termos judiciais, significava uma ameaça à ordem. Entretanto, Paulo Lima e os outros manifestantes afirmaram a responsabilidade do ato, reiterado pelo seu advogado:

O Galo nunca demonstrou arrependimento, porque o desejo era o de abrir uma discussão na sociedade sobre esse tipo de homenagem esse objetivo foi atingido. Ele se arrependeria se alguém tivesse se machucado, o que não aconteceu. Foi uma manifestação pacífica e tudo ocorreu bem. (BORGES, 2022)

Um dos três indiciados pela ação, motorista de Uber e presidente da torcida organizada do Corinthians, a Gaviões da Fiel, Danilo Oliveira, conhecido como Biu, seguiu a mesma linha: “Ser julgado por fazer o povo pensar, raciocinar, por trazer conscientização para a favela me deixa honrado. E vamos para cima, a luta não acabou” (BORGES, 2022).

Para Paulo Lima, o ato produziu consequências, inclusive a sua prisão. Manifestar a insatisfação contra a estátua colonial revoltaria uma parcela da população descendente de famílias coloniais. Isso foi demonstrado segundo reportagem do Brasil de fato (PAJOLLA, 2021) ao verificar a ligação direta entre algumas autoridades, responsáveis pela prisão do entregador, e famílias coloniais.

Além disso, haveria um conjunto de leis dispostas a criminalizar a ação, dentre elas a lei decretada em 2016, na qual os sujeitos responsáveis por pichar ou depredar monumentos tombados poderão pegar pena de um a três anos de prisão em virtude do seu caráter de ofensa à memória histórica, cultural, arqueológica e artística desses lugares (SENADO NOTÍCIAS,

2017). Outra consequência foi a nível familiar: a sua esposa, mesmo não participando da ação, também foi presa pelo fato de o entregador utilizar o celular em seu nome.

Mesmo com os processos e ataques, Paulo Lima relata o não arrependimento do ato. Segundo ele, havia um sentimento de aposta na manifestação, o que podia se produzir através dele. Tratava-se também de uma modificação nas formas tradicionais dos protestos, tocando agora na estrutura colonial brasileira. De certo modo, pela sua repercussão, a notícia espalhou-se e movimentou a conversa sobre racismo e colonialismo presente nos monumentos da cidade. Ressoou em diversos locais, tanto no campo da conversa entre as pessoas quanto no campo de iniciativas anticolonialistas.

Semanas após o ato, a prefeitura anunciou a criação de cinco estátuas em São Paulo homenageando pessoas pretas: o cantor Itamar Assumpção, a sambista Deolinda Madre, o atleta olímpico Adhemar, o músico Geraldo Filme e a escritora Carolina Maria de Jesus. Para Paulo Lima, o relato mais significativo foi um acontecimento relatado por uma professora:

Tem uma escola particular em que a professora dividiu a sala em dois grupos e colocou os alunos que concordavam com a ação, com a queima do Borba Gato para a esquerda, e os alunos que não concordavam com a ação pra direita e criou um debate ali sobre a situação entre os alunos. Achei muito louco isso aí. (BORGES, 2022)

Ao final, todos concordaram com a ação realizada. Por essas histórias, assim como as medidas institucionais, há uma avaliação da manifestação ser bem-sucedida — no que diz respeito à sua repercussão principalmente, a notícia alcançou diferentes redes de comunicação (BORGES, 2022). Tanto a mobilização quanto o não arrependimento dos participantes reabriram o debate sobre as homenagens a inimigos históricos dos povos negros e indígenas.

Para a realização da manifestação, foi criado o movimento denominado “Revolução Periférica”, aparecendo pela primeira vez naquele dia. Segundo Paulo Lima (BORGES, 2022), após criado a partir da mobilização no monumento, o movimento passou a levar o debate dos problemas estruturais do capitalismo e do colonialismo às comunidades, além de promover ações por meio de distribuição de comida e outras assistências às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A importância da ação também colaborou para posicionar o sujeito periférico enquanto sujeito político, capaz de uma ação para além das diretrizes da esquerda tradicional — partidos, sindicatos etc. Para a luta dos entregadores, o fato de as suas principais lideranças organizarem o ato reanimou o seu caráter antifascista. Divulgada em diferentes redes sociais, a foto de um entregador ao lado da estátua em chamas repercutiu e viralizou entre os próprios entregadores.

Desse modo, a responsabilidade sobre o ato foi assumida desde o primeiro momento. Nas falas dos participantes, mesmo havendo um conjunto de normas e leis proibindo essa forma de protesto, houve uma certeza em realizar a ação — mesmo não sabendo o sentido e o rumo das possíveis consequências. Responsabilidade marcada pela iniciativa de visibilizar o colonialismo presente na vida social.

### 3.2 O sujeito para além do Eu

Em relação a ação e responsabilização, poderíamos pensá-las, inicialmente, como fruto de uma deliberação coletiva. Seria, então, o ato político como fruto de uma decisão enquanto cálculo e escolha. O sujeito seria, então, aquele capaz de agir e responsabilizar-se por causa da sua decisão consciente. Guiado pelo senso de justiça, realiza ações para romper com a gramática a que está submetido.

No entanto, podemos pensar também a ação para além das decisões conscientes da resolutividade de uma decisão — mesmo que a perpassasse em alguma medida. Por mais que faça isso mediante deliberação, não sabemos ao certo os efeitos de tal ação, assim como as ações repercutem sob o corpo daquele que age de tal forma que se torna impossível saber o seu impacto. Um processo no qual o sujeito é o suporte, sem que isso signifique um ato de deliberação consciente.

É justamente sobre essa noção de sujeito, bem como os processos de deliberação e identificação, que se debruça Lacan (1954-1955/1985). Após a morte de Freud, o debate sobre o tratamento e a perpetuação do seu legado teórico estendeu-se entre as associações psicanalíticas. No período pós-guerra, vários psicanalistas associados à *International Psychoanalytical Association* (IPA) lançaram uma série de debates sobre o tratamento psicanalítico baseado nos processos de identificação do Eu. A hipótese sugerida enquanto tratamento baseava-se no fortalecimento do Eu e no modelo clínico de identificação à imagem do analista. Diante disso, o Eu do analista serviria como espelho ao paciente para potencializar as suas formas de resistência às adversidades em busca do Eu forte, e o Eu fraco seria justamente o oposto, aquele que sucumbe frente às adversidades.

Nesse sentido, ação e responsabilização seriam derivadas de um fator psicológico, a capacidade de agência do Eu distinguiria o sujeito forte do sujeito fraco, a capacidade de ação estaria ligada a essa mediação. Inserido em tal debate, e vendo a clínica psicanalítica ampliar a direção do tratamento baseado no Eu, Lacan retorna à Freud com a perspectiva de olhar sua

obra como um todo, e não apenas as suas partes. O retorno lacaniano a Freud teve o objetivo de averiguar os limites da introdução da experiência do inconsciente na clínica psicanalítica e as suas consequências na concepção do Eu, principalmente no tocante ao limite da consciência e da inconsciência:

Porém, quanto mais Freud avança em sua obra, menos consegue situar a consciência, e ele tem de acabar confessando que ela é, no final das contas, insituável. Tudo se organiza, cada vez mais, numa dialética em que [eu] é distinto do eu. Por fim, Freud abandona a partida — deve de haver, diz ele, condições que nos escapam, o futuro nos dirá o que é. (LACAN, 1954-1955/1985, p. 15)

Dessa maneira, definir a natureza do Eu, a sua origem, não é simples. O fato é que o Eu tem diferentes versões em várias teorias, assim como suas consequências éticas. Notamos isso na filosofia e nas teorias que se debruçam na consciência humana. Mas nisso, insiste Lacan, a psicanálise incide com elementos estritamente fecundos. A teoria freudiana colocou elementos na formação do Eu extremamente subversivos, concepção radicalmente nova, ao ponto de ser denominada enquanto revolução no campo do conhecimento (LACAN, 1954-1955/1985).

Poderíamos aqui, então, nos contentar com a definição comum do Eu e suas consequências éticas: o que é nosso e o que não é nosso; o que desejamos e o que não desejamos; e toda a sua Psicologia debatida. O Eu como próprio a pessoas que pensam, e as que não pensam, em determinada medida, há de se ter uma noção do que é o Eu. Nesse sentido, o *cogito* cartesiano, “penso, logo existo”, poderia assegurar a ordem das leis e das regras. Mas será que é assim mesmo a função do Eu?

Por isso, Lacan (1953-1954/1979, 1954-1955/1985) tende, nos seus dois primeiros seminários, a investigar o estado nascente do Eu, momento de sua formação. Quando pensamos no Eu, não há algo de uma apreensão compatível com o seu estado nascente, pois a questão não é tão simples. Se determinadas percepções, consciência, podem ser transparentes, o Eu não é transparente.

Lacan propõe (1953-1954/1979) retomar os ensinamentos de Freud a partir daquilo que o próprio denomina de “crise da técnica” — período Pós-Primeira Guerra Mundial, em que Freud se vê às voltas do manejo clínico e produz o que conhecemos hoje como a segunda tópica. O que se questiona nesse contexto é: por que Freud criou a segunda tópica? O que o motivou a transformar a técnica? Período localizado entre 1910 e 1920, a técnica, naquele contexto, parecia não dar conta dos problemas clínicos.

Foi após 1920 que Freud resolveu modificar a metapsicologia. Ele escreveu um texto decisivo, o *Além do princípio do prazer* (FREUD, 1921/2020). E até o período da década de

1950, as devidas críticas não tinham sido realizadas a esse texto, pois o que estava sendo formulado por Freud era algo novo: o descentramento do sujeito. Mas, ao invés dessa compreensão, houve uma guinada para conceber o Eu enquanto centralidade e equilíbrio.

O que é decisivo nesse período em que se debate a psicologia do Eu é o desaparecimento efetivo da experiência do inconsciente, assim como certo balizamento do conceito de pulsão de morte. Tanto no período da década de 1950 quanto nos dias de hoje, havia uma tradição que norteava a interpretação sobre a pulsão de morte ao compreendê-la enquanto forma bruta de instinto destrutivo.

Nesse sentido, a pulsão de morte seria o caminho para a destruição da vida, cabendo ao Eu o afastamento dessa força para as outras instâncias da vida se desenvolverem. Mas, para Lacan (1954-1955/1985), tal experiência era mais decisiva na técnica psicanalítica, tanto para a compreensão da sexualidade quanto para a própria dinâmica do inconsciente e os efeitos disso sobre o Eu. Disso segue seu comentário sobre o conceito de Eu na obra de Freud através de um fio condutor: a pulsão de morte. Haveria de se perguntar que reviravolta sobre o sujeito era essa, tão decisiva para a compreensão do Eu e para a nossa compreensão de responsabilidade ética do sujeito, que foi introduzida por Freud com o conceito de pulsão de morte.

Assim, Lacan retoma Freud e as definições do conceito de pulsão. Em Freud (1905/2016), o termo aparece em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* para abranger as fontes internas de excitação pelas quais o organismo não pode escapar. A sexualidade aparece nesse primeiro momento, junto à fome e à respiração, enquanto elemento corporal decisivo para a produção de estímulos. Disso seguirá a definição de Freud (1905/2016): a pulsão é a representação psíquica desta fonte endossomática de excitação, tendo como características principais a energia livre polimórfica e fragmentada.

Após esse período, Freud construirá o dualismo pulsional entre pulsões sexuais e pulsões de autoconservação. Uma ligada à libido sexual e outra para dar conta da energia livre oriunda das necessidades fisiológicas. Em 1914, na *Introdução ao Narcisismo* (FREUD, 1914/1976), esse dualismo é rompido a partir da categoria do narcisismo, quando Freud percebe que as pulsões de autoconservação são de natureza sexual.

O dualismo retornará seis anos depois, no texto *Além do princípio do prazer* (FREUD, 1921/2020), por meio da pulsão de vida (Eros)/pulsão de morte (Tânatos). Acontecerá nesse texto uma reviravolta decisiva na teoria psicanalítica. Conforme Lacan (1954-1955/1985), Freud ligará o conceito de libido à potência unificadora de Eros. Essa junção de unificação, no

primeiro momento, visava a formar unidades sintéticas cada vez maiores em prol da manutenção da vida.

A priori, essa concepção da libido entra em contradição com a definição de sexualidade desenvolvida na sua primeira tópica, sendo ela uma energia livre, fragmentada e polimórfica. O abandono se justificaria, inicialmente, pela centralidade do narcisismo na segunda tópica, com seus mecanismos de projeção e introjeção que dariam o destino à pulsão por meio da repetição da imagem do Eu.

O Eu seria, então, o princípio de ligação do diverso da experiência sensível em representação dos objetos. Justamente por isso, pensará Lacan (1954-1955/1985): o Eu é o outro, resultado principal dos processos de identificação e socialização, estrutura marcada por rigidez e estagnação. A sua identidade será fixada, angustiada pela iminente invasão de um outro que desestabiliza a harmonia dos processos de identificação.

Dessa forma, o Eu será caracterizado por quatro atributos fundamentais: agressividade, narcisismo, estrutura paranoica e desconhecimento. Isso quer dizer que o Eu se estrutura por meio de uma fortaleza, preso a uma imagem que será sempre produzida e afirmada contra toda a alteridade. A sua projeção narcísica tenta compor o mundo a sua imagem e semelhança, construção constantemente retificada de si.

Assim, aquilo que se apresenta enquanto eixo central da nossa individualização, baseada no uso intensivo do pronome Eu, não seria o ponto de autocontrole, mas o cerne da nossa alienação. Proposição totalmente inesperada no momento em que a centralidade do Eu era a principal técnica do tratamento psicanalítico. Nesse sentido, o Eu não é um lugar de equilíbrio, capaz de elaborar o cálculo sobre a deliberação de decisão e escolhas na vida social, mas o lugar de constante conflito. Justamente por essa ambivalência que marca a sua constituição, o Eu, para se constituir enquanto identidade, deve negar a todo momento o outro que marca a sua fundação, que o atravessa e o interpela no mundo, e desconhecer o caráter constitutivo da pulsão de morte.

Por isso, Lacan (1954-1955/1985) se pergunta, retomando Freud: onde foi parar a energia livre da sexualidade, fragmentada e polimórfica, destacada na primeira tópica, na construção do conceito de Eu? Pois o esquecimento dessa energia livre e fragmentada, tal como é a experiência do inconsciente, produziu por parte de alguns psicanalistas a adesão pela leitura do equilíbrio do Eu enquanto centralidade.

O dualismo pulsão de vida/pulsão de morte retorna à necessidade da construção teórica do princípio de desligamento do primeiro momento da teoria da sexualidade. A polaridade

vida/morte recobre a distinção entre a energia ligada às representações, através da unidade sintética do Eu, e a energia livre, inauguradora da dinâmica psíquica na primeira tópica de sua obra.

A pulsão de morte, nesse caso, retoma uma cena que provoca desamparo ao mesmo tempo em que desativa o caráter paralisante do Eu. Aparece enquanto necessidade de retorno ao estado inanimado (FREUD, 1921/2020), isto é, alguma coisa excluída do sujeito ou que nunca foi por ele absorvida. Excluída para que o Eu pudesse advir enquanto exigência de unidade.

O campo do sexual, a partir de então, passa a ser um campo de composição e recomposição. Por isso a definição tardia da pulsão como “[...] pressão inerente ao orgânico animado para restabelecer um estado anterior, ‘pressão que esse ser animado precisou abandonar sob a influência de forças perturbadoras externas’” (FREUD, 1921/2020, p. 131), e não apenas uma representação psíquica de uma fonte de excitação constante.

Justamente por esse caráter errante da pulsão, o inconsciente escapa desse círculo de certeza que localiza o homem em relação a si e se reconhece enquanto tal. Além disso, existe outra modalidade e forma de experiência. Tudo se localiza numa base em que o Eu é distinto do Eu. Em termos lacanianos, o sujeito é diferente do Eu. O sujeito, descentrado de si mesmo, é diferente do Eu imaginário. Por isso, dirá Lacan (1954-1955/1985) que a pulsão é um conceito fundamental por transmitir o tropeço, a Coisa, isto é, o irrepresentável, o limite à clínica, ao saber científico e, no nosso caso, ao regime de unidade do Eu; o ponto de que nada sabemos e age sobre nós, a mais enigmática teoria, que veio fazer tropeçar todo o espectro baseado na centralidade do Eu enquanto unidade concisa (LACAN, 1954-1955/1985). É, ainda, o ponto limite de qualquer formação identitária, resultando em grande escândalo para aqueles que visam a estabelecer o campo da vida enquanto responsabilização de escolhas racionais:

Será que consegui pelo menos transmitir aos seus espíritos os elos dessa topologia que põe no coração de cada um de nós esse lugar hiante de onde o nada nos interroga sobre nosso sexo e sobre nossa existência? Este é o lugar em que temos de amar o próximo como a nós mesmos, porque nele este lugar é o mesmo. (LACAN, 1974/2005, p. 50)

### **3.3 O Eu entre o Nós**

A conversa sobre o Eu e a responsabilidade ética nos meados do século XX foram assimilados por Butler e ganharam contornos políticos. Os problemas colocados, principalmente a partir do atentado nas Torres Gêmeas, em 2001, da guerra do Iraque em 2003

e da crise financeira de 2008, localizam a questão da responsabilidade ética nos corpos precarizados em geral.

Em torno de uma grave crise financeira, foi agravada a cisão entre os corpos considerados vidas passíveis de luto na vida social e os que se encontram vulneráveis a um outro, ou a uma instituição, que pode violentá-los e oprimi-los. Sob a estrutura do capitalismo, essas pessoas vivem e persistem. O problema ético posto por Butler (2018) é colocado sob esse pano de fundo: como construir uma vida possível de ser vivida dentro da própria estrutura que a oprime?

Butler retorna diversas vezes à questão de por que esses corpos são constantemente calados e silenciados. Com a propagação da gramática liberal, o problema posto torna-se ainda maior, pois podemos presumir que a própria linguagem pode enquadrar os sujeitos a partir da propagação da ideia do individualismo de si e do outro enquanto inimigo permanente.

Como foi visto no primeiro capítulo, um conjunto de técnicas foi desenvolvido a fim de se construir e consolidar um sujeito autônomo e responsável. O enredo baseado na fórmula empreendedor-de-si-mesmo ganhou espaço não somente nas empresas, mas na vida política. Dessa maneira, dentro da gramática liberal, as pessoas que sofrem opressões são responsáveis por elas mesmas e não necessitam do outro para a sua sobrevivência.

O liberalismo, ao adentrar de vez a vida política, reduziu o Estado à gestão dos problemas e o sujeito a um ator passivo. Dentro desse cenário, o primeiro movimento de resposta à pergunta colocada acima, viver uma vida boa numa vida ruim, seria: não é possível produzir uma vida possível de ser vivida dentro da própria estrutura que as oprime. Mas se aceitarmos essa constatação, haveríamos de desconhecer todos os movimentos, ações e relatos das pessoas que vão ao espaço público, falam e resistem à estrutura à qual estão submetidas.

Nesse sentido, existe uma ética que não somente resiste às formas de poder, mas que vive, constrói e insiste em outras formas de vida. Formas de vida em que o Eu e o Tu estão constantemente implicados um no outro em busca da própria sobrevivência. Por estarem ameaçados por regimes e discursos de opressão, constroem redes de troca e solidariedade. Produzem encontros contingentes nas ruas e nas manifestações que paralisam as cidades. E, ao fazerem isso, denunciam a própria base na qual estão inseridas.

Pensando justamente nessa dinâmica, Butler retorna à psicanálise com o objetivo de pensar o Eu para além de si e as suas consequências éticas. Ela percorre o caminho da constituição do Eu em Freud, como sistema de imagens, para depois se deparar com a sua clivagem. Vimos como a identidade do Eu em Lacan não se apresenta como estrutura dinâmica,



mas sim como forma estática e defensiva. Dessa forma, para que outra dinâmica de laço aconteça, a sua desintegração é fundamental. Integrar os restos excluídos; as disposições fragmentárias polimórficas da sexualidade; os afetos vinculados aos objetos perdidos que não compõem o corpo próprio; os desejos recalçados; todas essas experiências só podem ser incluídas por meio da decomposição do Eu, ou seja, a partir da sua morte. O sujeito entra em cena quando o Eu se desintegra.

Entretanto, quando Butler retoma o debate sobre o Eu em *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética* (2015a), ela retoma a concepção de Eu não negando o conceito do sujeito, mas pensando o que, dentro da estrutura do Eu, pode ser utilizado enquanto pressuposto ético. Ou seja, se, por um lado, o Eu é uma instância psíquica de violência e agressividade, movimento narcísico que reitera a imagem de si sobre o outro; por outro, há de se questionar o que, dentro dessa própria estrutura, pode apontar a uma ética para além da fixação da identidade.

Assim como Lacan, Butler retoma a discussão da Psicologia do Ego e destaca o fato de a violência ser exercida ao naturalizar o Eu enquanto ponto de equilíbrio. A construção de uma análise baseada no espelho do outro, como se houvesse um ponto de referência padrão, elimina a possibilidade de os sujeitos construírem por si mesmos as saídas da sua própria narrativa. Então, para o outro construir a saída singular do seu sintoma, é necessário pensar o Eu além de uma referência. Dessa maneira, por meios parecidos, Butler (2015a) recorre a uma proposição inicial da investigação lacaniana: olhar o Eu a partir da sua constituição. Em outras palavras, por mais que a desconheçamos, a nossa formação é marcada por relações sociais:

Não existe nenhum “eu” que possa se separar totalmente das condições sociais de seu surgimento, nenhum “eu” que não esteja implicado em um conjunto de normas morais condicionadoras, que, por serem normas, têm um caráter social que excede um significado puramente pessoal ou idiossincrático. (BUTLER, 2015a, p. 11-12)

O Eu não se separa das normas e dos conflitos sociais, muito menos se constitui à parte deles. Não podemos concluir também que o Eu reproduz completamente a obediência a tais normas, pois, no que diz respeito à fala, às narrativas e aos atos, o Eu ultrapassa a si mesmo, excede sua própria narração e a própria tentativa de síntese que o constitui.

O paradigma da fala prova que sempre falamos mais de nós mesmos do que pressupomos saber. Para solucionar esse problema, Butler (2015a) caminha pela seguinte hipótese: existe uma relação primária com o outro na nossa formação e fundação. Desde o início, somos marcados por esse traço oriundo da linguagem. A dependência do outro coloca o infante na posição de oprimido aos efeitos da língua e ignorante em relação às visões do mundo

adulto. A sexualidade surge como consequência da vida social, dos significantes impostos e produtores de impressões primárias. Por isso, dirá Butler:

As pulsões (de vida e de morte) não são consideradas primárias — originam-se na interiorização dos desejos enigmáticos dos outros e carregam o resíduo desses desejos originalmente externos. Como resultado, cada pulsão é acossada por uma estranheza (étrangèreté), e o “eu” descobre-se estranho para si mesmo em seus impulsos mais elementares. (BUTLER, 2015a, p. 73)

Partindo do pensamento de que não há um demarcador comum na formação do Eu, mas sim uma relacionalidade fundamental, Butler (2015a) compreenderá que existe na formação do sujeito o grifo de uma opacidade constituída através da relação do Eu com o Tu. O que marca esse encontro é a produção de um enigma desconhecido pelo sujeito.

Enigma que incide sobre o próprio corpo. O corpo, nesse sentido, não é somente um fato biológico, muito menos reduzido a ele. A mensagem do outro, reprimida no corpo, retorna de forma enigmática para o sujeito consciente. Uma origem irrecuperável, não revivida tal como se aprendeu em seu acontecimento. Nesse sentido, o Eu se constitui pelo excesso da alteridade, dos significantes que agem no corpo e antecedem a sua formação enquanto síntese.

Dessa forma, até mesmo as condições de narrar a sua própria história desalojam o Eu, ocasionadas pela impossibilidade de saber a sua origem. Pensar o Eu por essa via implica dizer que ele não está totalmente de acordo com as normas, porque há um crivo, uma ruptura estrutural em sua unidade. Por mais que sejamos constituídos pela norma, isto é, pela linguagem, tal efeito não condiciona o corpo a seguir um padrão retilíneo e normal. Pelo contrário, esse encontro produz na estrutura do Eu uma opacidade fundamental. Isto é, por trás da aparência fixa e rígida do Eu, há um desamparo estrutural (BUTLER, 2015a); retirada a cortina, há o nada, o vazio. Na base da nossa constituição, incide uma condição precária.

O Eu, nesse sentido, não se funda a si mesmo enquanto entidade autônoma. Ele é tanto fruto do outro quanto estabelece consigo uma operação de estranhamento. A concepção do Eu que reconhece o limite de si implica uma responsabilidade ética, pois se o sujeito é opaco, ou seja, se é incapaz de completar-se em uma unidade, ele é dependente de suas relações.

A opacidade é justamente concebida enquanto resultado dessa relação primária com o outro (BUTLER, 2015a). Por isso é possível, mesmo em meio a uma gramática extensiva de opressão e a todos os seus mecanismos de silenciamento, os corpos anunciarem a sua insatisfação mediante fala e atos; e construir uma vida de resistência dentro da própria estrutura normativa. Resistência que expõe a precariedade das nossas relações e produz uma dimensão ética além do indivíduo.

Desse modo, na política, os momentos de desconhecimento de si tendem a se manifestar nesses cenários de encontros e mobilizações, “[...] sugerindo que essas relações apelam a formas primárias de relacionalidade que nem sempre podem ser tematizadas de maneira explícita e reflexiva” (BUTLER, 2015a, p. 23). A opacidade aparece no contexto de relações que se tornam parcialmente irrecuperáveis, assim como “[...] parece estar embutida na nossa formação e é consequência da nossa condição de seres formados em relações de dependência” (BUTLER, 2015a, p. 23).

O Eu opaco mobiliza nossa dimensão ética, pois a morte do outro implica a minha própria sobrevivência, já que não podemos escapar da sociabilidade na base que marca o nosso corpo. Com o excesso oriundo do outro, a vida persiste com e a partir dessa opacidade. Dito de outro modo, “o ‘eu’ entra em colapso de maneiras bem específicas diante do outro” (BUTLER, 2018, p. 70). A partir dessa condição precária, o sujeito fala sobre si e, de certo modo, percebe essa errância ao não encontrar um denominador comum para a sua fundação.

A estrutura do Eu, seus processos de composição e decomposição, submete também a norma a constantes colapsos. O corpo pulsional não somente rejeita a integralidade das normas, mas também anima certa coragem vinda da possibilidade de conversão da violência em processo de mudança de estado. Tal coragem anima a experiência do Eu: os processos de despossessão vinculados aos riscos são modos de liberação. O corpo é o meio pelo qual os processos de desabamentos se realizam.

Butler (2015a) obtém a seguinte conclusão desse processo: somos naturalmente desviantes e necessitamos operar continuamente processos de despossessão. Há no Eu uma espécie de hiato, de onde o nada nos interroga e coloca o corpo enquanto desviante e errático. Nesse sentido, o nosso sofrimento em relação à norma não diz respeito a processos de indeterminação; pelo contrário, são processos ocasionados pela repetição, estagnação e fixação às normativas.

Dessa maneira, a precariedade relacionada às condições e à produção de laços sociais está intrinsecamente ligada à condição precária que nos constitui, ligada a um denominador comum: o Eu enquanto processo social. Trata-se de retirar o caráter individualista do Eu e propor o efeito da dimensão coletiva. Se estamos pensando nos processos ligados à nossa responsabilidade é porque o Eu comporta formas plurais de atuação.

Para tanto, destacar a opacidade do Eu não significa a impossibilidade da construção de laços, assim como não significa uma vulnerabilidade estagnada na dependência de uma figura autoritária. Significa, sim, que somos, desde o início, vinculados a um outro que não

escolhemos e necessitamos para viver. Somos “[...] implicados, obrigados, derivados, sustentados por um mundo social além de nós e anterior a nós” (BUTLER, 2018, p. 67). Portanto, há no sujeito uma capacidade de ação, produtora de uma destituição social. Espaço de agência que tem uma responsabilidade ética marcada sobre a implicação coletiva e a vida social.

### **3.4 A responsabilidade ética do desejo**

Sobre essas questões relativas às consequências desse espaço vazio na constituição do sujeito e da sua responsabilidade ética, Lacan (2008) retoma o debate sobre a ética no seu sétimo seminário. A discussão entre a lei e o desejo será um dos principais eixos, problematizando as questões éticas e propondo uma ética ligada ao desejo.

Antes de entrarmos na questão da ética do desejo, sabemos desde Freud (1930/1976) que existe na psicanálise uma espécie de tensão entre as leis sociais e a vida psíquica, pois, para ele, tratava-se de colocar em questão a repercussão das normas na vida psíquica do sujeito. Nesse sentido, existem as regras e as leis sociais, os ordenamentos e as formas de cumprimento das leis, mas também existem outros fatores importantes nessa dinâmica: a assimilação de tais regras e, principalmente, como os sujeitos realmente performatizam essas normas. Em outros termos, como os sujeitos agem.

Guiando-se por tais problemas, o ponto de partida de Lacan é construir uma responsabilidade ética a partir do espaço de ação. Uma ética baseada nas ações morais. Para isso, recorre à lei moral kantiana para poder pensar como os sujeitos constroem suas regras e como, a partir disso, afirmam um posicionamento ético oriundo desse processo.

Kant define a lei moral com os seguintes pressupostos: o sujeito deve agir conforme a sua vontade valha como princípio de uma legislação universal (LACAN, 1998). Tratava-se do postulado ético a partir de uma lei sem substância diretiva, diretrizes e normas específicas, mas marcada pela racionalidade e universalidade.

O sujeito ético seria aquele capaz de agir conforme sua ação fosse considerada universal. Para isso, este deveria evitar os afetos patológicos, agindo segundo uma razão que propusesse o bem maior. Nesse contexto, há uma moral prática estabelecida pelo aspecto do que é o bem. A ética, nesse sentido, seria caracterizada pelo seguimento de uma norma ou preceito, que pode ser explicitada como a figura do que é certo em detrimento do errado.

Para Lacan (1998), esse formalismo universal não era capaz de anular os discursos perversos. A própria lei sem substância pode ser utilizada enquanto imperativo para matar, extorquir, usufruir do corpo do outro etc. Não enquanto desejo imediato, mas enquanto excesso que está para além do princípio do prazer. Um gozo que excede a própria ideia de bem-estar. Recorrendo ao postulado sadiano, Lacan percebe que é possível construir uma máxima universal capaz de agir sobre o próprio sujeito enquanto um imperativo, servindo como abertura à arbitrariedade.

Dessa maneira, a busca do Bem, através da burocracia formal e legislativa, faz surgir também um excesso. Excesso este que pode resultar em consequências potencialmente fatais. Assim, coloca Lacan (1998), Sade revela que a voz da consciência — que expressa a lei moral — não é nítida e clara, porque tal voz parte de uma cisão fundamental: a cisão própria da fundação do sujeito.

Olhando esse vínculo vicioso entre Kant e Sade, Lacan propõe uma ética, sem abandonar a lei moral, mas agora pensando como o desejo entra nessa equação. Recorrendo a *Antígona*, o psicanalista observa na tragédia grega uma forma de pensar a ética psicanalítica. Atravessando a ordem de Creonte — a lei proibia o enterro de Polinices, sendo a punição a própria morte para quem realizasse a infração —, Antígona enterra seu irmão, gerando como consequência a sua própria morte. O drama da tragédia localiza-se entre a lei oriunda de uma ordem pública e o desejo de Antígona de enterrar seu irmão a qualquer custo. Uma maneira de insistir na vida a partir da morte.

Nesse ato de Antígona, Lacan (2008) localiza a personagem no limite da primeira e da segunda morte. A primeira morte é a orgânica e a segunda é a simbólica. Na ânsia de evitar a segunda morte do seu irmão, humanizando-a por meio do enterro, Antígona coloca em jogo a sua própria vida. A sua morte certa ao enfrentar as Leis de Creonte, de certa forma, confunde-se com a possibilidade de vida, através do reconhecimento de sua morte, de Polinices. Com isso, embaralha a fronteira da vida e da morte: a vida invade o domínio da morte e a morte invade o domínio da vida.

Ao comentar esse ponto limite, Žižek (2011) aponta que essa posição não deve configurar o ato de Antígona enquanto fora da realidade ou atravessando a realidade rumo ao real, nem muito menos considerar seu ato enquanto fora do simbólico. A posição lacaniana coloca Antígona na posição do significante em seu estado puro. O significante enquanto corte, aquele que atravessa e produz a hiância que marca o sujeito. A irredutibilidade de Antígona frente à Lei de Creonte é a irredutibilidade do significante.

Esse significante introduz a ordem de verdade e acontecimento no mundo. Ou seja, realiza uma cisão: de um lado, produz o simbólico e, do outro, o real e o desejo. O que está fora do simbólico, e, por conta disso, inacessível, é o real e o desejo, de modo que, a partir disso, um acontecimento efetivo só será apreensível através do ponto de vista do que escapa aos regimes de determinações.

Para Safatle (2003), existe aqui um momento importante no pensamento de Lacan, no qual, ao invés de opor-se à lei ou negá-la, a lei impulsiona o desejo e dá uma determinação objetiva a ele. Em outros termos, a lei estaria a serviço do desejo. Entretanto, para além do desejo alienado em objetivos empíricos, haveria também um gozo proporcionado através do reconhecimento da dimensão simbólica da lei.

Com isso, ao inverter a ordem, a proposição lacaniana difere-se da concepção da compreensão do desejo enquanto derivado do patológico, impossibilitando um pensamento ético. Pelo contrário, a própria lei moral molda e determina o desejo, agindo sobre o desejo de alguém, não fundamentado por interesses ou motivações patológicas.

Por isso, Lacan (2008) definirá o desejo enquanto desejo do Outro. Ou seja, tem a estrutura de uma falta, justamente porque o Outro é o representante do significante no qual o sujeito necessita estar inserido para existir. Por ter uma estrutura de falta, o desejo não pode ser apreendido pelos objetos empíricos e pela realidade, satisfazê-lo seria o seu fim último.

Nesse espaço de indeterminação caracterizado pelo desejo é que Lacan encontrará seu postulado ético: “Agiste conforme o desejo que te habita?” (LACAN, 2008, p. 267). É no entre-dois, agindo conforme o desejo que lhe habita, que Antígona age contra a legalidade da lei e as vidas que ela subtrai. Uma ética que afirma a vida diante das imposições da norma.

Trata-se de uma ética que tem um compromisso com a prática, e não uma imposição de uma ordem. Assim, ela enfrenta a morte e experimenta o desejo até as suas últimas consequências. Para Butler (2014), a postura de Antígona deriva de uma postura inflexível, incansável, colocando-se para além das determinações dos regimes estabelecidos, na busca de uma outra organização política:

A rigor, não é apenas que, como uma ficção, o caráter mimético ou representativo de Antígona já esteja em questão, mas sim que, como uma figura, ela aponta em outra direção, não para a política como uma questão de representação, mas para aquela possibilidade política que emerge quando os limites da representação e da representabilidade são expostos. (BUTLER, 2014, p. 18)

Uma possibilidade política que emerge quando, mediante um ato, os limites da ordem são colocados em cena. Uma recusa à ordem e uma interferência no contexto social, expondo

também que, para a ordem configurar-se como tal, outros corpos e regimes simbólicos ficaram de fora. É na esteira desse pensamento, colocando a ruptura de uma norma como revelação de suas condições, que Lacan desenvolverá a noção de ato analítico.

### 3.5 O sujeito em ato

Segundo Safatle (2020), um dos quatro conceitos lacanianos subversivos para pensar a política é a noção de ato analítico. Tal conceito pode ajudar a pensar o campo da política, colocando a problemática sobre o que significa a função de um ato na vida política. Nesse sentido, a psicanálise não conseguiria, antecipadamente, instalar formas de organização enquanto prescrição, assim como abarcar todas as outras formas de movimento social. No entanto, para pensar o desejo de transformação e as consequências de um ato político, ela incide com elementos fecundos.

Ao se referir a essa noção de ato, Lacan (1967-1968/[s.d.]) remete-se à travessia do Rubicão realizada por César. Na Itália, a lei de Roma não permitia atravessar o Rio Rubicão com o exército. A atitude de Júlio César em atravessá-lo violava a lei, jogando os dados na mesa e produzindo consequências imprevisíveis. Por isso, designará Lacan: “o ato psicanalítico designa uma forma, um envelope, uma estrutura tal que de certa maneira ele suspende a própria lei tudo o que fora instituído até então, formulado, produzido como estatuto do ato” (LACAN, 1967-1968/[s.d.], p. 64)

O termo “subversão” é utilizado por Lacan para designar essa derrubada de uma ordem através da ruína de suas bases. O ato é, nesse sentido, uma ação que visa a retirar o sujeito da estrutura que o determina, produzindo destituições subjetivas. Além disso, esse ato faz desmoronar uma ordem e permite instaurar outra. Dessa maneira, “dissolução” e “instauração” de uma nova ordem são termos que auxiliam a configuração e a compreensão de um ato.

Nesse sentido, o ato confronta-se, primeiramente, com operações de dissolução — mobilizando essa dimensão para além de uma pulsão de destruição. Tal processo é fundamental nos movimentos de transformação e ruptura, visto que não é possível pensar em processos de construção e instalações sem responder como ocorrem os processos de dissolução.

Claro, existem processos de dissolução que são apenas degradações da ordem. Para Žizek (2011), pode-se agir de forma a produzir rupturas, uma negação bruta, mas sem que essa negação produza novas atividades. Um exemplo dessa passagem seria o autossacrifício expiatório em prol de manter a estrutura tal como ela se constitui. Um “sair de cena” que

preserva a própria cena. Por meio do sacrifício de si, o ato preserva a própria cena que aprisiona o sujeito.

Também é possível agir produzindo ação de maneira imaginária, não havendo força de transformação estrutural. A ação se resume a uma encenação enquanto resposta à demanda do Outro. Nesse caso, a ação deixará intocada a estrutura que produz o sofrimento. Ou seja, o que o sujeito produz verdadeiramente é um *Acting Out*, um agir que é uma simples forma impulsiva.

A incidência dessas ações na política, um agir que simplesmente compõe o cenário da ordem simbólica existente, levou Zizek (2011) a comentar o seguinte: afastar-se da compulsão de agir é a única maneira de permanecer aberto à possibilidade real de transformação. Uma renúncia às ações diretas, abrindo espaço a uma modalidade diferente de atividade.

Nesse sentido, não fazer nada não é sinônimo de resignação, mas sim de estar aberto às possibilidades contingentes da ação. Por isso, será importante para o autor a diferença de uma verdadeira atividade, ligada à fidelidade ao ato, das falsas atividades, formas de ação em que permanecemos ativos o tempo todo para garantir nenhuma mudança.

Afirmar a verdadeira atividade do ato enquanto ligada à contingência não é sinônimo de paralisia social tampouco do abandono das condições históricas, como se um ato fosse fora da realidade. Entretanto, o ato é irreduzível às suas condições. Isto é, o ato não somente está enraizado nas suas condições contingentes, como também essas condições fazem o ato: uma mesma ação, no mesmo contexto social, realizada em um momento errado, não é mais um ato. O que faz do ato um ato verdadeiro é a sua própria contingência.

Dessa forma, os questionamentos sobre a positividade de um ato no campo da política produzem questionamentos. A principal diz respeito às reais garantias do ato: o que está reservado aos que seguem a fidelidade de um ato? Essa garantia, aponta Zizek (2011), assume duas formas principais de respostas: não se deve estar aberto a transformações prematuras, os sujeitos devem agir quando as reais condições forem propícias, precisando aguardar o momento certo. A segunda resposta diz respeito à legitimidade normativa, sendo possível a transformação quando a maioria da população estiver consciente da ação e ao lado dos que produzem o ato.

Tais pensamentos, para se constituírem como tal, devem, primeiramente, se manter em uma posição defensiva ao ato e a sua contingência, como se o sujeito, antes de arriscar a tomar uma posição, devesse pedir permissão a um grande Outro. O medo das ações prematuras, a busca pelas garantias, é justamente o receio do abismo do ato. E este é o argumento principal para rebater essas críticas, segundo Zizek (2011): o ato não se constitui a partir de uma permissão.



Entretanto, reforçar esse caráter indeterminado e contingente do ato não implica dizer que se trata de uma ação milagrosa sem depois. Pelo contrário, o ato produz efeitos e se inscreve na ordem simbólica. Ou seja, após a ação da negatividade, produz-se uma nova positividade. Žizek (2011) chega a apontar que, mais importante que o ato em si, são seus efeitos no dia seguinte. Um ato sem depois significa uma negatividade não positivada, ou seja, uma ruptura sem criação.

Corre-se o risco de, ao não positivar o ato, seus efeitos ganharem contornos devastadores. Assim, coloca Safatle (2020), os efeitos de dissolução e instauração são propriedades determinantes de um ato. Existem processos sociais que são pressões a uma nova forma de vida e de arranjo social, além de serem, também, a oportunidade de elaboração das suas próprias condições criadoras. Justamente por isso, a noção de ato político enquanto dissolução de uma ordem é tão importante. Sem a sua dissolução, a ordem pode perpetuar-se em silêncio, entrar novamente de forma implícita na vida social.

### **3.6 O sujeito político**

No campo político é comumente aceito o argumento de que só se faz política quando um sujeito age mediante as condições ideais, sendo os seus principais protagonistas aqueles que, em meio a um impasse, consegue tomar a melhor decisão possível dentro do campo democrático. Trata-se, então, de um sujeito racional, agindo através do cálculo e da certeza.

Desse modo, o imperativo de uma racionalidade consciente não somente age no campo da ética, mas também no da política. O sujeito político, nesse sentido, seria aquele capaz de agir da forma mais adequada possível, conforme as deliberações e as exigências de um conjunto de opiniões políticas. Tal sujeito seria, então, capaz de transformar a realidade a partir do seguimento da lei.

Entretanto, quando pensamos nessa ação política oriunda de um ato, há uma modalidade de agência para além de uma certeza consciente. De alguma forma, nesses atos, o sujeito localiza-se em um outro lugar. Aqui mais uma vez, e para finalizar a pesquisa sobre o sujeito político, a psicanálise incide com elementos fundamentais: o que significa a ideia de inconsciente no campo social e qual a sua relação com o sujeito.

Trata-se de colocar em questão o que se apresenta através da realidade mais contida, mas recusada e coberta, quase sempre rejeitada ou colocada à margem, aparecendo enquanto

símbolo do engano. Ao invés de recusar os tropeços e a contingência do ato, a psicanálise a acolhe. Ainda mais, coloca-o enquanto centro da problemática.

Lacan (2008), recorrendo aos preceitos freudianos, relata que, nesse espaço de hiância, o sujeito está em casa: “Descartes não sabia, a não ser que fosse o sujeito de uma certeza e rejeição de todo o saber anterior — mas nós, nós sabemos, graças a Freud, que o sujeito do inconsciente se manifesta, que isso pensa antes de entrar na certeza” (p. 40).

Nos sonhos, nos Lapsos, nos atos falhos, nos chistes e nos sintomas, o sujeito está presente. Isso pensa antes de entrar na consciência. Nesse sentido, a noção de sujeito é retirada da consciência e localizada no inconsciente. Há um ponto importante nessa inversão psicanalítica ao pensar no sujeito político: o sujeito do inconsciente se manifesta antes de entrar em qualquer garantia de certeza.

Primeiramente, o Isso manifesta-se e, nos escombros dessa ação, nasce uma certeza. Com isso em mente, levando em consideração o sujeito do inconsciente, Lacan pensará a fórmula geral do ato transmitida por meio do poema *Há uma razão*, de Arthur Rimbaud:

Um bater de seu dedo contra o tambor descarrega / todos os sons e começa a nova harmonia / Um passo seu é o levante de novos homens / e seus em- marcha. / Sua cabeça se vira: o novo amor! / Sua cabeça se volta: o novo amor! / “Mude nossos destinos, alveje as pragas, a começar pelo tempo”, cantam-te essas crianças. “Cultiva não importa onde a substância de nossas fortunas e desejos”, te suplicam. / Vinda de sempre, quem irá contigo por toda parte. (RIMBAUD, 2014, [n.p.] apud SAFATLE, 2020, p. 140)

Se a fórmula geral do ato aparece enquanto poema, nos diz Safatle (2020), é por ela ocasionada uma forma, uma experiência, implicando a nossa gramática de afetos e a nossa sensibilidade. Nessa fórmula habita também a noção geral de um sujeito político. E será justamente esse poema que nos guiará sobre a compreensão de um sujeito político posto em ato.

Assim, segue o comentário do Safatle (2020): primeiramente, o título chama-se “há uma razão”, enquanto o poema transmite o oposto de tal ideia. Entretanto, o título e o poema não apresentam uma contradição. O que está em questão, mais do que a racionalidade em si, são as bases de formação da racionalidade. O artigo indefinido “uma” singulariza a razão, como se cada um produzisse a sua razão a partir da sua experiência. Sendo a experiência que produz o corpo, em que se produz uma razão, irrecuperável para o sujeito.

*Um bater de seu dedo no tambor descarrega / todos os sons e começa a nova harmonia.*  
A emergência de todos os sons surge na nova razão, indicando uma corporeidade da experiência

que se entrelaça a uma nova racionalidade. Em ritmo de guerra, o som do tambor interrompe o silêncio e inicia uma nova harmonia — há de se destacar também que todos os sons tocados juntos, cada um ao seu tempo, nunca fornece uma nova harmonia. Como se a cada toque de tambor produzisse a harmonia, sem preocupação com a ordem (SAFATLE, 2020).

E, dessa forma, a irrupção da guerra produz *novos homens, novo amor*. Um novo é repetido duas vezes. Caso de se lembrar que atos são repetições, que a emergência de um novo tempo se abre ao repetir. Um tempo próprio no amor que produz uma outra razão. Após produzir essa repetição que denuncia o desejo de um novo tempo, aparecem as crianças. Crianças que não apenas cantam, mas suplicam, pois há nelas um desejo de que seja cultivado em outro lugar.

O sujeito em ato produz sempre a irrupção de outro espaço e outro tempo, segundo Lacan (1967-1968/[s.d.]). Quebra a hierarquia dos lugares e permite que o desejo seja cultivado em outro momento e tempo. Não é à toa que há de se ter isso em mente quando escutamos Lacan dizer que “o ato destitui em seu fim o próprio sujeito que ele instaura” (LACAN, 1973-1974/1985, p. 375). Em outros termos, o ato modifica o próprio sujeito da ação.

Nesse sentido, não é o sujeito político consciente que produz o ato a partir de deliberações, mas sim o ato é que produz o sujeito político. Para Safatle (2020), o sujeito político posto em ato é produzido por um certo devir. Isso explica o fato de o ato se realizar melhor ao fracassar — isso não implica dizer que o ato fracasse verdadeiramente. Há uma modalidade de fracasso que é resultado da pressão do desejo em produzir novas formas, um pouco como os atos falhos são um fracasso da linguagem ordinária.

Zizek (2011) aponta para o fato de que a radicalidade de um passo não está na sua certeza de progresso, os atos são tentativas de abrir espaços, por isso sua *Defesa pelas causas perdidas*. Expor as falhas, os erros, as derrotas, não as obliterar. Admitir isso não é sinônimo de derrota ou fracasso paralisante, mas de expor o desejo de transformação embutido nesses atos. Uma espécie de desejo de revolução que passa pela dissolução de sistemas e instauração de outros. Uma verdadeira transformação passa pelo amadurecimento de tal devir. Um sujeito político que, mesmo sem saber as reais consequências dos seus atos, coloca em jogo a urgência e a exigência de uma nova existência.

### **3.7 A um outro modo de vida**

Os atos dos entregadores antifascistas, a partir de 2020, produziram uma série de comentários sobre os novos modos insurgentes de resistência. A forma de colocar o problema e relacioná-lo a problemas estruturais chamou a atenção. Nesse sentido, a performatividade das

ações produziam adesão social, o entregador que carregava comida nas costas de barriga vazia não somente engendrava uma crítica ao aplicativo, como também ao contexto geral de capitalismo e colonialismo.

Se um sujeito passa fome é porque existe todo um aparato de Estado, assim como um sistema de desigualdade social, na distribuição de riquezas, que negligencia essa questão. A *Oxfam Internacional* (HESSEL, 2023) — ONG que busca soluções para a pobreza, a desigualdade e a injustiça — lançou recentemente o balanço da distribuição de renda na pandemia, e o resultado, mais uma vez, foi alarmante. Na última década, o 1% mais rico ficou com 50% da riqueza produzida no mundo. Pela primeira vez, em 30 anos, a pobreza extrema e a riqueza extrema cresceram no mesmo ritmo.

Entre 2020 e 2022, o 1% mais rico ficou com  $\frac{2}{3}$  de toda a riqueza em todo o mundo. Isso equivale a um valor 6 vezes maior do que o arrecadado por 90% da população global (7 bilhões de pessoas). No Brasil, o 1% mais rico detém 48% da riqueza produzida no país. Os dados escancaram o agravamento da tensão: enquanto uma pequena parcela de famílias está ganhando cada vez mais, a maioria pobre ganha cada vez menos.

Junta-se a esse problema todo o espectro de um país com herança colonial. Os preconceitos, a precariedade da população periférica, a violência policial etc. têm um marco histórico. Fruto do processo colonial, esses problemas estendem-se até os dias atuais. Uma parcela desse grupo de famílias que concentra tais rendas tem relação direta com o passado colonial. O Brasil preferiu ao longo de sua história esquecer tal acontecimento, como se, repentinamente, ele fosse desaparecer.

Foi assim que criamos o país da compulsão à repetição, sendo o esquecimento uma política de governo (SAFATLE, 2021). País que, mesmo após longos períodos de ditadura militar, permaneceu com suas bases em diversas instituições. Aos que passaram impunes nesses processos, a tentativa de desvincular o passado do presente torna-se uma das principais estratégias para manter o passado vivo, corroendo nossas estruturas, até o seu inevitável retorno.

Importante recordar de todos esses aspectos quando falamos de Brasil, pois vale lembrar, a partir desses diagnósticos, que quem luta pela liberação do passado, luta pela transformação dos modos estruturais do presente. A queima da estátua do Borba Gato não somente produziu um processo judicial a partir da qualificação da ação enquanto terrorismo, mas também um conjunto de críticas sobre a forma identitária da manifestação. Nesse sentido, a crítica partia do processo enquanto desprovida de transformação real, assim como, por ser uma ação sem pauta ou fruto de deliberação, só visava ao apelo midiático.

O ponto de vista, mais uma vez, é transformar a ação política em campo da racionalidade. Esse fundamento produziu a seguinte crítica por parte do Vladimir Safatle:

Dito isto, não é motivo de espanto ver alguns a criticarem uma das mais importantes ações políticas desses últimos meses, a saber, a queima da estátua do bandeirante Borba Gato, em São Paulo. Quem acha que isso é apenas um ato “simbólico” deveria pensar melhor a respeito do que compreende por *símbolo* e como são eles que, muitas vezes, impulsionam as lutas mais decisivas e as transformações mais impressionantes. Quando caiu, a Bastilha não era mais que um símbolo. Mas foi a queda do símbolo, foi um ato simbólico por excelência, que abriu toda uma época histórica. A modificação na estrutura simbólica é modificação nas condições de possibilidade de toda uma era histórica. Aqueles que fazem profissão de fé de “realismo político”, de “materialismo”, talvez estejam a esconder certo receio de que estruturas simbólicas fundamentais desçam as ruas e sejam queimadas. (SAFATLE, 2021, [n.p.], grifo do autor)

Uma estátua colonial não é somente um monumento, mas a atualização do passado no presente. Quando a ditadura militar criou uma organização para investigar e fazer desaparecer os enquadrados enquanto *comunistas*, desenvolvendo um aparato de ações configurado como crime humanitário, financiado pela elite paulista, não por acaso foi nomeado de *Operação bandeirantes* (SAFATLE, 2021). A história é implacável nesses casos, Borba Gato estava lá. Agora com outras roupas e outros nomes.

A dimensão do ato discutido até o presente momento ganha a sua verdadeira colocação a partir deste ponto: atuar sobre esse campo de transmissão. Maneira de pôr um ponto na cadeia de repetição; não somente como um gesto midiático, mas trazendo à cena social as bases da nossa estrutura colonial. Quando se incendeia um monumento, não somente uma estátua de concreto é queimada, mas a luta do passado é trazida ao presente.

Por isso, aponta Safatle (2021), o passado não é o que se passa, o passado é o que se repete. Travar a luta do passado no presente é uma maneira de destravar certas amarras e abrir margem para outra possibilidade de futuro. Atuar sobre esse campo é tatear um campo de incertezas, mas que produz efeitos. A própria estrutura é colocada em questão quando, através do ato, ela própria é posta em suspenso. Como dito anteriormente, segundo Lacan (1967-1968/[s.d.]), existem processos sociais que são pressões a uma nova forma de vida e a uma nova forma de arranjo social, além de serem oportunidade de elaboração das suas próprias condições criadoras.

Quando as estátuas começam a desmoronar é sinal de que uma mudança está acontecendo. Nela os mortos retornam e travam uma nova luta. Nesse sentido, a dissolução de um monumento colonial pode significar a abertura para um outro tempo (SAFATLE, 2021). O

corde na estrutura mobiliza a possibilidade de elaboração e reconfiguração tanto do passado quanto do presente.

Não à toa, quando pensamos no sujeito político posto em ato, ou, em outros termos, que o ato modifica o sujeito que o produz, é porque o próprio passado é encarnado no presente por meio dessa ação. Um ato não é somente de um, mesmo estando sozinho. Trata-se de um sujeito político aberto à ressonância desses processos, produzindo e reconfigurando um outro tempo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal investigar a noção de sujeito político a partir das mobilizações dos entregadores. Para isso, mediante os aportes teóricos de Judith Butler e da psicanálise, seguimos a hipótese da formação do sujeito político produzido através do seu próprio espaço de ação. Sujeito que se constitui por meio de alianças e atos contingentes.

O primeiro capítulo voltou-se ao perfil dos entregadores. O objetivo era saber qual o seu rosto e como a gramática do empreendedorismo adentrou o trabalho de entregas. O resultado principal destacado foi: por trás da máscara do empreendedor-de-si, o que se revela é um rosto e um trabalho periférico. O avanço da Uberização é um avanço sobre o viver periférico, apropriando-se da informalidade e sendo sua gestora. Os bicos, a polivalência, a rotatividade etc., típicos do viver periférico, agora adentram o centro e são legalizados e administrados pelas empresas de aplicativos.

Se, por um lado, a periferização adentra o centro, por outro lado, no bojo dessa sinalização, novos processos de resistência são construídos. O segundo capítulo tratou da construção dos movimentos dos entregadores antifascistas e seus processos de aliança. Vistos como individualizados e descrentes nos processos de transformação, foi criado de maneira inesperada o movimento dos entregadores antifascistas em meio à pandemia da COVID-19, em 2020.

O que se via enquanto subjetividade individual, assim como sem apoio físico e pessoal para a construção de alianças, realizou uma das principais manifestações contra a precariedade do trabalho e contra o governo, em 2020. A capacidade de construção das alianças foi o ponto de destaque. Sem um ponto fixo de apoio ou um núcleo de sindicatos, as alianças eram feitas de forma diversa e contingente.

O ponto principal destacado na pesquisa foi a aliança pela via da condição precária. Expostos à morte, ao dano, aos acidentes, aos assédios etc., os entregadores levaram às ruas as pautas relativas à necessidade que, anteriormente, eram de domínio privado. Nesse sentido, o privado adentra o público e novas formas de alianças foram construídas a partir disso. Em um grupo diverso e heterogêneo, o denominador comum é a condição precária. Tal condição é colocada enquanto chamamento de um corpo que necessita de apoio material, físico e simbólico para sobreviver.

No último capítulo, foi discutido o processo de constituição do sujeito político a partir da cena da estátua de Borba Gato. O sujeito político oriundo do cálculo das ações é, de modo

costumeiro, colocado enquanto forma central da política. Entretanto, após a realização do ato, os participantes foram contundentes em afirmar que não sabiam a consequência do processo, mas mesmo assim estavam dispostos a se responsabilizarem pelo ato.

Aqui há um ponto de virada importante: não são sujeitos que tomam suas ações a partir de cálculos de interesses e deliberações. Eles agiram e, após isso, colheram as consequências dos seus atos. Temos, assim, um modo diferente de pensar o sujeito político: não anterior à própria ação, mas constituindo-se com e a partir dela. Um sujeito político que transforma e é transformado pelo ato, responsabilizando-se por ele.

Portanto, o ato é o ponto principal colocado e destacado na pesquisa. Os entregadores partem da condição periférica ao sujeito político através do ato. A partir de uma revolta contra o governo e os aplicativos, foram às ruas e construíram uma mobilização de efeitos diversos, assim como incendiaram o monumento de Borba Gato para realizar no presente a luta do passado. Isso possibilitou o reconhecimento da categoria, além de fornecer múltiplas alianças. O ato possibilitou um corte, transformando uma condição em posição política.



## REFERÊNCIAS

### Entrevistas do Paulo Lima

‘ENTREGADOR Antifascista’ critica precarização do trabalho e omissão de veículos da imprensa. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2021. 1 vídeo (14 min). Publicado pelo canal Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/3MZA34>. Acesso em: 2 abr. 2022.

LIMA, P. Entregadores antifascistas: “Não quero gado. Quero formar entregadores pensadores”. [Entrevista concedida a] Mariana Correia. **Publica**, 2020a. Disponível em: [https://apublica.org/2020/06/entregadores-antifascistas-nao-queiro-gado-queiro-formar-entregadores-pensadores/?amp&\\_\\_twitter\\_impression=true](https://apublica.org/2020/06/entregadores-antifascistas-nao-queiro-gado-queiro-formar-entregadores-pensadores/?amp&__twitter_impression=true). Acesso em: 15 maio 2022.

LIMA, P. **Galo lança a revolução dos entregadores de aplicativo**. Essenciais na pandemia, invisíveis na vida real. [Entrevista concedida a] Joana Oliveira. *El país*, São Paulo, 28 de junho de 2020b. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-28/galo-lanca-a-revolucao-dos-entregadores-de-aplicativo-essenciais-na-pandemia-invisiveis-na-vida-real.html>. Acesso em 18 abr. 2021.

LIMA, P. É luta de classes mesmo, sem conversinha: entrevista com Galo, dos Entregadores Antifascistas. [Entrevista concedida a] Rafael Grohmann e Paula Alves. **Digilabour**, 2 de julho de 2020c. Disponível em: <https://digilabour.com.br/2020/07/02/e-luta-de-classes-mesmo-sem-conversinha-entrevista-com-galo-dos-entregadores-antifascistas/>. Acesso em 16 maio 2021.

LIMA, P. Galo: Nada no mundo foi construído por um patrão. [Entrevista concedida a] Milly Lacombe. **Revista Trip**, 27 de abril de 2021a. Disponível em: [https://revistatrip.uol.com.br/trip/galo-nada-no-mundo-foi-construido-por-um-patrao/amp?\\_\\_twitter\\_impression=true](https://revistatrip.uol.com.br/trip/galo-nada-no-mundo-foi-construido-por-um-patrao/amp?__twitter_impression=true). Acesso em: 28 abr. 2021.

LIMA, P. “Não somos pé de coentro, somos baobá.”: entrevista com Galo dos entregadores antifascistas. [entrevista concebida a] Rafique Nasser. **Teia dos povos**, 1 de fevereiro de 2021b. Disponível em: <http://http://teiadospovos.org/nao-somos-pe-de-coentro-somos-baoba-entrevista-com-paulo-galo-dos-entregadores-antifascistas/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

LIMA, P. ‘Abrimos o debate sobre monumentos que homenageiam racistas’, diz Paulo Lima após a soltura. [entrevista concebido a] Caroline Nunes e Pedro Borges. **Alma Preta**, 17 de agosto de 2021c. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/abrimos-o-debate-sobre-monumentos-que-homenageiam-racistas-diz-paulo-galo-apos-a-soltura>. Acesso em: 20 ago. 2021.

### Reportagens sobre os entregadores brasileiros

AMÂNCIA, Adriana. Precarização no serviço de delivery é mais grave entre as mulheres. **Brasil de fato**, 2 de março de 2021. Disponível em:

<https://www.brasildefatope.com.br/2021/03/02/precarizacao-no-servico-de-delivery-e-mais-grave-entre-as-mulheres>. Acesso em: 16 mar. 2021.

APLICATIVOS como Uber e iFood são fonte de renda de quase 4 milhões de autônomos. **Estadão**, 28 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/aplicativos-como-uber-e-ifood-sao-fonte-de-renda-de-quase-4-milhoes-de-autonomos/>. Acesso em: 7 dez. 2022.

BORGES, Pedro. Julgamento do caso Borba Gato acontece nesta semana; entenda os rumos do processo. **Alma Preta**, 4 de setembro de 2022. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/as-vesperas-de-julgamento-galo-exalta-discussao-gerada-sobre-borba-gato>. Acesso em: 5 set. 2022.

BRASIL 247. (vídeo) **Entregadores antifascistas protestam**: ninguém aqui é empreendedor porra nenhuma. 8 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/video-entregadores-antifascistas-protestam-ninguem-aqui-e-empendedor-porra-nenhuma>. Acesso em: 20 out. 2022.

CANECO, Cássia. Borba Gato e o fim de uma SP colonialista. **Periferia em Movimento**, 10 de agosto de 2021. Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br/borbagato/#:~:text=Para%20o%20movimento%20negro%20e,cidade%20e%20de%20suas%20riquezas>. Acesso em: 13 ago. 2022.

CAPRIGLIONE, Laura. Um mês dentro dos grupos dos Entregadores Antifascistas: política, solidariedade e empoderamento. **Jornalistas Livres**, 05 de julho de 2020. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/um-mes-dentro-do-grupo-dos-entregadores-antifascistas-politica-solidariedade-e-empoderamento/>. Acesso em: 22 set. 2020.

DEISTER, J.; MIRANDA, E. “Muito trabalho para receber pouco”, destaca entregador sobre rotina. **Brasil de Fato**, 30 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2020/06/30/muito-trabalho-para-receber-pouco-destaca-entregador-de-aplicativo-sobre-rotina>. Acesso em: 16 jan. 2022.

FANTÁSTICO. Bolsonaro volta a apoiar ato antidemocrático contra o STF e o Congresso, em Brasília. **G1**, 3 de maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/05/03/bolsonaro-volta-a-apoiar-ato-antidemocratico-contr-o-stf-e-o-congresso-em-brasil-ia.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2020.

HESSEL, Rosana. Oxfam faz novo alerta sobre aumento da desigualdade durante a pandemia. **Correio Braziliense**, 15 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2023/01/5066389-oxfam-faz-novo-alerta-sobre-aumento-da-desigualdade-durante-a-pandemia.html>. Acesso em: 15 jan. 2023.

LEVY, Clarissa. A máquina oculta de propaganda do iFood. **Publica**, 4 de abril de 2022. Disponível em: [https://apublica.org/2022/04/a-maquina-oculta-de-propaganda-do-ifood/?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=post&utm\\_campaign=ifood&s=09](https://apublica.org/2022/04/a-maquina-oculta-de-propaganda-do-ifood/?utm_source=twitter&utm_medium=post&utm_campaign=ifood&s=09). Acesso em: 12 jul. 2022.

PAJOLLA, Murilo. Elite de SP, que persegue Galo por fogo na estátua do Borba Gato, descende de bandeirantes. **Brasil de Fato**, 6 de agosto de 2021. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/06/elite-de-sp-que-persegue-galo-por-fogo-na-estatua-do-borba-gato-descende-de-bandeirantes>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SAFATLE, Vladimir. Do direito inalienável de derrubar estátuas. **El país**, 26 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/considacoes-sobre-o-direito-inalienavel-de-derrubar-estatuas>. Acesso em: 2 out. 2021.

SENADO NOTÍCIAS. Pichação de monumento tombado poderá ter pena de até três anos de prisão. 9 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/08/09/pichacao-de-monumento-tombado-podera-ter-pena-de-ate-tres-anos-de-prisao>. Acesso em: 2 set. 2022.

SILVA, Victor. ‘Tudo bem por aí?’. **The Intercept Brasil**, 5 de setembro de 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/09/05/yuri-morreu-fazendo-entrega-para-o-ifood-11-dias-depois-sua-conta-foi-desativada-por-ma-conduta/>. Acesso em: 5 set. 2022.

### Obra das/dos demais autoras/autores

AGAMBEN, George. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Unochapecó, 2009.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-69242019000300041&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242019000300041&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 7 dez. 2022.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos estudos CEBRAP [online]**, v. 39, n. 3, p. 579-597, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. O futuro do trabalho é aqui: uberização, autogerenciamento subordinado e modos de vida periféricos. **Revista Rosa**, São Paulo, v. 4, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistarosa.com/4/o-futuro-do-trabalho-e-aqui>. Acesso em: 25 set. 2022.

ALIANÇA BIKE. **Pesquisa de perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo**. São Paulo: Aliança Bike, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Sobre a uberização do trabalho digital e a indústria. *In*: ANTUNES, Ricardo. **Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARANTES, Paulo. A fratura brasileira do mundo. *In*: FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos (org.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRAGA, Ruy. **A revolta do precariado**: trabalho e neoliberalismo no sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm). Acesso em: 8 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.297, de 5 de janeiro de 2022**. Dispõe sobre medidas de proteção asseguradas ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega durante a vigência da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus responsável pela covid-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 jan. 2022. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/lei/l14297.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14297.htm). Acesso em: 13 nov. 2022.

BUTLER, Judith. **O clamor de Antígona**: o parentesco entre a vida e a morte. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: N-1 edições, 2019.

CANNETIERI, Thiago. O devir-periferia do mundo: crise do capital e a condição periférica. **GEOgraphia**, Niterói, v. 24, n. 52, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/29362/31610>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CANT, Callum. **Delivery fight!** a luta contra os patrões sem rosto. São Paulo: Veneta, 2021.

DUBAL, Veena B. A proposition 22 como nova regra salarial racial. **Revista Rosa**, São Paulo, v. 4, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistarosa.com/4/proposition-22>. Acesso em: 25 set. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **O que é a crítica?**. Rio de Janeiro: LUG editora, 2018.

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo (1914). *In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

FREUD, Sigmund. Mal-estar na civilização (1930). *In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

FREUD, Sigmund. Por que a guerra? (1933). *In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*, vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In: Obras completas, três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. (Trabalho original publicado em 1905).

FREUD, S. Além do princípio do prazer. *In: Obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 57–220. (Trabalho original publicado em 1921).

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. (Trabalho original publicado em 1953-1954).

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. (Trabalho original publicado em 1954-1955).

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais na psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 15: o ato psicanalítico**. [s.d.]. Disponível em: <http://clinicand.com/wp-content/uploads/2020/06/15-LACAN-Jacques.-O-semin%C3%A1rio-livro-15.-O-ato-psicanal%C3%ADtico-1967-68.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022. (Trabalho original publicado em 1967-1968). *Tradução não publicada*

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 20: mais, ainda**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. (Trabalho original publicado em 1973-1974).

LACAN, Jacques. Kant com Sade. *In: LACAN, Jacques. Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 807-842.

LACAN, Jacques. **O triunfo da religião, procedido de Discurso aos católicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LACAN, Jacques. **O seminário livro 7: A ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LAPA, Raphael Santos. Trabalho em plataformas digitais durante a pandemia da Covid-19: análise de dados da PNAD-Covid19 — IBGE. *In: Mercado de trabalho: conjuntura e análise*. Brasília: IPEA, ano 27, abr. 2021. Disponível em:

[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10658/1/bmt\\_71\\_trabalho.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10658/1/bmt_71_trabalho.pdf). Acesso em: 12 dez. 2022.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

MASSON, Leticia Pessoa; CHRISTO, Cirlene de Souza. Gerenciamento, consumo e (des)valor do trabalho por aplicativos: implicações à saúde de entregadores. **Revista Rosa**, São Paulo, v. 4, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistarosa.com/4/o-futuro-do-trabalho-e-aqui>. Acesso em: 25 set. 2022.

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. São Paulo: Antígona Editores Refractários, 2014.

SAFATLE, Vladimir. O ato para além da Lei: Kant com Sade como ponto de viragem do pensamento lacaniano. In: SAFATLE, Vladimir (org.). **Um limite tenso**: Lacan entre a filosofia e a psicanálise. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 189-231.

SAFATLE, Vladimir. **Maneiras de transformar mundos**: Lacan, política e emancipação. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

ZIZEK, Slavoj. **Em defesa das causas perdidas**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZIZEK, Slavoj. **O sujeito incômodo**: o centro ausente da ontologia política. São Paulo: Boitempo, 2016.